

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Campus Reitor João David Ferreira Lima
Centro Socioeconômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais

A Atuação Internacional da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Gabriel Antonio Ceron Pereira

Florianópolis
2016

Gabriel Antonio Ceron Pereira

A Atuação Internacional da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Monografia apresentada como exigência para
obtenção do grau de Bacharelado em Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Mónica Salomón

**Florianópolis
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro Socioeconômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais

A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota dez (10) ao aluno Gabriel Antonio Ceron Pereira na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.
Data da aprovação: 01/12/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mónica González Salomón

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

Prof. Msc. Jonathan Vieira da Rosa

**Florianópolis,
2016**

Aos servidores da ALESC

AGRADECIMENTOS

Esta monografia marca o término de um período feliz da minha vida em que tive o privilégio de aprender sobre as Relações Internacionais no ambiente vibrante da UFSC, cercado por amigos e grandes profissionais.

Agradeço a todo o corpo docente do curso por tornar os meus anos de graduação tão ricos em aprendizado e descobrimento. Não são poucos os professores que foram essenciais para minha trajetória. A professora Patrícia me mostrou as maravilhas do trabalho extracurricular, dando suporte a atividades que muito contribuíram para a minha formação. A professora Juliana guiou meus estudos sobre direitos humanos. O professor Daniel me auxiliou no desenho do projeto desta monografia, oferecendo valiosos conselhos através das aulas de Metodologia. E *last but not least*, a professora Mônica empregou seu conhecimento e paciência igualmente vastos na orientação deste trabalho, contribuindo não apenas para a concretização destas páginas, mas também para que todo o processo fosse um grande aprendizado para mim.

Agradeço aos membros do Grupo de Estudos em Política Externa (GAPE) que, sob a coordenação de Mônica e Daniel, conduziram discussões preciosas e extremamente úteis.

Agradeço a todos os deputados e servidores da ALESC, que durante a realização deste trabalho tanto contribuíram para que eu tivesse acesso a todo tipo de informação pertinente, e assim pudesse apresentar aqui uma pequena fração da gigantesca contribuição do Legislativo catarinense à sociedade. Agradeço a todo o pessoal da SERI e, em especial, Diego, que compartilhou um pouco de seu conhecimento como pesquisador e agente das relações internacionais, e Sinara, que ofereceu as mais úteis informações adquiridas através de sua longa experiência como funcionária. A Gilmar Knaesel e Kennedy Nunes agradeço pela atenção e entusiasmo com que dividiram sua vivência como parlamentares.

Os anos de graduação e a realização deste trabalho não seriam os mesmos sem o companheirismo e a estima dos meus amigos. Lucas, Jonatan, Osvaldo e Picci são companheiros e cúmplices intelectuais que desejo manter por toda a vida. Jonatan, em especial, deveria figurar nestes agradecimentos tanto entre os amigos quanto entre os professores, tendo em vista o conhecimento e a dedicação com que ele revisou este trabalho e auxiliou-me durante todo o processo.

Minha vida nos anos finais de graduação foi transformada pela presença de uma menina de Palhoça, que com o seu afeto tornou tudo mais fácil e feliz pra mim. A ela ofereço o meu amor e minhas sinceras desculpas pela pouca atenção que lhe dediquei durante a

realização desta monografia.

Passar os domingos longe dos churrascos e dos conselhos dos meus pais me deixou mais ligado à minha família e à minha terra. Ainda que a saudade aperte forte quando estou distante, em cada feriado que “subo” até Lages me sinto imerso em amor e o tempo passa bem depressa. É sempre fortalecedor. Agradeço aos meus avôs e avós e aos meus tios e tias, pelo carinho e apoio constantes. À minha mãe e ao meu pai, pelo carinho e suporte às minhas decisões. Ao meu irmão, pela parceria e por me emprestar, por um breve período, o seu PS4. Carrego todos no meu coração.

*Come senators, congressmen
Please heed the call
Don't stand in the doorway
Don't block up the hall
For he that gets hurt
Will be he who has stalled
There's a battle outside and it is ragin'
It'll soon shake your windows and rattle your walls
For the times they are a-changin'
(The Times They Are A-Changing, Bob Dylan)*

RESUMO

Redes transgovernamentais consistem em canais de cooperação internacional entre unidades do Estado. Legisladores, como representantes estatais, compõem estas redes e por meio delas desempenham diferentes funções e almejam diferentes objetivos. A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, órgão legislativo do Estado de Santa Catarina, desenvolve, através de seus membros, iniciativas internacionais relevantes. Este trabalho dedica-se a estudar esta atuação, abordando os mecanismos e os padrões do relacionamento externo do legislativo catarinense. Tendo como foco o período compreendido entre 2011 e 2016, são analisadas as funções desempenhadas pela participação dos deputados em redes e as formas em que determinados processos históricos contribuíram para a emergência deste fenômeno.

Palavras-chave: redes, redes transnacionais, diplomacia parlamentar, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Santa Catarina, democratização, regionalização, globalização

ABSTRACT

Government networks consist in channels for international cooperation among state units. Legislators, as agents of the state, compose networks, performing different functions and seeking different objectives through them. The Legislative Assembly of Santa Catarina, which represents the legislative body of the state of Santa Catarina, develops important international initiatives through its members. This work engages in studying these actions, approaching the patterns and the mechanisms of the parliament's foreign relations. Focusing on the period between 2011 and 2016, it analyses the functions of the deputies' participation in networks as well as the ways in which certain historical processes contribute to the emergence of this phenomenon.

Keywords: networks, parliamentary diplomacy, Legislative Assembly of Santa Catarina, Santa Catarina, democratization, regionalization, globalization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	29
Figura 2.....	31
Figura 3.....	32

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ALCA	Associação de Livre Comércio das Américas
ASEAN	Associação de Nações do Sudoeste Asiático (Association of Southeast Asian Nations)
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Asia-Pacific Economic Cooperation)
BID	Bando Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
COPA	Confederação Parlamentar das Américas
COPECOL	<i>Conferencia Permanente de Congresos Locales</i>
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta
DEM	Democratas
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
IFA	<i>International Federation of Ageing</i>
IPI	Instituições Parlamentares Internacionais
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
MP – TC	Ministério Público do Tribunal de Contas
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (<i>North American Free Trade Agreement</i>)
NCSL	<i>National Conference of State Legislatures</i>
OI	Organizações Internacionais
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
Parlasul	Parlamento do Mercosul (Mercosul) ou Parlamento do Sul (UNALE)
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SERI	Secretaria Executiva de Relações Institucionais (ALESC)
TCE/SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
UNALE	União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais
UPM	União dos Parlamentares Sul-americanos e do Mercosul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 REDES TRANSGOVERNAMENTAIS E DIPLOMACIA PARLAMENTAR	14
1.1 As redes transgovernamentais.....	14
1.2 O parlamentar como agente em redes transgovernamentais.....	18
1.3 Processos históricos das redes de parlamentares	22
2 A ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS CATARINENSES EM REDES TRANSNACIONAIS	36
2.1 A Assembleia Legislativa de Santa Catarina.....	36
2.1.1 Atuação internacional.....	38
2.2 As redes.....	48
2.2.1 Iniciativas em conjunto com os executivos federal, estadual e municipal.....	49
2.2.2 A União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais	57
2.2.3 A Confederação Parlamenar das Américas	62
2.2.4 A União dos Parlamentares Sul-americanos e do Mercosul	68
CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIA.....	85
ANEXO 1 - Lista de missões (2011 - 2016)	103
ANEXO 2 - Organograma ALESC	122

INTRODUÇÃO

Durante o século XX, o avanço das relações de interdependência no sistema internacional deu origem a canais de intercâmbio entre entes de dentro e fora do espectro estatal. Ministérios, unidades subnacionais, ONGs e empresas passaram a trocar informações, coordenar políticas e cooperar entre fronteiras. Estes canais, reconhecidos pela literatura como redes transnacionais, ganharam maior relevância a partir do fim da Guerra Fria, dando margem ao surgimento de diferentes conceituações do fenômeno.

Dentre estas abordagens, destaca-se a das redes transgovernamentais (*government networks*), as quais consistem em canais para a cooperação internacional entre unidades do Estado. Nestas redes, entes responsáveis por exercer as funções básicas do aparelho estatal estabelecem relações, através de seus agentes, com entes externos. Deste modo, com a inserção na cena global de unidades estatais, instituições são redefinidas e oportunidades para a solução de problemas complexos, criadas.

Parlamentares, como representantes do Estado, também compõem redes transgovernamentais em atividades de diplomacia parlamentar. Através da atuação em instituições parlamentares e organizações internacionais, os legisladores exercem diferentes funções e almejam diferentes objetivos como agentes no ambiente externo. Busca-se, por meio destas iniciativas, a coordenação de políticas, a troca de informações, a cooperação técnica e mesmo a atração de investimentos às regiões de base.

Vários processos históricos contribuíram para a emergência deste fenômeno. A democratização, além de ampliar o número de parlamentos ao redor do mundo, intensificou pleitos para que instituições do sistema internacional fossem dotadas de mecanismos de representação democrática, em tentativas de mitigar o déficit democrático das relações internacionais. Como resposta, multiplicaram-se as instituições parlamentares internacionais (IPIs), especialmente no âmbito de processos de integração.

Com isso, a regionalização constitui outro processo histórico capaz de impulsionar as redes de legisladores, uma vez que projetos de integração regional passaram a incluir parlamentares como intermediadores entre as esferas de poder regional e as populações por eles representadas. Neste sentido, os legisladores tornaram-se “cintos de transmissão” (*transmission belts*) entre governantes e governados em blocos e instituições regionais.

A dimensão deste fenômeno, contudo, não seria alcançada sem o processo de globalização que, emergente no fim da Guerra Fria, inseriu novos atores e aumentou as

relações de interdependência no cenário internacional. Isto posto, pode-se afirmar que esta tríade de fatores (democratização, regionalização e globalização) marcou as transformações recentes no sistema internacional das quais as redes de parlamentares são frutos.

A disseminação do fenômeno alcança parlamentos situados em nível tanto nacional quanto subnacional. Deste modo, a Assembleia Legislativa do Estado Santa Catarina, instituição representante do poder Legislativo da sétima menor unidade federativa do Brasil, desenvolve iniciativas internacionais através de seus quarenta deputados, compondo redes transgovernamentais. É esta atuação que o presente trabalho pretende apresentar e analisar. Inicialmente definindo um instrumental teórico que abarca literatura sobre redes e diplomacia parlamentar, a pesquisa lança um olhar à atuação internacional dos deputados catarinenses e às instituições nela envolvidas.

A princípio, um corte temporal para o estudo foi definido a partir de delineamentos do cenário político catarinense. Em 2011, com a eleição de Raimundo Colombo ao governo do Estado e o início da 17ª legislatura ¹, consagrou-se a coalizão liderada pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Este arranjo de forças foi mantido em 2015, quando inaugurados o segundo mandato de Colombo e a 18ª legislatura - vigentes até a presente data. Assim, a fim de observar o objeto de estudo durante um período de maior estabilidade e cooperação nas relações entre os poderes Legislativo e Executivo, foi definido um período de análise entre 2011 e o presente ano (2016), englobando toda a 17ª legislatura e parte da 18ª legislatura.

Definido o corte temporal, o estudo buscou elencar todas as redes transgovernamentais nas quais os deputados estaduais catarinenses atuaram durante o referido período. Para isso, contou-se com o acesso ao acervo da Secretaria Executiva de Relações Institucionais (SERI), braço da ALESC com a incumbência de conduzir questões externas. Neste acervo, encontram-se documentos que, produzidos para fins de controle interno, auxiliam na compreensão das motivações e mecanismos por trás da atuação internacional do parlamento. Frente a estas fontes, a pesquisa considerou determinadas atividades nas quais a SERI tem participação e que compõem a atuação parlamentar em redes. São elas: viagens oficiais de deputados ao exterior; recebimento de comitivas estrangeiras; organização de eventos oficiais relacionados a entes estrangeiros; e troca de correspondência oficial entre servidores e

¹ Vale notar que, no contexto da política catarinense, a grande maioria dos atuais membros do Partido Social Democrático (PSD), incluindo o governador do Estado Raimundo Colombo, pertenciam, até o ano de 2012, ao Democratas (DEM).

deputados ².

Ao fim deste levantamento, quatro categorias da atuação internacional da ALESC foram desenhadas. A primeira categoria representa todas as iniciativas realizadas em parceria com entes dos poderes executivos federal, estadual e municipal. Aqui, a atuação em diferentes redes transnacionais foi proporcionada por atividades realizadas em conjunto com ministros, secretários e perfeitos. A segunda categoria se refere à atuação dos deputados no âmbito da União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais (UNALE), instituição que reúne parlamentares estaduais brasileiros e que mantém importante inserção internacional. A terceira diz respeito à Confederação Parlamentar das Américas (COPA), organização de abrangência continental que consiste em uma importante plataforma para a cooperação entre legisladores. E, por fim, a última categoria aborda a União de Parlamentares Sul-americanos e do Mercosul (UPM), instituição que, apesar de ter surgido fora da estrutura do Mercosul incitada por legisladores de países mercosulinos, hoje se encontra integrada à estrutura do bloco.

Estes quatro focos de atuação internacional foram objeto de análise a partir da ótica das redes de parlamentares e da diplomacia parlamentar. Neste sentido, buscou-se definir de que modo os processos históricos da democratização, regionalização e globalização se encontram implicados nas redes analisadas e, em sequência, foram também definidas as funções exercidas pela atuação dos deputados nestas redes. Estariam os deputados em busca de uma voz própria no cenário internacional? A participação de deputados nestes processos funciona como um “corretivo democrático” à determinada instituição ou processo? Ou somente a ajuda técnica ao trabalho legislativo pode definir estas iniciativas?

Como fontes, além dos supracitados documentos oficiais, a pesquisa apoiou-se no acervo da Agência AL, o órgão de imprensa da ALESC. Disponíveis no portal da instituição, diversos artigos publicados pela imprensa do parlamento relatam as missões, eventos e recepções nas quais participaram os deputados durante o período de pesquisa, oferecendo assim um bom volume de informações relevantes à pesquisa. Ademais, foram também realizadas entrevistas com parlamentares e servidores da ALESC.

O capítulo seguinte apresentará um panorama do arcabouço teórico utilizado pelo trabalho. A literatura sobre redes transnacionais será o ponto de partida, sendo sucedida por uma apresentação do papel dos parlamentares nas redes e dos trabalhos sobre a diplomacia

² A análise apresentada neste trabalho não representa um levantamento exaustivo da atuação internacional dos deputados catarinenses durante o período estudado, uma vez que apenas as atividades que puderam ser enquadradas sob a ótica das redes transnacionais foram consideradas. No entanto, consta junto aos anexos uma lista completa das missões internacionais realizadas pela ALESC durante o período estudado.

parlamentar. Por fim, três processos históricos em destaque nos textos sobre o tema (democracia, regionalização e globalização) serão apresentados e correlacionados com o fenômeno das redes de parlamentares.

No segundo capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa acerca da ALESC. Inicialmente, uma primeira seção descreverá a estrutura institucional do parlamento catarinense, incluindo aspectos históricos e organizacionais relevantes. Uma subseção tratará da atuação internacional dos deputados catarinenses e seus principais elementos, como o seu embasamento jurídico, os motivos para o engajamento parlamentar em questões externas, os deputados mais atuantes e os mecanismos de funcionamento das atividades internacionais da instituição.

Ainda no segundo capítulo, uma segunda seção abordará as redes nas quais a ALESC participou durante o período estudado. Logo, quatro subseções apresentarão os quatro focos da atuação externa dos deputados. Primeiro serão tratadas as iniciativas conduzidas em parceria com os poderes Executivos federal, estadual e municipal. Diferentes redes transnacionais contaram com o engajamento de deputados catarinense a partir da cooperação com outros poderes. Em um segundo momento, analisar-se-ão as iniciativas desenvolvidas no âmbito da UNALE, instituição na qual a ALESC mantém importante participação. Em um terceiro momento, serão abordadas as atividades conduzidas junto à COPA. E, por fim, a última subseção apreciará as atividades dos deputados no contexto da UPM, que consiste no principal foco de atuação internacional do parlamento catarinense.

Ao final, breves comentários de conclusão serão apresentados no capítulo de desfecho do trabalho.

1 REDES TRANSGOVERNAMENTAIS E DIPLOMACIA PARLAMENTAR

Este capítulo pretende realizar uma revisão teórica dos temas centrais do presente trabalho. Inicialmente será traçado um panorama da literatura sobre redes transnacionais – ou transgovernamentais, mais especificamente, com ênfase no trabalho de Anne-Marie Slaughter (2006) acerca do tema. Posteriormente, a inserção de parlamentares nestas redes será apresentada a partir da literatura sobre diplomacia parlamentar. Por fim, o objeto de estudo será contemplado a partir de três fenômenos fundamentais da história moderna: a democratização, a regionalização, e a globalização.

1.1 As redes transgovernamentais

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, fenômenos como o avanço das tecnologias de comunicação, a proliferação de entes transnacionais e a integração intergovernamental intensificaram as relações de interdependência entre atores do sistema internacional. Durante a década de 1970, acadêmicos como Robert Keohane e Joseph Nye passaram a reconhecer esta nova realidade em que novos atores como multinacionais, ONGs, e organizações internacionais desempenham funções relevantes. Apesar de os Estados continuarem a exercer um papel central como detentores dos meios de violência legítimos, eles agora tem de operar junto a estes novos atores, ressaltavam os autores em um desafio ao paradigma realista do pensamento político (KEOHANE; NYE, 2011).

Em “Poder e Interdependência”, Keohane e Nye (2011) apontam que um dos principais traços da chamada “interdependência complexa” que caracterizaria as relações entre democracias industrializadas constitui na presença de canais múltiplos entre sociedades. Estes canais podem ser interestatais, quando ligam Estados; transgovernamentais, quando ligam diferentes unidades do aparato estatal; ou transnacionais, quando ligam Estados e os novos atores do sistema internacional ³. Decorre desta tipificação o conceito de redes transnacionais, que podem ser definidas de modo amplo como mecanismos de coordenação de

³ De acordo com a classificação adotada por Slaughter (2006), o trabalho entende as redes transnacionais como uma categoria geral, que engloba as diferentes redes existentes, e as redes transgovernamentais como uma categoria a parte, que engloba especificamente as relações entre entes estatais.

políticas e troca de informações traçadas entre atores de dentro e fora do aparato estatal (KEOHANE; NYE, 1974).

Muitas ramificações do tema surgiram a partir do pós-Guerra Fria, ampliando o conceito de redes e colocando sob sua guarda uma miríade de funções e atores. Dentre estas novas conceituações, destacam-se as chamadas “comunidades epistêmicas” que, formadas por especialistas e expoentes de determinadas áreas do conhecimento com ideias e propósitos comuns, têm a função de mitigar a incerteza inerente à condução de temas transnacionais complexos (HAAS, 1990). Também recorrentes na literatura recente são as “redes transnacionais de advocacia” (*transnational advocacy networks*), as quais reúnem atores não-estatais dedicados ao desenvolvimento, promoção e monitoramento da aplicação de normas no sistema internacional (KECK; SIKKINK, 1998).

Interessa de sobremaneira ao presente trabalho a obra de Anne-Marie Slaughter acerca do tema. No livro “*A New World Order*”, a autora trata do que Keohane e Nye (2011) chamam de “canais transgovernamentais”, ou seja, redes que ligam diferentes unidades do Estado entre países. Apesar de negligenciadas por tomadores de decisão, estas relações entre unidades estatais representariam a desagregação da soberania estatal em diferentes entes, marcando assim a emergência de uma nova ordem global característica do século XXI (SLAUGHTER, 2006, p.5).

O valor destas redes decorre do que autora define como “o trilema da governança”: a sociedade internacional necessita de instituições e normas universais, embora reconheça que um governo de escala global ofereceria ameaças às liberdades individuais⁴; ao mesmo tempo, se as redes transnacionais são consideradas como respostas a este dilema inicial⁵, teme-se o risco de que estas defendam interesses privados e corporativos, o que as tornaria incapazes de solucionar problemas comuns à sociedade internacional (SLAUGHTER, 2006, p.10).

Desta forma, denota-se a necessidade de preservar redes transnacionais que sejam inseridas dentro das normas dos regimes democráticos, respeitando a estrutura do Estado e impedindo que interesses particulares se mesquem com os interesses comuns entre unidades do sistema internacional. É neste sentido que, das três funções básicas do Estado emergem três tipos diferentes de agentes cuja interação com seus pares no exterior dá origem a redes

⁴ A necessidade de governança em face ao temor de centralizações de poder consiste no “dilema da segurança”, o qual é conceituado por Renaud Dehousse e Robert Keohane: “*On the one hand, increased uniformity is certainly needed; on the other hand, greater centralization is politically inconceivable, and probably undesirable*” (DEHOUSSE, 1997, p. 259 apud SLAUGHTER, 2006, p.8)

⁵ Bolton (2000) apud Slaughter (2006) afirma que a sociedade internacional, ao agir livre as amarras do governo, cria ameaças às democracias, enquanto Shapiro (2000) apud Slaughter (2006) nota que a busca por governança marca uma erosão das fronteiras entre órgãos governamentais e não-governamentais.

transgovernamentais: reguladores, juízes e legisladores ⁶. Estes oficiais de governo operam tanto na arena internacional quanto na doméstica, de modo que, enquanto agem em prol do cumprimento das obrigações internacionais do Estado no plano doméstico, também representam os interesses de seus governos no trabalho em conjunto com agentes de outros países e organizações (SLAUGHTER, 2006, p.7).

Estes agentes do Estado e sua ação internacional são obliterados quando se visualiza o sistema internacional a partir de uma perspectiva analítica realista⁷. Sob esta lente, os Estados tornam-se entes unitários e as únicas instituições aparentes são aquelas criadas por delegações oficiais de governo. A chave para o entendimento da ordem mundial imaginada por Slaughter consiste na visualização do sistema de Estados da mesma forma como os sistemas políticos domésticos são visualizados: como um agregado de instituições. Assim, por um lado, a autora dá prosseguimento à longa tradição de críticos dos paradigmas realistas das relações internacionais⁸, opondo a concepção dos Estados como “bolas de bilhar” estanques a um retrato dos Estados como conjuntos de instituições responsáveis pelas funções estatais básicas (legislação, adjudicação e implementação). Por outro lado, a autora não questiona a centralidade do Estado como ator no sistema internacional, reafirmando a sua preponderância frente aos demais atores (SLAUGHTER, 2006, p.5).

Quanto às organizações internacionais tradicionais, como as Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio, a ordem global caracterizada pela desagregação das soberanias ainda lhes reserva um papel fundamental. Se os Estados têm a sua soberania desagregada, as organizações internacionais, de modo análogo, dividem-se em unidades administrativas que reúnem agentes de diferentes níveis dos governos nacionais, e assim, passam a ser estruturadas a partir de redes transgovernamentais. A Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo, tem em sua estrutura a Conferência Ministerial que, reunindo ministros do comércio, exerce poder através do consenso entre seus membros (SLAUGHTER, p.22).

Neste último exemplo, a rede é estruturada de modo horizontal, visto que em sua composição reúnem-se oficiais de uma mesma unidade de governo. Slaughter trata, além das

⁶ Como reguladores, entendem-se são funcionários técnicos do Executivo que podem ser profissionais de carreira ou indicados; como juízes, membros do judiciário; e como legisladores, representantes eleitos (SLAUGHTER, 2006).

⁷ São considerados entre os principais expoentes da perspectiva realista das relações internacionais Carr (2001); Morgenthau (2005); Aron (2003); Waltz (2001).

⁸ São alguns dos principais críticos dos paradigmas realistas das relações internacionais: Keohane e Nye (2011), cuja teoria da interdependência complexa introduz novos atores ao sistema internacional e traça redes transnacionais entre unidades do sistema; e Robert Putnam (1980), responsável pelo chamado “jogo de dois níveis”, que aborda o contexto político doméstico como fator relevante da política internacional.

redes horizontais, das verticais, as quais sugerem uma relação entre agentes de governo e seus pares em uma instituição supranacional⁹. Na maioria dos casos, organizações internacionais exercem este poder supranacional. Como exemplo, ainda dentro da estrutura da OMC, existe o Órgão de Solução de Controvérsias, caracterizado pela autoridade independente e autônoma de especialistas que adotam resoluções obrigatórias aos Estados.

Deste emaranhado de redes transgovernamentais emerge uma nova ordem global e, com ela, surge uma perspectiva positiva no tocante à solução de problemas complexos que exigem níveis de coordenação política global ou regional (SLAUGHTER, p.16). Slaughter levanta três modos em que a governança através de redes pode impactar a sociedade internacional. O primeiro diz respeito à promoção de convergência entre legislações e marcos regulatórios nacionais¹⁰. De modo geral, ocorrem transferências de práticas entre Estados que culminam em uma convergência de normas também conhecida como “efeitos de rede”, em uma analogia à teoria econômica¹¹. O segundo modo refere-se aos incentivos advindos das redes à aplicação dos tratados internacionais nos contextos políticos internos (*compliance*); em alguns casos, redes verticais exercem poder sobre governos nacionais, levando ao cumprimento de normas, em outros casos, as redes provêm infraestrutura ou assistência técnica a Estados incapazes de cumprir a certas normas por motivos técnicos¹². E, por fim, o terceiro modo aponta para o surgimento de uma melhor cooperação internacional a partir de trocas de informação¹³ (SLAUGHTER, p.167 - 170).

⁹ As redes verticais, ainda que raras, são consideradas importantes pelo seu potencial como instrumento para a solução de questões de escopo global. Atualmente, os exemplos mais relevantes das redes verticais residem na estrutura administrativa da União Europeia (SLAUGHTER, 2006, p.264).

¹⁰ Kal Raustiala (2000 apud SLAUGHTER, 2006) afirma que as redes transgovernamentais tendem a promover a exportação de práticas dos Estados mais fortes para os mais fracos. Como subsídio para afirmação o autor utiliza numerosos exemplos que perpassam temas ambientais e econômicos. Uma das expoentes do fenômeno, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) promoveu a convergência entre a conduta e as tecnologias conservacionistas americanas e as de uma série de países através de cursos sobre boas práticas de proteção ambiental.

¹¹ Dentro da teoria econômica, os “efeitos de rede” (*network effects*) consistem em um fenômeno em que o valor de um bem ou serviço é elevado em função do aumento de seus usuários. Os serviços de telefonia, por exemplo, tornam-se mais valiosos de acordo com o número de pessoas que os adquiriram; quando mais usuários, maior serão as possibilidades de comunicação (INVESTOPEDIA, 2010).

¹² No primeiro caso, é notável a atuação de redes transgovernamentais de legisladores em favor do *compliance* das convenções de direitos humanos das nações unidas. No caso da construção de capacidades para o *compliance* de normas em países desfavorecidos, ressalta-se o trabalho de Abram e Antonia Chayes (1995 apud SLAUGHTER, 2006), que identificam dificuldades técnicas e administrativas como as principais razões para a baixa adesão a normas internacionais por determinados Estados.

¹³ O conceito de “regulação por informação” consiste no uso da informação como *soft power* para a cooperação internacional. Diferente de meios diretos de regulação como de ordens e proibições, Majone (1994 apud SLAUGHTER, 2006) aponta que através do uso da informação condutas podem ser modificadas de maneira indireta, por meio de mudanças nas estruturas de incentivos que levem os atores implicados a tomarem decisões diferentes. Esta tem sido a abordagem no contexto das últimas reformas administrativas na União Europeia.

1.2 O parlamentar como agente em redes transgovernamentais

Dos três tipos de oficiais de Estado engajados em redes (reguladores, juízes e legisladores), o presente trabalho dedica-se ao estudo da participação dos legisladores nestes canais de coordenação política e troca de informação. Primeiramente, nota-se que a existência destas redes de parlamentares e sua crescente vitalidade¹⁴ se contrapõem a diversos estímulos contrários à transnacionalização da atividade legislativa. O principal deles é o caráter representativo da atividade parlamentar, fator que assenta o ofício sobre interesses locais e (ou) regionais e o distancia de questões nacionais ou externas (SLAUGHTER, 2006, p.105). Uma vez eleitos, parlamentares tendem a representar as preferências paroquiais de seus eleitores a fim garantir futura reeleição (SCHONHARDT-BAILEY, 2006).

Ademais, por serem dotados de mandatos findáveis, legisladores tendem a não exercer sua atividade por longos períodos e um constante rodízio pode ser observado na composição das legislaturas. Diante disso, a motivação para que parlamentares invistam em relações de longo prazo com seus pares no exterior é, em geral, baixa.

Somam-se ainda o baixo grau de especialização em questões técnicas destes agentes e o seu forte seu engajamento em querelas políticas nacionais. Se, no caso das comunidades epistêmicas, é justamente o conhecimento especializado que define a sua funcionalidade (HAAS, 1990), a existência de redes transnacionais compostas por políticos desprovidos de *expertise* em temas específicos pode parecer peculiar. Justifica-se esta carência com a alegação de que o trabalho do parlamentar é, em geral, dividido em uma vasta gama de assuntos, o que torna difícil a especialização (SLAUGHTER, 2006).

Não obstante toda esta gama de estímulos contrários à transnacionalização, legisladores dão origem a redes transgovernamentais próprias que, em comparação com as redes compostas por outros agentes de Estado, tendem a ser de menor impacto e, em função das características inerentes à atividade parlamentar, apresentam características específicas. A grande quantidade de questões sob a alçada do parlamentar é refletida na variedade de temas tratados por estas redes e nas suas diferentes formas de organização. (SLAUGHTER, 2006).

A participação de legisladores em redes transgovernamentais, teorizada de modo pioneiro por Slaughter, também pode ser estudada a partir da literatura sobre diplomacia parlamentar, que trata da atuação internacional de parlamentares e das instituições criadas neste âmbito, comumente chamadas de instituições parlamentares internacionais (Doravante,

IPI). Vale notar alguns problemas conceituais surgidos da abordagem teórica do tema, conforme expõe Luz (2014):

A conceituação dogmática da diplomacia parlamentar não possui um sentido único na literatura de relações internacionais ou de direito internacional. Isso se deve a duas razões principais: a escassa produção acadêmica sobre o assunto e o aumento da variedade de práticas que são classificadas como diplomacia parlamentar. (LUZ, 2014, p.132)

A escassez de trabalhos na área, em descompasso com a disseminação de IPIs e diferentes iniciativas reais, constitui questão central¹⁵. Reconhece-se que o avanço da democratização nos países sul-americanos e asiáticos e o conseqüente aumento do número de parlamentos ao redor do mundo ampliaram a atuação externa de deputados e senadores (LUZ, 2014, p.136). Contudo, a limitada produção na área é composta, em sua maioria, por “tentativas esparsas de classificação” que pouco refletem a complexidade e o nível de disseminação do fenômeno. Apesar desta problemática, é possível elencar alguns pontos-chave da diplomacia parlamentar que poderão contribuir para o estudo das redes¹⁶.

Inicialmente, cabe abordar algumas sistematizações do fenômeno da diplomacia parlamentar úteis à compreensão do funcionamento das redes. Nos primórdios de seu uso, o termo referia-se aos fóruns internacionais que se assemelhavam a legislativos internos, em um contexto de surgimento das primeiras organizações transgovernamentais (SOARES, 2001, p.122 apud MAIA; CESAR, 2004). Neste caso, os “parlamentares” não eram necessariamente dotados de mandatos eletivos, podendo ser diplomatas e outros servidores – em geral chefiados por um Ministério de Relações Exteriores. Posteriormente, a diplomacia parlamentar passou a englobar atividades de parlamentares nacionais na definição da política externa dos Estados (PURVIS; BAKER 1986 apud MAIA; CESAR, 2004).

Uma abordagem mais ampla foi traçada por Götz (2005, p.264), que distingue a atuação internacional de parlamentares como *método específico de tomada de decisão* e como *tipo particular de ator*. No primeiro caso, está representada a diplomacia no seu sentido clássico, conduzida tradicionalmente por diplomatas do Estado. No segundo caso, o legislador se insere no cenário externo como um ator específico.

¹⁵ Tal constatação, com diferentes formulações, se faz presente nos trabalhos de Stavridis (2012); Luz (2014); Gotz (2005). Para Gotz (2005, p.265), a falha das teorias de relações internacionais em teorizar e compreender a diplomacia parlamentar é conseqüência de duas deficiências importantes dos trabalhos na área: a falta de compreensão sobre a “construção transnacional de grupos políticos regionais baseados em normas” e sobre a complexidade da política doméstica.

¹⁶ Afirma Sobic (2012) que, no contexto da obra de Slaughter (2006) acerca das redes transgovernamentais, as IPIs constituem uma forma de rede transnacional.

Em uma abordagem nuançada, Luz (2014, p.141- 150) estabelece dois critérios de distinção de práticas da diplomacia parlamentar: o democrático e o de divisão de poderes. Sob o primeiro critério, divide-se a atuação internacional de parlamentares *eleitos*, cujo mandato é determinado por um processo eleitoral estatal ou supranacional da atuação de parlamentares *não-eleitos*, que podem ser diplomatas do Poder Executivo. No âmbito do segundo critério são definidas a *diplomacia parlamentar diplomática*, mais próxima à diplomacia pública comum, a *diplomacia parlamentar fiscalizadora*, empenhada em processos consultivos e de investigação, e a *diplomacia parlamentar legislativa*, dedicada às funções de debate, negociação e aprovação de tratados ou normas de organizações internacionais.

Outra sistematização, apresentada por Slaughter (2006), classifica o fenômeno a partir das funções exercidas pelas redes quando compostas por parlamentares. Para a autora, “o primeiro passo (do estudo das redes), é entender o que elas (as redes) podem e devem fazer” (SLAUGHTER, 2006, p.107). Assim, são identificados três modos de atuação que delineiam um perfil de como, atualmente, legisladores utilizam redes para avançar interesses e objetivos diversos. São eles: a) busca de voz própria na cena internacional; b) ação corretiva ou catalisadora de processos de integração regional; e c) auxílio ao trabalho legislativo.

No primeiro modo de atuação, questões políticas específicas são envolvidas. Nestes casos, parlamentares demonstram não estar satisfeitos com papel tradicional de ratificadores e fiscalizadores da política externa do executivo e, por isso, buscam nas redes uma maneira de exercer influência no cenário externo¹⁷. Organizações internacionais são veículos frequentes para este tipo de atuação, oferecendo aos legisladores a oportunidade de “definir um papel efetivo para si mesmos em um ambiente dominado tradicionalmente por diplomatas, entes civis e indicados políticos” (SLAUGHTER, 2006, p.108, tradução do autor¹⁸)¹⁹. Em outros exemplos, parlamentares podem criar redes independentes entre seus pares, mantendo-se

¹⁷ Em regimes presidencialistas, o poder Legislativo exerce um poder menor em temas de escopo internacional, configurando assim um “domínio do Executivo” percebido também em outras questões de política pública. A Constituição brasileira de 1988 lega a elaboração da política externa ao Executivo, restando ao Legislativo a função de decidir quanto a ratificação ou veto de tratados internacionais. Não obstante, a literatura acerca do tema costuma apontar que a relação entre poderes na condução de temas externos é mais complexa do que sugere o texto constitucional, tendo em vista a existência de uma série de mecanismos tanto formais quanto informais por meio dos quais o Legislativo pode exercer sua influência nesta seara. (CÉSAR; MAIA, 2004; LIMA; SANTOS, 2001; NEVES, 2003)

¹⁸ Citação original: “(...)their task within those organizations is to define an effective role for themselves as elected representatives in an environment traditionally dominated by diplomats, civil servants, or political appointees”.

¹⁹ São exemplos de organizações internacionais permeadas pela atuação parlamentar: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), através da Assembleia Parlamentar da OTAN, ativa desde 1955; a Organização para Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), através da Assembleia Parlamentar da OSCE, ativa desde 1994; a Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), através de sua Organização Interparlamentar, ativa desde 1977. (SLAUGHTER, 2006, p.108-112)

desvinculados de qualquer instituição pré-existente. Assim, são promovidas ideologias e questões políticas compartilhadas pelos membros²⁰.

O segundo modo de atuação engloba casos em que a atuação de parlamentares ocorre no contexto de processos de integração regional. Em alguns exemplos, tal atuação pode dar início a movimentos integracionistas, servindo como catalisadora de projetos amparados por sentimentos de identidade regional. Assim, a partir do contato entre representantes, são gerados incentivos a ações mais profundas de cooperação envolvendo poderes executivos nacionais e demais atores.²¹ Outros exemplos mostram a participação de parlamentares em projetos de integração já estabelecidos, em que a legitimidade ímpar de representantes eleitos atua como um corretivo democrático sobre processos liderados por tecnocratas.²²

Por fim, o auxílio ao trabalho legislativo constitui o terceiro modo de atuação. Nestes casos, as redes ensejam a profissionalização da atividade parlamentar e o seu aprimoramento. Destarte, parlamentares promovem a troca de ajuda técnica e informações entre legislaturas, em um esforço que visa estabelecer “uma linguagem comum para o trabalho parlamentar” (SLAUGHTER, 2006, p.125, tradução nossa²³). Ao operar estas redes, seus agentes promovem os legisladores como uma elite internacional capaz de exercer maior influência nos âmbitos regional e global, além de permitir que legislaturas em países mais frágeis possam receber suporte para o seu fortalecimento.²⁴

²⁰ Exemplos de redes independentes de parlamentares são vários. Alguns dos mais significativos são: a Conferência Global contra a Pena de Morte, que reuniu representantes de 13 países diferentes, os quais, no ano de 2001, emitiram resolução exigindo aos Estados Unidos e ao Japão que tomassem medidas para a abolição da pena de morte; o Grupo de Estudos Congresso Americano - Duma Russo, que reúne os legislativos russo e americano desde 1997; a Associação Parlamentar Euro-Árabe que, desde 1974, promove melhores relações entre países árabes e o continente europeu; e a União Interparlamentar, a mais antiga rede interparlamentar que, englobando representantes de 135 parlamentos, foi fundada em 1889. (SLAUGHTER, 2006, p. 112-116)

²¹ O Conselho Nórdico é um exemplo pioneiro de como a ação de legisladores pode atuar como catalisadora de processos de integração. Fundado em 1952 como um fórum exclusivamente parlamentar, o Conselho expandiu seu escopo através dos anos, incluindo em sua agenda temas de política externa e segurança e contando com a ação dos poderes executivos de seus cinco membros. Na América Latina, o Parlatino exerceu função semelhante, conforme será tratado mais adiante. (SLAUGHTER, 2006, p. 119)

²² O Parlamento Europeu nasceu como um corretivo para o “déficit democrático” percebido no âmbito da União Europeia, bloco cujas decisões tomadas de maneira monocrática por líderes não-eleitos geravam numerosos protestos na política doméstica dos países-membros. O Parlamento Europeu tem ganhado poderes ao longo dos anos, assumindo um papel relevante dentro da política europeia (SLAUGHTER, 2006, p.122). No contexto sul-americano, instituições parlamentares foram criadas no âmbito do Mercosul com intuito semelhante, a exemplo do Parlamento do Mercosul e a União de Parlamentares do Mercosul, conforme será tratado mais adiante.

²³ Citação original: “*The professionalism (...) establishes a common language for the parliamentary job*”.

²⁴ A ajuda técnica a parlamentos é assumida como função pela maioria das IPIs. A União Interparlamentar oferece apoio a legislaturas do Haiti, África do Sul e Camboja (IPU, 2003 apud SLAUGHTER, 2006). A Associação Parlamentar da Comunidade de Nações, que inclui 142 parlamentos de diferentes níveis, oferece sólida uma referência ao trabalho parlamentar a partir de um manual oficial para a atividade e troca de visitas entre parlamentares. A União Parlamentar Africana também desenvolve trabalho similar. (SLAUGHTER, 2006, 125-127)

1.3 Os processos históricos das redes de parlamentares

A literatura acerca da atuação internacional de parlamentares apresenta o fenômeno como resultante de determinados processos históricos que, responsáveis por mudanças profundas no ambiente internacional, geraram incentivos ao surgimento das redes transnacionais e à projeção de seus atores. Autores como Costa et al. (2012) e Drummond (2010) estabelecem a democratização, a regionalização e a globalização como engrenagens do surgimento das IPIs e da profusão de iniciativas envolvendo legisladores em fóruns e OIs²⁵. São processos recentes, que incitaram tendências como a multiplicação de instituições internacionais, a inserção de novos atores no ambiente externo, o aprimoramento das estruturas de governança e a desagregação da autoridade estatal.

A emergência das redes de parlamentares esta associada a estas mudanças. Pois, como visto nas seções anteriores, estas redes sugerem a proliferação de novos atores e instituições que exercem papéis relevantes no ambiente internacional. Cabe a esta seção, portanto, apresentar uma definição destes três processos históricos e a inter-relação entre eles, de modo a confirmar o seu valor como instrumentos de pesquisa a serem explorados na continuação do presente trabalho.

A democratização implica na disseminação de regimes democráticos por todo o mundo, culminando tanto na extensão do direito ao voto a um amplo conjunto de cidadãos quanto na multiplicação de órgãos representativos (BOBBIO, 1998). A regionalização, por sua vez, remete ao processo de formação de blocos regionais e na projeção da região como um nível relevante de articulação política (SODERBAUM, 2004). E a globalização engloba mudanças na organização do tempo e do espaço entre sociedades (HELD, 2001).

A intrínseca relação entre os três processos pode ser traçada. Primeiro, vale notar que eles se seguem de forma cronológica e podem se fortalecer mutuamente (COSTA et al., 2012). A democratização tem raízes no século XVIII, enquanto a regionalização teve sua primeira onda no pós-Segunda Guerra e a globalização apenas tomou corpo com o fim da Guerra Fria. O avanço recente da democratização, alguns autores apontam, foi ensejado pela globalização²⁶

²⁵ Outros autores que, de certo modo, relacionam os três processos à atuação internacional de parlamentares são Luz (2010); Rüländ (2012); Sabic (2012); Stavridis et al. (2012).

²⁶ Segundo proponentes da conexão entre o avanço da democratização e os efeitos da globalização, este último processo promove uma maior integração de países na economia global. Com esta integração, são intensificados os fluxos de informação, os quais, por sua vez, tendem a gerar maior convergência cultural entre países, disseminando, portanto, regimes democráticos (LI; REUVENY, 2003).

que, por sua vez, é um dos elementos por trás da segunda onda da regionalização ²⁷ (LI; REUVENY, 2003).

Entretanto, os três processos não são irreversíveis (COSTA et al., 2012). A onda da democratização, por exemplo, marcante durante o pós-Guerra Fria, diminuiu seu ímpeto ao adentrar o século XXI. De acordo com o instituto de pesquisa Freedom House, 2015 foi o quinto ano consecutivo de declínio no número de regimes democráticos ao redor do mundo. E, em certos casos, um dos processos pode prevalecer sobre os demais, como em países onde uma maior abertura ao exterior e integração na economia global não foram acompanhados por avanços no sentido da democratização ²⁸.

O processo de **democratização** emergiu na modernidade a partir das Revoluções do século XVIII, quando foram lançadas as bases dos sistemas democráticos que, firmados como um modelo ideal de governo, passaram a ser disseminados, com idas e vindas, por todo o mundo (COSTA et al., 2012, p.18). Para Bobbio (1998, p.324), a democratização, em geral, pode consumir-se em duas direções: na extensão do direito ao voto, de modo a legá-lo ao mais amplo conjunto de cidadãos; e na multiplicação de órgãos representativos. O processo de democratização, deste modo, “consiste numa transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo” ²⁹.

Adaptações do conceito surgiram através do tempo, dando origem a divisões relevantes, como a cisão entre democracia deliberativa ou participativa e democracia representativa. Avançado por Habermas (1998), o conceito de democracia deliberativa implica em uma ampliação da participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva, e assim, opõe-se a modelos elitistas em que a competição entre partidos através do voto leva ao processo político uma dimensão mercadológica ³⁰. Sob esta crítica, a democracia

²⁷ O conceito de “novo regionalismo” ou “regionalismo aberto” que emergiu durante os anos 1990 é diretamente ligado ao processo de globalização. No contexto de desafio à centralidade do Estado-nação no sistema internacional e de liberalização comercial, os espaços e instituições regionais passaram a ser compreendidos como níveis intermediários de estruturas de governança global (WUNDERLICH, 2007, p.29).

²⁸ Um exemplo notório de integração à economia global desacompanhada de reformas democráticas é o caso da história recente chinesa (O'MAHONEY; WANG, 2014).

²⁹ Há de se destacar que a ideia de representação é anterior à constituição dos regimes democráticos modernos. Associa-se a Thomas Hobbes e o seu conceito de poder do Estado o marco inicial dos debates acerca da representação. Para o autor, a delegação total de poder ao soberano é motivada pela necessidade de sobrevivência dos cidadãos que, quando vivem um Estado de Natureza, são ameaçados por uma situação de guerra perene. O soberano, portanto, seria o legítimo representante dos signatários do pacto social. Somente mais tarde, com John Locke, associa-se o conceito de representação ao sistema democrático. (MEDEIROS et al., 2010, p.32)

³⁰ O modelo de democracia deliberativa de Habermas é constituído por duas vias (*two-track*) que determinam o poder da comunicação entre esferas públicas. Em uma via, a linguagem comum da esfera pública é transmitida

representativa encontraria sua legitimidade apenas no resultado eleitoral (LUCHMANN, 2002). No contexto dos parlamentos regionais, esta divisão é refletida em debates acerca de como os parlamentares asseguram sua participação nestas entidades (através de eleições diretas, indicação da instituição originária, ou um misto de ambas) (COSTA et al, 2012, p.2).

Ademais, a literatura sobre democratização enfatiza a importância dos conceitos de “legitimidade” e prestação de contas (*accountability*) (COSTA et al, 2012, p.2) . O primeiro volta-se ao cumprimento de padrões democráticos no interior de regimes internacionais. Neste sentido, a garantia da legitimidade traduz-se na capacidade de “manter a crença de que as instituições estabelecidas são as mais eficazes para promover o bem estar da sociedade” (MEDEIROS et al., 2004, p.35)³¹. O conceito de prestação de contas, por sua vez, concentra-se em normas institucionais e mecanismos organizacionais. De acordo com Shugart, Moreno e Crisp (2000), o conceito engloba a necessidade de comunicação entre eleitores e governantes, como também, a capacidade que instituições têm de punir transgressores de normas.

Entre obras acerca da atuação parlamentar no cenário internacional, o principal ponto de convergência costuma ser a caracterização do fenômeno como uma resposta ao *déficit democrático* das relações internacionais (LUZ, 2014; SABIC, 2012; DRUMMOND, 2010; STAVRIDIS, 2006; UHLIN; ERMAN, 2010). Um panorama da questão é traçado por Drummond:

“No presente quadro de regionalização e globalização, o processo decisório é progressivamente transferido para o nível intergovernamental, ou às vezes, supranacional. (...) Desta maneira, cada vez mais o cidadão comum vê-se alienado e distante dos processos decisórios, impotente para neles intervir e se fazer representar.”
(DRUMMOND, 2010, p.69)

Nota-se que processos transnacionais como a negociação de acordos e articulações no âmbito de organizações internacionais, intensificados com o avanço da globalização, afetam de modo drástico populações nacionais sem, no entanto, contar com sua participação ou representação. Parlamentares, dotados constitucionalmente com “o poder de legislar, fiscalizar e representar legitimamente a população no que se refere aos temas internacionais e às diferentes esferas de interesse”, podem exercer esta representação, preenchendo os

às ações do Estado; em outra via, o conteúdo das ações do Estado é transmitido aos cidadãos, garantindo amplo acesso à informação.

³¹ Medeiros et al. (2004, p.35) também coloca que a legitimação de organizações regionais é definida em dois níveis: “1) a identificação entre esfera pública e organização supranacional e 2) a diminuição do déficit democrático por meio da instituição de mecanismos de controle.”

chamados *vazios de legitimação*³² que afligem o ambiente internacional globalizado (LUZ, 2014, p.130).

Não obstante, conforme coloca Drummond (2010, p.71), é apenas de forma parcial que parlamentares logram exercer função representativa no âmbito internacional. Pois, apesar de eleitos por sufrágio universal, ao atuarem no cenário externo, os representantes eleitos “não exercem a competência legislativa, mas apenas consultiva, não tendo qualquer protagonismo decisivo na proposição e aprovação de normas negociadas em âmbito regional o internacional; e tampouco desfrutam do poder de controle sobre outras instituições”. Contudo, como já demonstrado, observa-se uma continuada proliferação de instituições parlamentares no âmbito de processos de integração e organizações internacionais, fato que evidencia a visão da participação de legisladores em processos transnacionais como um corretivo democrático para os vazios de legitimação.

Em sequência à democratização, o processo de **regionalização** surge em um contexto mais recente, a partir final da Segunda Guerra Mundial, e envolve a projeção do nível regional na esfera da política internacional e o desenvolvimento de projetos de integração. A primeira onda do regionalismo voltava-se, principalmente, à integração regional na Europa Ocidental e à solução de dilemas de segurança (WUNDERLICH, 2007, p.7)³³. Mais tarde, com o fim da Guerra Fria, o “velho regionalismo” deu lugar ao “regionalismo aberto” ou à segunda onda do regionalismo, que engloba um número maior de atores estatais e não-estatais de diferentes níveis de governo. Não mais restrito às agendas de chefes de Estado e diplomatas, os processos de regionalização da segunda onda passaram a envolver outras instituições da estrutura governamental, como entes do judiciário e, justamente, os parlamentos (COSTA et al., 2012, p.4; SÖDERBAUM, 2004, p.17; WUNDERLICH, 2007, p. 7).

Sob o “regionalismo aberto”, os processos de regionalização se estenderam a regiões mais amplas do globo, marcando o nascimento - ou ressurgimento – de processos integracionistas como o Mercosul, ASEAN (Associação de Nações do Sudoeste Asiático), APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre

³² O filósofo alemão Jürgen Habermas definiu o conceito de “vazios de legitimação” no livro “A Constelação Pós-nacional”. Nele, aponta-se para os processos de globalização como causadores de transferências de competência das esferas nacionais para as internacionais que, por sua vez, dão origem ao fenômeno referido. (HABERMAS, 1998, p.86 apud DRUMMOND, 2010, p. 69)

³³ O domínio da soberania e do poder dos Estados-nação e os meios de transcender o nacionalismo dominavam os esforços da regionalização de primeira onda. Duas abordagens teóricas do problema digladiavam-se neste período. De um lado, a abordagem supranacional, concentrada na restrição da soberania dos Estados a partir de novas instituições que se sobrepunham a autoridade estatal. De outro lado, a abordagem intergovernamental, focada na centralidade da soberania em processos de cooperação regional. (WUNDERLICH, 2007, p.7)

Comércio)³⁴. Antes limitados a uma agenda de acordos comerciais e alianças de segurança, estes processos passaram a incorporar novos temas, como mudança climática (COSTA et al., 2012, p.4; SÖDERBAUM, 2004, p.17; WUNDERLICH, 2007, p. 7).

Nesta segunda fase do regionalismo, os legisladores passaram a atuar nas estruturas de integração como “cintos de transmissão” (*transmission belts*) entre as elites governantes e a sociedade civil. Esta relação é marcada por uma dinâmica *bottom-up*³⁵, que definem um papel ainda maior não apenas para os parlamentares, mas também para as entidades da sociedade civil (STAVRIDIS et al, 2012, p.212). O “velho regionalismo” era caracterizado por lógica intergovernamental, que concentrava poderes nos governos nacionais. Naquele contexto, os parlamentos assumiam um papel limitado, como legitimadores de processos conduzidos pelos Executivos. O novo regionalismo, em notável contraste, insere as IPIs como atores com um papel ativo no desenvolvimento de uma nova ordem global. Não por acaso, nesta segunda onda ocorre uma explosão de novas instituições parlamentares internacionais (IPIs) e uma reforma das já existentes (COSTA et al., 2012, p.6).

Esta transição do velho para o novo regionalismo está diretamente ligada ao ambiente internacional nascido a partir do pós-Guerra Fria e o seu principal determinante: a **globalização** (SÖDERBAUM, 2004, p. 17). Apesar de apontado como um processo histórico de longa duração, que remonta a tendências seculares de mudança³⁶, este fenômeno passa a ter maior repercussão a partir da década de 1970, época em que se encontrava em curso uma rápida expansão da interdependência política e econômica entre países (HELD; MCGREW, 2003). Com o fim da Guerra Fria, as tendências globalizantes tiveram um decisivo impulso, marcando uma significativa redistribuição de poder entre Estados, mercados e a sociedade civil (HELD; MCGREW, 2003).

Propulsionado por fatores como a liberalização comercial, a desregulamentação financeira e a intensificação das atividades transnacionais, o conceito contemporâneo de globalização é caracterizado como um “(...) processo multidimensional que está transformando a organização do tempo e do espaço entre fronteiras nacionais”

³⁴ Além dos novos processos de regionalização, o integracionismo europeu também passou por grandes transformações nesta segunda onda com o desenvolvimento do Mercado Único (*Single Act*), visto como responsável por propulsionar outros projetos de integração (WUNDERLICH, 2007, p.29).

³⁵ No contexto do velho regionalismo, os processos de integração eram guiados por uma lógica intergovernamental, em que o entendimento entre governos prevalecia sobre os demais atores. Predominava, deste modo, uma dinâmica *top-down* (DRUMMOND, 2010; STAVRIDIS et al., 2012).

³⁶ Autores como Braudel (1998), Modelski (1972), Hodgson (1993) e Bentley (1996) analisam a globalização em uma perspectiva *long dureé*, observando padrões de interdependência no ambiente internacional desde as origens do sistema de Estados.

(WUNDERLICH, 2007, p.44, tradução nossa³⁷). Em um ambiente internacional globalizado, o incremento dos fluxos de comércio, informação, investimento e pessoas faz com que desenvolvimentos em lugares distantes dos centros de poder tenham consequências globais, configurando um mundo permeado por relações de interdependência (HELD et al., 2001, p.135).

Neste contexto, novas formas de abordar questões locais, regionais e globais surgiram, dando origem ao conceito de *governança*. Rosenau (2004) estabelece a diferença entre a ideia de governo, que se refere, fundamentalmente, a estruturas formais que exercem a autoridade de modo visível, e governança, que diz respeito a coletividades que empregam meios formais e (ou) informais para realizar demandas, estabelecer metas, emitir diretivas, seguir políticas e gerar compromissos (ROSENAU, 2004, p. 31). Dentro da literatura, este conceito é usado nas suas variantes como governança regional, global ou multinível.

A governança regional consiste na projeção das regiões como níveis de articulação política no trato de questões concernentes ao espaço regional. De acordo com Helen Nesadurai (2005, p.158), três são as formas em que os processos de regionalização podem estar ligados ao fenômeno da globalização. Primeiro, o regionalismo pode inserir atores regionais na economia global. Em seguida, a priorização do nível regional pode servir como um instrumento de resistência à globalização e suas consequências sociais e econômicas. E, por fim, problemas advindos dos processos de liberalização podem ter sua solução desenvolvida a partir das regiões.

Da relação intrínseca entre os processos de regionalização e globalização, também surge o conceito de governança multinível (*multilevel governance*)³⁸. Este termo parte da tendência de dispersão da autoridade no âmbito de Estados e instituições internacionais, que resulta em diferentes níveis de governança. As diferentes formas de articulação destes níveis e os seus benefícios para a gestão de problemas complexos são questões correntes nos textos sobre o tema (HOOGHE; MARKS, 2001, p.4). Argumenta-se ainda que a legitimização de processos integracionistas passa pela governança multinível, visto que do ponto de vista político, econômico e social, regiões têm emergido como uma camada mediadora entre os níveis nacional e global (WUNDERLICH, 2007, p.48).

A governança pode ser interpretada como um sistema criador de normas, uma vez que

³⁷ Citação original: “Globalisation might be described as a multidimensional and multifaceted process that is transforming the organisation of time and space across national borders”.

³⁸ O termo “governança multinível” foi criado por G. Marks (1992) como resposta à progressiva importância atribuída aos governos subnacionais nas políticas estruturais da União Europeia (DEBARDELEBEN; HURRELMANN, 2007, p.2).

provê uma estrutura para a regulação dos níveis global e regional do ambiente externo (WUNDERLICH, 2006). Um sistema, portanto, normativo, que, de acordo com Wunderlich (2006, p.31), é sustentado por “pilares” representados pelas organizações internacionais, os regimes, a sociedade civil organizada e os princípios compartilhados.

A partir este raciocínio, as redes de parlamentares podem ser definidas como partes componentes das estruturas de governança, responsáveis por multiplicar instituições e permitir que questões de abrangência local, regional, e global sejam atendidas a partir da articulação de legisladores no ambiente internacional. Esta atuação de parlamentares em diferentes níveis distintos de governança leva a criação de instituições regionais e macro-regionais, e assim, dá origem ao que Stavridis (2006, p.9) chama de “vasos comunicantes” (*communicating vessels*) entre estas entidades ³⁹. Assim, é fortalecido o trânsito de informações entre as instituições da diplomacia parlamenta que, com isso, são reforçadas como instrumentos de governança multinível.

Por fim, embasando-se na literatura da área, é possível estabelecer algumas relações de causalidade entre os três processos históricos trabalhados e a emergência das redes de parlamentares. No tocante a democratização, a disseminação de sistemas democráticos de governo e o surgimento do conceito de legitimidade entre instituições políticas são efeitos deste processo que geraram um impacto importante à diplomacia parlamentar.

O processo de democratização é a principal força por trás da multiplicação de órgãos legislativos em todo o mundo (COSTA et al., 2012, p.5). Apesar de remontar ao século XVIII, este processo ganha um fôlego especial no pós-Guerra Fria, quando ocorre o renascimento das democracias na América Latina e na Europa do Leste. Com isso, houve um aumento significativo de países democráticos, dotados de parlamentos legítimos. (LUZ, 2012, p.134) ⁴⁰. Além do mais, esta difusão de órgãos legislativos esteve acompanhada de uma proliferação das Instituições Parlamentares Internacionais (IPIs) (DRUMMOND, 2010, p.79).

Este *crescendo* das atividades legislativas em âmbito nacional e internacional intensificou a atuação internacional de parlamentares. Representantes eleitos, cada vez em maior número, demonstram interesse no engajamento em questões externas, e as IPIs, por sua vez, são alimentadas por este engajamento ao mesmo tempo em que o estimulam. Desenha-se,

³⁹ As regiões mais atuantes em termos de Diplomacia Parlamentar, segundo trabalho de Lecours (2002) apud Stavridis (2006) são Quebec, Flanders, Wallonia, Catalunha, e País Basco. Nos casos de Quebec, Catalunha e País Basco, pleitos por independência servem como elemento aglutinador de instituições parlamentares e ensejam a defesa dos interesses particulares destas regiões.

⁴⁰ Dos 192 Estados existentes, 181 possuem parlamentos (JIMÉNEZ, Carlos, 2008 apud LUZ, 2012, p.134).

deste modo, uma primeira relação de causalidade entre o processo de democratização e as redes de parlamentares.

Outra relação verificada se refere à disseminação dos conceitos de legitimidade e prestação de contas (*accountability*) no interior de instituições internacionais. Neste caso, a democratização deu origem a demandas por representatividade democrática no âmbito das relações internacionais e por mecanismos que ampliassem a credibilidade de entidades governantes perante as sociedades nacionais (COSTA et al., 2012). Especialmente em blocos regionais de integração, a existência de déficits democráticos nos processos decisórios em nível transnacional passou a ser notada (DRUMMOND, 2010).

Como resposta a estes “vazios de representação”, surgem novas esferas para a participação parlamentar em questões internacionais. Parlamentos de integração, novas IPIs e mesmo a inclusão de representantes eleitos em entidades já estabelecidas como a ONU e a OMC, multiplicam-se como uma forma de reduzir o distanciamento entre os povos e os entes transnacionais – contribuindo para a legitimidade destes últimos (DRUMMOND, 2010; LUZ, 2012; MEDEIROS et al., 2010). A atuação externa de parlamentos e seus membros é amplamente reconhecida como um “corretivo democrático” às relações internacionais (BAIOCCHI, 2006; DRUMMOND, 2010; LUZ, 2012; STAVRIDIS, 2006). Surge, assim, uma segunda relação entre o processo de democratização e às redes de parlamentares. Abaixo, a Figura 1 ilustra o exposto.

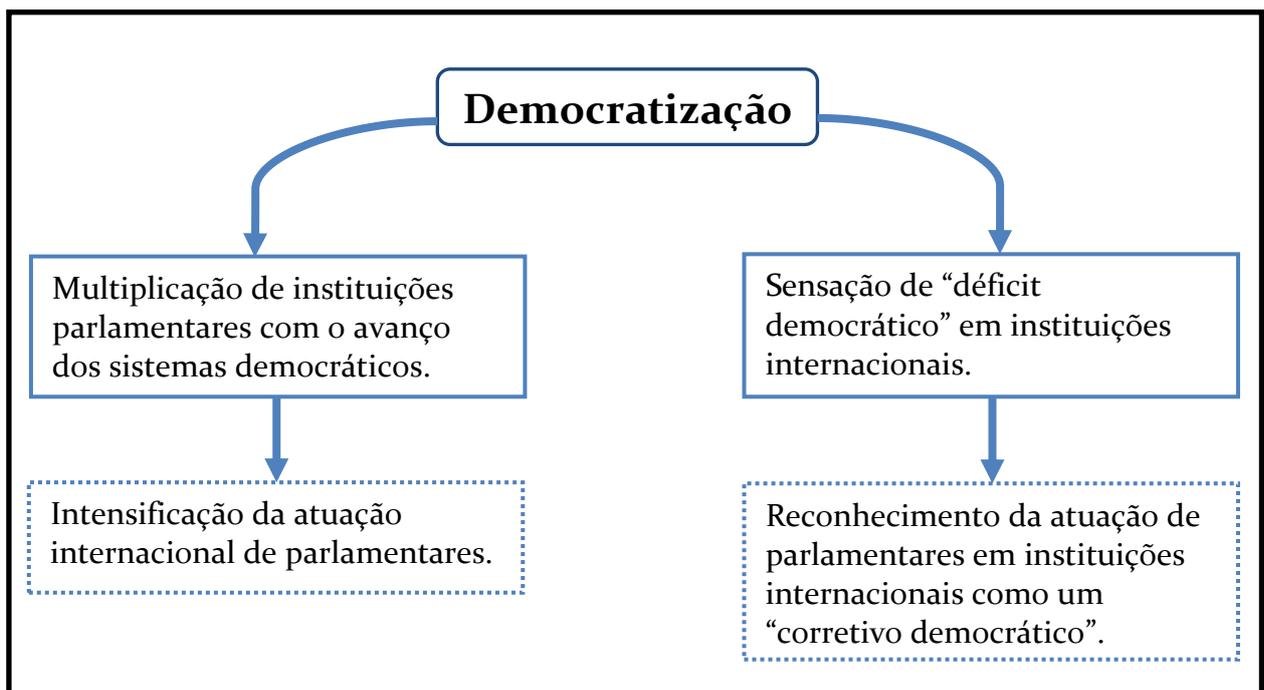


Figura 1. Fonte: elaborada pelo autor.

No que concerne ao processo de regionalização, as redes de parlamentares foram beneficiadas tanto pela multiplicação de instituições regionais como pela projeção das regiões como níveis de articulação política.

O avanço dos processos de integração deu origem a novas entidades de nível regional a partir das quais o intercâmbio político e econômico entre comunidades de uma mesma região foi intensificado. Com início na década de 1990, a chamada “segunda onda” do regionalismo foi caracterizada pela ampliação do número de atores envolvidos por estas instituições, as quais passaram a lidar com uma agenda mais diversificada de temas (SÖDERBAUM, 2004, p.17; WUNDERLICH, 2007, p. 7).

Não por acaso, representantes eleitos nas esferas nacionais e locais abarcaram o conjunto de novos atores do “regionalismo aberto” (COSTA et al., 2012). Motivada, sobretudo, pela existência dos “déficits democráticos”, a inclusão de parlamentares em instituições regionais fez com surgissem parlamentos de integração e outras entidades voltadas a temas regionais compostas por legisladores, contribuindo de maneira significativa para o fenômeno das redes de parlamentares (DRUMMOND, 2010, MEDEIROS, 2010)

Contudo, nota-se que parlamentares não apenas são integrados a blocos regionais, como também criam instituições próprias situadas no nível regional. Neste sentido, uma segunda relação pode ser estabelecida entre o processo de regionalização e a emergência das redes de parlamentares, desta vez entre a projeção das regiões e o próprio engajamento parlamentar nesta seara.

O incremento das atividades política e econômica no contexto regional no contexto da “segunda onda” pode ser explicado por fatores diversos, como a realização de estratégias de desenvolvimento e a necessidade de resposta aos efeitos da globalização ou de integração à economia global (HIGGOT, 2006 apud WUNDERLICH, 2007, p. 35). Neste contexto, a região torna-se uma importante camada de mediação entre os níveis nacional e global, e verifica-se a busca de atores políticos por espaço no âmbito regional (WUNDERLICH, 2007, p.48).

Os legisladores, por vezes sentindo-se distanciados dos processos em nível transnacional, engajam-se em questões regionais e, deste modo, assumem o papel de “cintos de transmissão” entre as elites governantes e a sociedade civil (STAVRIDIS et al, 2012, p.212). Nasce instituições parlamentares orientadas pela região, reunindo representantes nacionais e subnacionais de uma mesma área regional. Para citar alguns exemplos, este foi o caso do Parlamento Latino Americano (PARLATINO), entidade circunscrita à América

Latina; da União de Parlamentares Sulamericanos e do Mercosul (UPM), reunindo legisladores dos países do Mercosul; e o Conselho Nórdico, reunindo parlamentares dos países nórdicos.

Portanto, pode-se inferir que a projeção do nível regional no ambiente internacional, uma tendência ensejada pelo processo de regionalização, incitou o fenômeno das redes de parlamentares através do estímulo ao surgimento de novas instituições parlamentares regionais. Abaixo, a Figura 2 ilustra ambas as relações de causalidade existentes entre a regionalização e a emergência das redes de parlamentares.

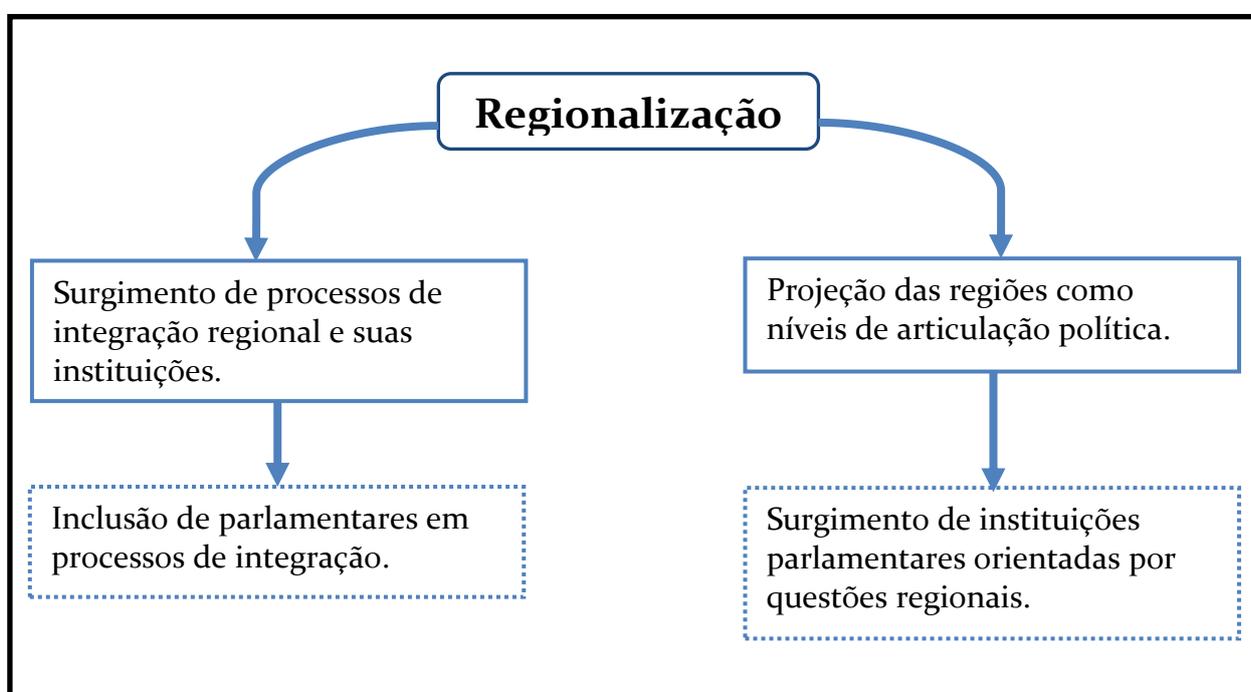


Figura 2. Fonte: elaborada pelo autor.

Do processo de globalização, igualmente, pode ser estabelecidas algumas relações de causalidade com a emergência das redes de parlamentares. Duas destas relações partem do surgimento de novos atores do cenário internacional e do estabelecimento das chamadas estruturas de governança.

O avanço da globalização a partir do fim da Guerra Fria marcou um acelerado processo de transformação do tempo e do espaço no cenário internacional. Com o incremento dos fluxos de comércio, informação e pessoas, foi dado cabo a uma progressiva redistribuição de poder entre Estados, mercados e a sociedade civil (HELD; MCGREW, 2003; HELD, 2001; WUNDERLICH, 2007). Neste cenário, o fenômeno da emergência de novos atores estatais e não-estatais, que ocorria desde meados do século XX, ganhou força, e a atuação de ONGs,

multinacionais e órgãos governamentais conquistou espaços nas relações internacionais contemporâneas (HELD; MCGREW, 2003).

Parlamentares e suas instituições, deste modo, estão entre estes novos atores, atuando tanto em instâncias já estabelecidas do sistema internacional quanto em espaços criados por iniciativa de seus pares (SLAUGHTER, 2006). Os incentivos para este engajamento abrangem a insatisfação com o um papel minoritário em questões externas, o desejo de promover questões políticas específicas e o intuito de projetar a classe dos legisladores como uma elite do cenário internacional (SLAUGHTER, 2006)

Outra relação entre o processo de globalização e as redes de parlamentares reside nas estruturas de governança, as quais consistem em sistemas existentes para a regulação dos níveis global e regional do ambiente externo (WUNDERLICH, 2007). Este mecanismo, que opera através da articulação política de comunidades através de meios formais e informais (ROSENAU, 2004), assume diferentes formas dentro da literatura. A ideia da governança multinível, por exemplo, se refere a multiplicação de instâncias partícipes do processo político a partir de uma dispersão da autoridade dos Estados (HOOGHE; MARKS, 2001).

Assim, pode-se abordar os parlamentares e suas instituições como níveis de governança que, em articulação ou outros atores, lidam com problemas de ordem local, regional e global (STRAVRIDIS, 2006).

Duas das relações de causalidade entre a globalização e a emergência das redes de parlamentares foram apresentadas; a Figura 3 abaixo as ilustra.



Figura 3. Fonte: elaborada pelo autor.

As relações de causalidade apresentadas, apesar de estarem distantes de esgotar todas as associações possíveis entre os processos trabalhados e as redes de parlamentares, ajudam a estabelecer a democratização, a regionalização e a globalização como guias de estudo das redes de parlamentares.

A democratização, que decorre da adoção da democracia como um sistema político ideal, sustenta clamores pela correção de déficits democráticos em organizações internacionais e processos de integração regional, resultando na multiplicação das redes de parlamentares. A regionalização alcança em sua segunda versão (o regionalismo aberto) uma amplitude global, passando a tratar de novos temas e incluindo novos atores, como os legisladores e parlamentos. Diretamente ligado ao processo de regionalização, a globalização engloba o vasto contexto da ampliação das relações de interdependência e a divisão da autoridade em diferentes níveis - ensejando a emergência de novas redes transnacionais.

São processos que, interligados, marcaram as mais recentes transformações do sistema internacional, fornecendo as condições para a multiplicação de instituições internacionais, a inserção de novos atores no ambiente externo, o aprimoramento das estruturas de governança e a desagregação da autoridade estatal. As redes de parlamentares são frutos destas mudanças.

Neste capítulo foi traçado um panorama geral das redes transgovernamentais e como parlamentares podem estar nelas inseridos. Inicialmente, verificou-se que o conceito de redes transnacionais e os seus termos subsidiários emergiram na academia durante a década 1970, tendo os trabalhos de Keohane e Nye como um marco central. Na época, o avanço das relações de interdependência entre atores do sistema internacional incitava a criação de canais entre unidades de dentro e fora do aparato estatal. Décadas depois, com fim da Guerra Fria, houve um ressurgimento do tema, e o conceito passou a ser aplicado em diferentes áreas do conhecimento. No tocante às redes entre unidades de governos, o trabalho de Slaughter (2006) definiu uma nova ordem mundial a ser constituída a partir destes canais e, com isso, incluiu os legisladores como agentes em redes.

Em seguida, o capítulo voltou-se à literatura em diplomacia parlamentar de modo a oferecer perspectivas para a atuação de parlamentares em redes. Assim, foram apresentadas algumas sistematizações úteis ao entendimento dos meios de atuação internacional destes agentes. Deu-se ênfase à classificação de Slaughter (2006) acerca dos modos de atuação de parlamentares através de redes, que se divide em busca de voz própria na cena internacional; ação corretiva ou catalisadora de processos de integração regional; e auxílio ao trabalho legislativo.

Ao final, o capítulo buscou apresentar três processos históricos relevantes associados à atuação internacional de parlamentares, estabelecendo ao fim algumas relações de causalidade entre os processos e a emergência das redes de parlamentares.

2 A ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS CATARINENSES EM REDES TRANSNACIONAIS

Neste capítulo será analisada a atuação de deputados estaduais catarinenses em redes transnacionais. Inicialmente, faz-se necessário apresentar um panorama da estrutura e do funcionamento da ALESC para, em seguida, estabelecer os mecanismos pelos quais a atuação parlamentar em redes é efetuada.

2.1 A Assembleia Legislativa de Santa Catarina ⁴¹

A ALESC iniciou seus trabalhos a partir da criação das assembleias provinciais pelo governo regencial do Império, no ano de 1834. A partir de seu nascimento, a instituição enfrentou problemas estruturais que perpassaram anos de descaso por parte do Poder Executivo estadual. Por um longo período, os deputados conduziram seus trabalhos em diversas instalações provisórias. A itinerância teve fim em 1970 quando, por iniciativa do governador Gustavo Richard, foi construído o amplo Palácio Barriga Verde em localização privilegiada na cidade de Florianópolis, local onde até hoje o legislativo catarinense permanece instalado.

Conforme estabelecido pela Constituição do Estado de Santa Catarina (1989), o Poder Legislativo possui autonomia financeira e administrativa e é representado pelo seu presidente. Seus componentes, que alcançam 40 deputados, são eleitos pelo voto direto, em sistema proporcional, e exercem um mandato de quatro anos de duração. Dispõe, sob sanção do governador, sobre matérias de competência do Estado, como o sistema tributário estadual, o plano orçamentário plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e operações de crédito e dívida pública, a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública, a criação e extinção de Secretarias de Estados e órgãos da administração pública, entre outros (art. 39). Dispõe, de modo exclusivo, sobre emendas à Constituição, o julgamento anual das contas prestadas pelo Governador, a fiscalização de controle dos atos administrativos dos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, entre outros (art. 40).

Os deputados, entre si, elegem os membros da Mesa da Assembleia, que consiste em um órgão colegiado, chefiado pelo Presidente, ao qual incumbe a função de dirigir os trabalhos legislativos e administrativos da Casa. De acordo com o partido de cada deputado, bancadas são formadas; e conforme a iniciativa de dois ou mais partidos políticos, são constituídos blocos parlamentares ⁴². Cabe a cada bancada ou bloco a escolha de seu líder.

⁴¹ Para esta seção, as principais referências consultadas foram o portal *online* da ALESC, disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>; a Constituição do Estado (2016), disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/sites/default/files/CESC_2016_69_71_emds.pdf>; e o Regimento Interno (2016), disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/sites/default/files/Regimento_15_02_2016_0.pdf>. Referências completas ao final do trabalho.

⁴² No contexto da atual 18ª legislatura, existem 10 bancadas partidárias; as três maiores delas são as do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático) e PT (Partido dos Trabalhadores).

A condução dos trabalhos da Assembleia ocorre, sobretudo, através de sessões plenárias, em que são tratadas as matérias de competência da Casa e são realizadas solenidades e audiências com autoridades ⁴³; reuniões, que podem ocorrer entre membros da Mesa e das comissões para a deliberação de temas de sua competência; e audiências públicas, em que se reúnem membros das comissões com entidades da sociedade civil ou movimentos sociais organizados ⁴⁴.

Fundamentais para o trabalho legislativo são as comissões parlamentares. Estas consistem em órgãos, de caráter permanente ou temporário, voltados para a análise da constitucionalidade das proposições, emissão de pareceres, apuração de fatos específicos e fiscalização dos programas e atos governamentais ⁴⁵. Sua composição, orientada pelo critério de proporcionalidade partidária, é definida a cada ano, logo no início dos trabalhos ⁴⁶.

2.1.1 Atuação internacional

A abertura da instituição ao exterior ocorreu no transcurso da década de 1990. Conforme relata Gilmar Knaesel ⁴⁷, deputado atuante durante aquele período, uma série de

⁴³ As sessões plenárias classificam-se em preparatórias (precedem o início dos trabalhos legislativos), ordinárias, extraordinárias (realizadas em data e local diferentes daqueles das sessões ordinárias), especiais (convocadas para audiência com secretários de estado, grandes comemorações e leitura da mensagem anual do governador do estado ao Legislativo), solenes (realizadas para a posse do Governador e Vice-Governador do Estado e dos deputados, e também para a concessão de honrarias), e secretas (convocadas para deliberar sobre perda de mandato de Deputado).

⁴⁴ No total, as atividades conduzidas pelos deputados consistem em sessões legislativas, que compreendem o período anual de reunião dos deputados; sessões preparatórias, nas quais se elegem o Presidente e os demais membros da Mesa Diretora; sessões plenárias, em que são tratadas as matérias de competência da Casa e são realizadas audiências com autoridades e solenidades ⁴⁴; reuniões, que podem ocorrer entre membros da Mesa e das comissões para a deliberação de temas de sua competência; e audiências públicas, em que se reúnem membros das comissões com entidades da sociedade civil ou movimentos sociais organizados.

⁴⁵ As comissões dividem-se em: permanentes, quando integram a estrutura institucional da Assembleia e acompanham os trabalhos legislativos de modo permanente; mistas, quando são destinadas a apreciação de determinado tema ou atividade, extinguindo-se até o término da legislatura; de inquérito, quando imbuídas de caráter investigatório; especiais, quando temporárias; representativas, quando criadas para atuar durante o recesso parlamentar; e de Ética e Decoro Parlamentar, quando criadas no início de cada sessão legislativa com o intuito de manter o decoreto, a ordem e a disciplina durante os trabalhos .

⁴⁶Atualmente existem 28 comissões permanentes. São elas: Comissão De Agricultura E Política Rural, Comissão De Constituição E Justiça, Comissão De Defesa Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente, Comissão De Defesa Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência, Comissão De Direitos Humanos, Comissão De Economia, Ciência, Tecnologia, Minas E Energia, Comissão De Educação, Cultura E Desporto, Comissão De Ética E Decoro Parlamentar, Comissão De Finanças E Tributação, Comissão De Legislação Participativa, Comissão De Pesca E Aquicultura, Comissão De Prevenção E Combate Às Drogas, Comissão De Proteção Civil, Comissão De Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais E Do Mercosul, Comissão De Saúde, Comissão De Segurança Pública, Comissão De Trabalho, Administração E Serviço Público, Comissão De Transportes E Desenvolvimento Urbano, Comissão De Turismo E Meio Ambiente.

⁴⁷ O ex-deputado Gilmar Knaesel foi entrevistado pelo autor em 19 de outubro de 2016.

acordos firmados com a região do Vêneto, na Itália, marcaram o início do relacionamento exterior do parlamento catarinense. Estes primeiros passos, de acordo com o ex-deputado, foram recebidos com receio por membros do Executivo e do próprio Legislativo, principalmente em função do temor de uma possível leitura negativa por parte da imprensa acerca das viagens oficiais realizadas pelos parlamentares. Apesar desta preocupação não ter se esvaído, o Executivo também intensificou sua atividade internacional a partir das iniciativas do parlamento. “Foi a ALESC que abriu este caminho”, afirma Knaesel (2016).

A atuação internacional da ALESC encontra embasamento tanto na Constituição do Estado de Santa Catarina como em seu Regimento Interno. A priori, esta fundamentação reside no papel do parlamento como agente fomentador do desenvolvimento do conjunto da unidade federada. No seu art. 39, inc. IV, a Constituição estadual aponta como atribuição da Assembleia Legislativa a elaboração de “planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento”. Nesta perspectiva, a busca por canais de intercâmbio com entes estrangeiros traduz-se em uma expressão da atividade de fomento econômico que, como competência do Estado, recai também sobre o Poder Legislativo, parte independente do Poder Público. Esta interpretação do texto constitucional é apontada por servidores como um dos principais fundamentos da atuação internacional da ALESC (SCHAFFER, 2016).

No que tange a assinatura de acordos e compromissos com entes estrangeiros, a ALESC se encontra explicitamente autorizada pelo texto constitucional. Mais precisamente, o art. 8 inc. XI define como competência do Estado a consolidação de cooperação com entidades de personalidade internacional, orientada pelos princípios da independência do Estado, da intocabilidade dos direitos humanos, da igualdade entre estados, da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados e da cooperação com unidades federadas para a emancipação e o progresso da sociedade (SANTA CATARINA, 2016).

O regimento interno (2016), por sua vez, arrola, dentre as competências dos deputados, a função de “integrar as Comissões e representações externas e desempenhar missão autorizada” (art. 62, inc. IV). É reservado à Comissão Representativa, órgão integrado pelo o Presidente e outros oito membros eleitos a cada período ordinário, o papel de designar um de seus membros para representar a ALESC em eventos de escopo estadual, nacional e internacional (art.88, inc. IX). O afastamento de deputados do país, tanto por razão pessoal como em função do cumprimento de missões oficiais, depende de comunicado formal à Presidência (art. 50).

Ademais, o regimento interno lega um destacado papel no trato de questões internacionais à Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações

Internacionais e do Mercosul. Suas áreas de atividade abrangem “programas de integração econômica, social e cultural”, “políticas de integração com o parlamento nacional e de outros países, especialmente os da América Latina e com prioridade os do Mercosul”, “implantação e evolução de acordos internacionais” e “intercâmbio científico e tecnológico” (art.82).

Além da autorização dada por dispositivos constitucionais e regimentais à atuação internacional da ALESC, o arcabouço institucional do parlamento catarinense oferece suporte às iniciativas externas. Dois marcos devem ser destacados. Em 1996, foi inserida na estrutura organizacional da instituição a Gerência de Relações Internacionais. Nos anos seguintes, com o aumento do volume de atividades internacionais, avultaram-se os acordos oficiais e relatórios, que ficavam sob a guarda de um número limitado de funcionários (KNAESEL, 2016). Assim, percebendo esta demanda por estrutura, foi criada em 2011 a Secretaria de Relações Institucionais (SERI), órgão subordinado à Presidência, dotado de atribuições ligadas às relações do parlamento com entes nacionais e estrangeiros.

Logo em sua constituição, a secretaria passou a ocupar instalações exclusivas, sendo então composta por duas assessorias: a Assessoria para Assuntos Nacionais e do Mercosul e a Assessoria para Assuntos Internacionais. Junto com o incremento estrutural, a mudança também fortaleceu a capacidade da ALESC para a atuação internacional através das novas competências que foram atribuídas à nova secretaria a partir da Resolução nº11⁴⁸, que marcou sua inauguração.

A primeira destas competências aponta que cabe à Secretaria “sugerir, apresentar, desenvolver e acompanhar projetos de interesse do Gabinete da Presidência” (ALESC, 2011, art.17, inc. I). Fica exposta, neste quesito, a centralidade da Presidência na condução das iniciativas internacionais. Subordinado à Mesa e chefiado pela figura do presidente, o Gabinete da Presidência se encontra acima de toda a estrutura administrativa da Casa, posição que lhe garante grande poder de decisão sobre quaisquer atividades oficiais desenvolvidas pelos deputados⁴⁹. Esta disposição organizacional tem importantes repercussões na atuação internacional da ALESC (KNAESEL, 2016), uma vez que qualquer iniciativa vinda dos deputados depende da aprovação da Presidência que, em sua estrutura, dispõe de um corpo técnico funcionários ao qual compete à análise da viabilidade das propostas nos termos do orçamento e dos dispositivos constitucionais e regimentais que balizam a atividade parlamentar (ALESC, 2012).

⁴⁸ A Resolução nº11, de 27 de outubro de 2011, introduziu algumas mudanças na estrutura funcional da ALESC, dentre elas a criação da SERI e suas assessorias.

⁴⁹ Ver organograma em Anexo 2.

São também competências da secretaria “receber e acompanhar autoridades, delegações e visitantes” e “coordenar as atividades voltadas ao relacionamento externo da Assembleia Legislativa” (ALESC, 2011, art.17, inc. II e III). Parte da rotina da ALESC, o recebimento de comitivas nacionais e estrangeiras marca o intercâmbio de informações e a discussão de temas comuns. Em algumas ocasiões, a Assembleia é parte integrante de roteiro pelas instituições públicas do Estado de Santa Catarina realizado por autoridades estrangeiras. No período analisado pela pesquisa (2011-2016), foram registradas 39 recepções.

É também ofício da SERI “organizar, em parceria com outros setores da Assembleia Legislativa, eventos, recepções e seminários” (ALESC, 2011, art. 17, inc. IV). Entre 2011 e 2016, 36 eventos de corte nacional e internacional, realizados dentro e fora do país, contaram com o envolvimento da secretaria. Incluem-se neste conjunto, seminários com especialistas em áreas de interesse da legislatura, congressos reunindo parlamentares e oficiais de diferentes níveis dos governos estadual e federal, além de reuniões realizadas no âmbito de IPIs.

Na condução de atividades como recepções de missões oficiais e eventos, a presença de material institucional, com informações relativas à história e os trabalhos do parlamento e de Estado de Santa Catarina, é fundamental. Neste sentido, a resolução delega à secretaria “definir o conteúdo de materiais promocionais e informativos relacionados às relações institucionais” (ALESC, 2011, art. 17, inc. V).

No que tange às viagens oficiais, a resolução elenca as funções de “organizar e assessorar as viagens e missões nacionais e internacionais oficiais dos Deputados”, e posteriormente “elaborar relatórios oficiais” acerca das missões, bem como “coordenar missões e respectivas agendas” (ALESC, 2011, inc. VI ,VIII e X). Estas são as atividades mais frequentes da SERI, visto que, somente no período estudado foram realizadas 118 viagens oficiais ⁵⁰. Cada uma destas viagens envolve um trâmite burocrático que abrange desde a liberação das diárias para a cobertura de custos dos deputados, até a realização de relatório final. Tal processo será abordado mais adiante

São também competências da SERI “propor a elaboração de convênios e acordos internacionais”, “acompanhar a execução dos convênios e acordos celebrados, produzindo relatórios periódicos e finais, e manter sob sua guarda os documentos originados”, e ainda,

⁵⁰ As viagens (ou missões) oficiais abarcam diferentes atividades e agendas. Alguns exemplos são: missão em conjunto com empresários catarinenses de determinado setor, missão para a participação de seminário internacional, missão para a participação em reunião, congresso ou fórum no âmbito de IPI (UPM, UNALE, COPA, Parlasul), missão oficial do Governo do Estado, missão oficial do Governo Federal. Verificar ANEXO com lista detalhada de missões realizadas no período estudado.

“promover e acompanhar políticas e acordos de integração com os Estados da Federação e outros países” (ALESC, 2011, art.17, inc.VII, XI e XIII). No período analisado, a participação de deputados na assinatura de convênios e acordos internacionais ocorreu através da inclusão do parlamentar em comitivas lideradas por entes dos governos municipal, estadual ou federal. Nestes casos, o suporte à realização da missão e do acordo é dado por órgão competente do poder executivo, de modo que restam à SERI apenas os trâmites relativos à participação do deputado na referida missão.

Por fim, são elencadas as funções de “dar apoio logístico e de comunicação, ao estreitamento de relações com instituições e organizações locais, nacionais e internacionais, e com outros Poderes” e “colaborar com projetos de comunicação social estratégicos, de forma a promover a imagem e o relacionamento dos Deputados junto à sociedade, abrangendo as instituições parlamentares, seja de âmbito local, municipal, estadual, nacional ou internacional” (ALESC, 2011, art. 17, IX e XIV). O proposto nestas cláusulas de certo modo repete disposições anteriores da resolução, no sentido de que o envolvimento da secretaria na organização de eventos, recepções e na proposição de convênios também abarca as atividades de “apoio logístico” ao “estreitamento” de relações institucionais e colaboração com “projetos de comunicação social estratégicos”.

As atividades da ALESC são reguladas pelas normas do ordenamento jurídico brasileiro, pela ação de órgãos de fiscalização e controle estaduais, como o Ministério Público Estadual (MPSC) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC)⁵¹, e pela prática administrativa⁵². O engajamento internacional dos parlamentares, portanto, segue as normas emanadas destas fontes. Contudo, quando há a necessidade de dotação orçamentária para a consecução de determinada atividade, o procedimento é complexificado pela exigência da realização de prestação de contas. Neste ponto, uma breve explanação do processo de requisição de diárias e passagens para missão internacional faz-se necessária.

O trâmite constitui-se da seguinte maneira: primeiramente, o gabinete do deputado recebe um convite remetido por autoridade de uma determinada entidade nacional ou estrangeira, que pode ser uma IPI, órgão do governo federal, organização internacional ou ONG. Neste convite, a presença do parlamentar em determinado evento (reunião, seminário, congresso, conferência) é solicitada. Confirmado o interesse do deputado em aderir ao

⁵¹ O TCE/SC é um órgão independente cuja função consiste no auxílio à ALESC e às câmaras de vereadores no controle das contas públicas. Suas decisões, de natureza administrativa, regulam o funcionamento do poder Legislativo (TC/SC, 2010).

⁵² De acordo com Nascimento (2007, p.5), entende-se prática administrativa como “sequências de ações articuladas dos administradores, com sentido objetivo no contexto organizacional, para organizar, planejar, dirigir e controlar as práticas (o trabalho e as rotinas) das pessoas administradas”.

chamado, é encaminhado à Presidência um conjunto de documentos que incluem o ofício para requisição de ausência do país, o formulário para requisição de diárias e passagens e o próprio convite. Cabe à Presidência autorizar a saída do deputado do país e liberar a concessão dos valores de passagem e diárias. Emitida a autorização, os documentos são remetidos à SERI, que dá prosseguimento aos trâmites finais para a realização da viagem e encaminha o pedido de diárias à Coordenadoria do Orçamento Parlamentar. Ao final da viagem, o conjunto de documento comprobatórios⁵³ da viagem é encaminhado pelo gabinete do deputado à SERI, que dá início à prestação de contas e remete os documentos à Coordenadoria de Prestação de Contas.

Nota-se, nesta série de procedimentos, o papel central da Presidência no desentrelaçamento das atividades de cunho internacional que, por sua vez, podem ser de iniciativa tanto dos deputados quanto da SERI. Também se pode visualizar a realização de prestação de contas como um profícuo mecanismo de controle, uma vez que obriga a produção de relatórios de viagem e o armazenamento de informações relevantes acerca destas atividades por parte da ALESC. Consuma-se, desta maneira, um importante instrumento de *accountability* da atuação parlamentar.

No entanto, uma descrição da estrutura institucional e do trâmite administrativo da atuação internacional da ALESC não oferece uma explicação completa para o surgimento destas iniciativas em questão. Para isso, faz-se necessário compreender as motivações por trás do engajamento parlamentar. Neste sentido, questões políticas e administrativas inerentes ao trabalho legislativo podem tanto incitar quanto refrear esta atuação.

Knaesel afirma que sua atuação internacional como parlamentar era motivada pela “abertura de conhecimentos” que a relação da ALESC com entes estrangeiros proporcionaria. Na visão do ex-deputado, o parlamento catarinense encontra grandes oportunidades no cenário internacional por ser representante de um Estado dotado de grande diversidade cultural e fronteiras com países do Mercosul, cabendo aos deputados o necessário engajamento em atividades junto a IPIs e outras entidades (KNAESEL, 2016).

A caracterização de Santa Catarina como um Estado participativo em comércio exterior e com importantes polos turísticos embasa a atuação internacional tanto do Legislativo quanto do Executivo catarinense. Entre janeiro e fevereiro de 2016, Santa Catarina figurou como a oitava maior exportadora e quarta maior importadora das unidades da

⁵³ Incluem-se, entre estes documentos, notas fiscais comprovando despesas de viagem e um relatório escrito no qual é descrita a agenda do deputado durante a missão oficial.

federação, apesar de representar a vigésima maior extensão territorial ⁵⁴. Estes resultados foram alcançados através de uma pauta comercial bastante diversificada em relação ao restante do país. No mesmo período de análise, 52% do volume exportado foi composto por produtos manufaturados, restando 43% de produtos básicos. Este volume incluiu uma gama de produtos dos quais se destacam, entre os manufaturados, motores e componentes elétricos (5,2% do total), bombas, compressores e ventiladores (4,9% do total) e motores para veículos e seus componentes (4,2% do total); e, entre produtos básicos, carne de aves (17% do total), soja (8,5% do total) e carne suína (6,7% do total) (BRASIL, 2016) ⁵⁵.

O setor de turismo representa 12,5% do PIB do Estado, gerando, em fevereiro de 2014, uma receita de 1,8 bilhões de reais (FIESC, 2015). A variedade de destinos importantes espalhados pelo território, com opções no litoral e interior, faz com que o tema seja objeto constante de discussão entre legisladores.

Frente a estes dados, a atuação externa dos deputados é vislumbrada como um meio de promoção destes ativos em diferentes países. Kennedy Nunes (PSD) ⁵⁶, deputado com expressiva participação em iniciativas internacionais, aponta que as potencialidades econômicas do Estado frente ao restante do país exigem ao parlamentar o engajamento em missões externas. Além de já inserida no comércio exterior, Santa Catarina apresenta características capazes de atrair investimentos de empresas e parcerias com entes estrangeiros. “Temos cinco portos em um raio de cinco quilômetros; uma rodovia completamente duplicada (BR - 101) (...) Temos uma economia dividida em setores: metal-mecânico em Joinville; têxtil em Blumenau; agropecuário ao Oeste e carbonífero ao Sul” (NUNES, 2016). Estas potencialidades, segundo o deputado, compõem um “portfólio” único a ser apresentado ao exterior.

Este argumento econômico para a internacionalização da ALESC, que aponta a atuação externa de parlamentares como um instrumento para o desenvolvimento do Estado, é recorrente entre deputados e servidores. Neste sentido, Kátia Rezende⁵⁷, secretária de relações institucionais entre 2011 e 2016, defendeu em documento produzido na ocasião do surgimento da SERI a ideia da Assembleia como um instrumento de articulação entre empresas estrangeiras, o mercado catarinense e o Poder Público. No texto, a servidora coloca que:

⁵⁴ Tais dados referem-se aos resultados do período entre janeiro e outubro de 2016. Nele, Santa Catarina representou 4,1% das exportações brasileiras, e 7,5% das importações (BRASIL, 2016).

⁵⁵ No mesmo período, os três maiores parceiros comerciais do Estado foram, respectivamente, Estados Unidos (15,9% de participação em exportações e importações), China (12,6%) e Argentina (6%) (BRASIL, 2016).

⁵⁶ O deputado Kennedy Nunes foi entrevistado pelo autor em 02 de novembro de 2016.

⁵⁷ Kátia Rezende foi a primeira servidora a ocupar o cargo de secretária de relações institucionais na SERI.

(...) as leis, os programas de benefícios fiscais, tanto quanto o papel do Estado como agente econômico, são considerações essenciais na análise que qualquer empresa faz quando faz a prospecção da possibilidade de vir para o Estado.

Até então, o contato entre a empresa e o Estado era feito somente através do poder Executivo. O que isto provocava? Muitas vezes, as empresas recebiam do Executivo uma série de informações e obtinham do Executivo o apoio na vinda delas para cá. Esbarravam no poder legislativo porque, com frequência, as concessões feitas pelo executivo precisavam ser avalizadas pela Assembleia Legislativa.

Embora a Assembleia Legislativa tenha apoiado o Executivo no seu papel de atrair empresas para o Estado, as empresas não tinham interlocução direta com o poder Legislativo. Criar este mecanismo de fazer negócios em Santa Catarina dá ao poder Executivo apoio adicional na sua política de atrair investimentos para o Estado.

(REZENDE, 2011)

Percebe-se, no trecho citado, a compreensão do deputado como um ator relevante na atração de investimentos ao Estado, sendo a ALESC, através da SERI, um mecanismo de apoio a esta atividade de articulação. Este entendimento é ecoado por Diego Schaeffer⁵⁸, atual secretário de relações institucionais, que reafirma a busca por desenvolvimento econômico como o principal fator de motivação da atuação internacional dos deputados. Para o servidor, parlamentar busca integrar missões e participar de iniciativas na medida em que há uma percepção de ganhos econômicos para a sua região de base (SCHAEFFER, 2016).

Assim, nota-se que o caráter representativo da atividade parlamentar é reconhecido como um dos principais motivadores da atuação internacional de parlamentares. Esta observação contrasta com afirmações encontradas na literatura. Em alguns textos, a questão da representação é vista como um estímulo contrário à participação de parlamentares em redes, visto que legisladores eleitos tendem representar preferências paroquiais de seus eleitores a fim de garantir uma futura reeleição (SCHONHARDT-BAILEY, 2006; SLAUGHTER, 2006).

Segundo atores ouvidos pela pesquisa, no caso da atuação dos deputados da ALESC, são justamente os interesses de suas regiões de base que motivam e promovem o engajamento parlamentar em questões externas. Alguns exemplos podem ser destacados. Entre 2012 e 2013, o deputado Moacir Sopelsa integrou uma série de missões a países asiáticos com o intuito de buscar alternativas à suinocultura do Estado. Naquele período, o setor passava por uma severa crise e oportunidades de escoamento da produção eram necessárias. Não por acaso, Sopelsa tem parte de sua base eleitoral localizada em sua cidade natal, Concórdia, que detém o título de “capital catarinense da suinocultura”.

Durante a pesquisa, também se verificou que determinadas características dos deputados como a adesão a determinados temas e a posição em blocos e comissões

⁵⁸ O secretário de relações institucionais Diego Schaeffer foi entrevistado pelo autor em 10 de outubro de 2016.

parlamentares favorecem e determinam a participação em redes transnacionais. Segundo Slaughter (2006), a busca de parlamentares por um papel próprio no cenário internacional tem origem na defesa de questões políticas e ideologias específicas. Uma análise empírica aponta que a atuação da ALESC em redes cumpre este pressuposto.

Integrante das 17^a e 18^a legislaturas, o deputado José Milton Scheffer demonstrou forte identificação com temas agrícolas. Sendo agrônomo por profissão, sua atuação na ALESC é pautada pela discussão de questões ligadas à agricultura. Logo, durante o seu mandato, ocupou os postos de membro da Comissão de Pesca e Agricultura e presidente da Frente Parlamentar dos Cooperativistas. Tendo em vista este histórico, no ano de 2011, o Secretário da Agricultura do Governo do Estado, João Rodrigues, o convidou para integrar uma ampla missão técnica à Austrália e Nova Zelândia, oportunidade em que se trocariam conhecimentos sobre sistemas de produção de leite e bovinocultura entre autoridades e produtores catarinenses e dos países de destino (Agência AL, 24/09/2011).

A deputada Dirce Heiderscheidt, por sua vez, destacou-se por suas iniciativas voltadas à população idosa durante sua atuação no período analisado. Com isso, ela passou a atuar junto à Federação Internacional do Envelhecimento (IFA) que, em uma demonstração de apreço pelas políticas neste âmbito em Santa Catarina, sugeriu que a deputada participasse da instituição. Foram realizadas sucessivas atividades de intercâmbio nos anos seguintes. Entre 2011 e 2012, Heiderscheidt teve a oportunidade de apresentar as experiências catarinenses na área em duas reuniões entre altos funcionários governamentais, nas cidades de Praga e Istambul (AGÊNCIA AL, 04/10/2013). Em 2012, o presidente da IFA, Dr. Gangadharan, realizou visita técnica ao Estado a convite da deputada, que o ciceroneou juntamente com servidores da SERI em um percurso por cidades e órgãos do governo estadual (AGÊNCIA AL, 16/04/2013).

Já o Deputado Volnei Morastoni, cuja atuação parlamentar é pautada por iniciativas ligadas a políticas de saúde, integrou algumas missões orientadas por este tema durante a 17^a legislatura. Em 2013, como presidente da Comissão de Saúde, liderou missão oficial a centros de tratamento especializados em Paris, oportunidade que ensejou discussões acerca das experiências adquiridas no interior das comissões e do plenário.

Nota-se, no curso do período estudado, o destaque de alguns parlamentares no envolvimento com temas internacionais. A cada legislatura, um grupo reduzido de deputados demonstra maior um engajamento em missões, recepções e eventos, em contraste com a participação limitada ou ausência de seus colegas nestas iniciativas. Com isso, é importante ressaltar que a atuação internacional não é um aspecto inerente ao exercício do mandato de

deputado estadual, mas sim, uma característica de parlamentares interessados nas oportunidades e benefícios advindos das atividades externas.

Neste sentido, os principais deputados envolvidos nestas iniciativas durante o período estudado podem ser apontados. Durante a 17ª legislatura (2011- 2014), o deputado Kennedy Nunes (PSD) destacou-se com quinze missões realizadas e o desenvolvimento de atividades importantes, como a atuação na supracitada Sessão Global da ONU sobre redução do risco de desastres, missões acerca da gestão de resíduos sólidos, e ações junto à União de Parlamentares Sul-americanos e do Mercosul (UPM) ⁵⁹. Reeleito para a 18ª legislatura (2015 – 2018), Nunes manteve mesmo nível de engajamento, exercendo os cargos de líder do Bloco Brasileiro e, posteriormente, presidente da UPM. Radicado na Argentina, o deputado afirma ser um “cidadão do Mercosul” cuja atuação constante em iniciativas externas o leva a ser reconhecido entre parlamentares como um ator relevante no relacionamento da ALESC com o exterior. “A questão internacional cai na minha mesa”, afirma (KENNEDY, 2016).

Membro da 17ª legislatura, o deputado Joares Ponticelli (PP) destacou-se com dez missões realizadas e o exercício da presidência da União Nacional dos Legislativos e Legisladores (UNALE) em 2012, além de missões junto à Confederação Parlamentar das Américas. Na mesma legislatura também cabe destacar Gilmar Knaesel (PSDB), que atuou em oito missões e ocupou a presidência da UPM em 2011, e Edison Andrino (PMDB), integrante em dez missões e envolvido em iniciativas acerca da gestão do Aquífero Guarani. Atualmente, na 18ª legislatura, além de Kennedy Nunes, Rodrigo Minotto (PDT) tem demonstrado maior engajamento internacional com participações em iniciativas do governo federal e no âmbito da UPM.

Não obstante certa continuidade nas iniciativas internacionais conduzidas pela ALESC, esta atuação jamais esteve livre de questionamentos por parte da imprensa, de deputados céticos e de órgãos de fiscalização do Poder Público. Segundo Knaesel (2016, entrevista oral), o papel do deputado estadual no âmbito externo “continua sendo um *tabu*” entre parlamentares e servidores em função do medo de uma “leitura distorcida” das missões ao exterior por parte da imprensa. Com isso, desde a abertura da ALESC ao tema, em meados da década de 1990, o apoio a estas iniciativas nunca foi unânime.

⁵⁹ Consta em Anexo I uma lista completa das missões internacionais realizadas durante o período estudado.

Esta visão crítica ganhou fôlego a partir de 2015 quando, em uma auditoria mirando os gastos do parlamento com diárias de viagens⁶⁰, o Ministério Público do Tribunal de Contas (MP-TC) acusou a instituição de realizar missões isentas de interesse público, gerando assim gastos excessivos. A investigação repercutiu de modo amplo na imprensa local, em reportagens que reiteravam as acusações do órgão do Tribunal de Contas. A procuradora Cibelly Caleffi, responsável pelo caso, declarou aos veículos de mídia: “Nós não conseguimos identificar uma correlação entre a atividade e o objetivo das viagens, tão pouco uma finalidade pública (...) é preciso avaliar a relação custo-benefício em relação aos gastos dessa viagem (G1, 2015)”.

Nota-se, em todo o processo, a adoção de uma abordagem crítica em relação à atuação internacional de deputados estaduais por parte do órgão fiscalizador e da imprensa. As missões utilizadas como exemplo de irregularidade pelo inquérito consistem em viagens para a prospecção de investimentos para a região de base dos deputados e a participação em seminários acerca de questões da administração pública. Ao avaliar missão do deputado Gabriel Ribeiro à China, em maio de 2015, realizada com o intuito de dar prosseguimento a negociações para a instalação da empresa Sinotruk na cidade de Lages, a procuradora alegou que a iniciativa envolvia uma empresa privada chinesa “que pretendia, em tese, se instalar aqui na região do Planalto”. Assim, “não se identificou um motivo concreto pra presença do deputado naquela ocasião” (G1, 03/09/2015).

De acordo com a procuradora, este tipo de negociação, por envolver entes privados e almejar a prospecção de investimentos, cabe apenas ao poder Executivo (ANOTÍCIA, 03/09/2015). Em resposta às acusações, os deputados reafirmaram o amparo legal da atuação internacional da ALESC e a relevância de sua participação em iniciativas concernentes ao Estado e à atividade parlamentar. Verifica-se que o custeio destas atividades por parte do parlamento é necessário para a continuidade da atuação parlamentar em redes e, por isso, configura prática comum em instituições legislativas (STAVRIDIS, 2006).

Como já destacado, existem mecanismos de controle criados para garantir o interesse público na realização de missões internacionais por deputados e servidores. O afastamento de parlamentares do país e a concessão de diárias e passagens, por exemplo, são liberadas após a apresentação de justificativas críveis ao Presidente, e a confecção de relatórios de atividade é exigida ao fim das missões. Estes expedientes, contudo, não foram considerados satisfatórios

⁶⁰ Conforme regulamenta o Ato da Mesa nº 500 (ALESC, 2016), as diárias consistem em pagamentos de caráter indenizatório destinados a “custear alimentação, hospedagem e locomoção urbana àquele que se desloca, em missão parlamentar ou institucional”.

pela procuradoria do MP – TC que, por considerar impróprio ao parlamentar o engajamento em iniciativas internacionais, acusa a ALESC de prática ilegal ao fornecer suporte às missões dos deputados ao exterior.

2.2 As redes

As redes, definidas aqui como canais transgovernamentais que ligam diferentes unidades do Estado entre países (SLAUGHTER, 2006, p.5), são formadas por atores que desempenham um conjunto de atividades de cooperação e intercâmbio. A ALESC, como já demonstrado, detém a autorização legal e o suporte institucional necessários para conduzir estas atividades através de seus deputados e servidores. Nesta seção serão analisadas as redes nas quais esta atuação ocorreu durante a 17^a e 18^a legislaturas (2011 – 2016). Para isso, foram consideradas algumas das atividades que garantem o funcionamento das redes, dentre elas: viagens oficiais de deputados ao exterior, recebimento de comitivas estrangeiras, organização de eventos oficiais relacionados a entes estrangeiros e troca de correspondência oficial entre servidores e deputados.

Para apresentar de modo conciso os resultados da pesquisa, as redes foram divididas em quatro subseções, as quais representam os focos principais da atuação externa da ALESC. Vale ressaltar que esta seção não representa um levantamento exaustivo da atuação internacional dos deputados catarinenses durante o período estudado, uma vez que apenas as atividades que puderam ser enquadradas no contexto das redes transnacionais aqui trabalhadas foram consideradas.

Assim, em primeiro momento, serão apresentadas as redes em que os deputados participam juntamente com outros entes do Poder Público, incluindo prefeituras e os executivos estadual e federal. Nesta seara, é verificado o estabelecimento de canais cooperação entre a ALESC e entes públicos com o intuito de criar ou fortalecer redes transnacionais através de missões internacionais e recepções, em muitos casos acarretando em trocas de científicas, culturais ou técnicas com entes estrangeiros e (ou) acordos comerciais.

Em um segundo momento, será analisada a atividade dos deputados dentro da União Nacional de Legisladores e Legislativos (UNALE). Esta é reconhecida como uma das principais instituições parlamentares do Brasil, responsável por promover conferências e missões que convergem legislativos estaduais e provinciais de dentro e fora do país.

Na subseção seguinte, a participação dos deputados junto à Confederação Parlamentar das Américas (COPA) será objeto de análise. Surgida durante os anos 1990, a entidade é permeada por redes que envolvem diferentes IPIs e parlamentos. Além de a ALESC ser um membro da congregação, os parlamentares catarinenses têm atuado na condição de integrantes de outras entidades, como a UNALE.

Por fim, a atuação dos deputados na União dos Parlamentares Sul-americanos e do Mercosul (UPM) será apreciada. Apesar de ter surgido fora da estrutura do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a instituição tem sido atrelada ao bloco através de órgãos como o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM) e o Parlamento do Mercosul.

As subseções seguintes se dividirão da seguinte maneira: após apresentar as iniciativas em questão, a subseção avaliará os modos em que os processos históricos associados às redes estão implicados nos casos elencados, verificando, ao final, as funções que podem ser atribuídas às redes em tela.

2.2.1 Iniciativas em conjunto com os executivos federal, estadual e municipal

A atuação de parlamentares em redes envolve uma ativa participação em atividades até pouco tempo controladas por agentes do Poder Executivo (SLAUGHTER, 2006, p. 106). Tanto em nível federal quanto em nível estadual, a maneira mais tradicional de legisladores influírem em questões externas se dá por meio de um estrito controle das ações do executivo (CÉSAR; MAIA, 2004). Os parlamentares, contudo, não se mostram satisfeitos em apenas manter sob rédeas curtas o outro poder. Autorizados por dispositivos constitucionais e regimentais, e contando com a anuência e apoio de outros setores de governo, representantes eleitos têm integrado redes transnacionais em conjunto com ministérios e secretarias governamentais.

No caso dos deputados estaduais catarinenses, este tipo de atuação é bastante comum. Ministérios do governo federal, secretarias do governo estadual e prefeituras, realizam, em conjunto com parlamentares, atividades de cooperação internacional. Esta atuação redundava em acordos comerciais e ações de intercâmbio científico, técnico e cultural, de modo que, são assim estabelecidos canais de comunicação com entes estrangeiros de natureza diversa (comunidades, cidades, regiões, entes subnacionais e países). Formam-se redes nas quais os parlamentares têm participação e voz ativa.

O executivo estadual é parceiro frequente da ALESC nesta seara. O governo de Santa Catarina tem reconhecida proatividade internacional, atuação esta apresentada pela literatura como uma expressão da *paradiplomacia*⁶¹. De acordo com o secretário de relações institucionais da ALESC, a razão para integrar membros do legislativo em missões e iniciativas reside em uma busca por uma maior aproximação institucional entre ambos os poderes, bem como, em pedidos de apoio a determinadas ações governamentais. Por amiúde necessitar do suporte político e (ou) institucional da ALESC, o governo Estado tende a voltar-se aos legisladores, integrando-os em suas atividades (SCHAEFFER, 2016).

Estas iniciativas são orientadas por temas que abrangem diferentes setores da administração pública. No período analisado, o tema mais frequente foi o comércio exterior. Outros temas abordados foram preservação ambiental, redução de risco de desastres, agropecuária e cooperação entre cidades. Em alguns casos, uma mesma iniciativa conduzida por agentes do Executivo e do Legislativo lida com uma agenda composta por diferentes temas.

Primeiramente, cabe apresentar alguns dos casos de atuação conjunta dos deputados com entes governamentais em redes. Serão consideradas, respectivamente, as parcerias com o governo federal, com o governo estadual e, por fim, com prefeituras. Em seguida, será avaliado de que modo os processos históricos por trás da atuação internacional de parlamentares encontram ressonância nestas iniciativas.

Parcerias para a atuação em redes transnacionais junto ao governo federal podem ocorrer sob a égide tanto do Ministério das Relações Exteriores (MRE) quanto de outros ministérios da União. Representa o primeiro modo a participação da ALESC nas Sessões da Plataforma Global para Redução do Risco de Desastres, fóruns bienais coordenados pela Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres. Esta parceria teve início em 2011, na terceira edição do evento, e continuou em 2013, na quarta edição.

O fórum, realizado na Suíça, dedica-se ao intercâmbio de informações e conhecimento e à formação de parcerias intergovernamentais na seara da redução do risco de desastres. Nas ocasiões em que houve participação dos deputados catarinenses, uma grande comitiva coordenada pelo MRE integrou agentes do governo federal, de governos estaduais e parlamentares de diferentes estados.

⁶¹ Entende-se como paradiplomacia a atuação externa de Estados subnacionais. Este fenômeno, que ganhou força na década de 1980, tem como marco no Brasil a ação de estados como o Rio Grande do Sul, protagonista no âmbito da cooperação regional e cenário da criação da primeira Secretaria de Assuntos Internacionais, em 1987 (KOTZIAS, 2010; SALOMÓN; NUNES, 2007).

A atuação ocorreu em momento em que o Estado de Santa Catarina havia passado a concentrar maiores esforços na área da Defesa Civil. Tal tendência foi desencadeada pelas grandes enchentes que acometeram o Estado no ano de 2008, tragédia que mobilizou o Legislativo catarinense e culminou, em 2011, na criação da Comissão Permanente de Defesa Civil (AGÊNCIA AL, 25/02/2011). Não por acaso, os deputados Kennedy Nunes e Jean Kuhlmann, presidentes desta mesma comissão em 2011 e 2013, foram os representantes da ALESC no fórum global (AGÊNCIA AL, 23/05/2013).

Outras iniciativas da ONU contaram com a atuação de deputados catarinenses por meio de comitativa chefiada pelo governo federal. Em 2011, o engajamento do deputado Volnei Morastoni junto ao Ministério da Saúde para que o Brasil promovesse a inclusão de enfermidades não-transmissíveis na Agenda do Milênio encetou, ainda no mesmo ano, a participação do parlamentar na Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Prevenção e Controle de Doenças Não-Transmissíveis (AGÊNCIA AL, 16/06/2011).

Como presidente da Comissão de Saúde da ALESC durante a 17ª legislatura, Morastoni manifestou o pleito de entidades ligadas ao combate de doenças não-transmissíveis em reunião com o ministro da Saúde Alexandre Padilha que, logo, convidou o deputado para integrar comitativa do ministério na reunião da ONU acerca do tema, em Nova Iorque. A participação no evento rendeu ainda novas colaborações entre Morastoni e o Ministério da Saúde⁶², dando continuidade ao canal comunicação estabelecido (AGÊNCIA AL, 02/12/2011).

Nesta categoria, das iniciativas internacionais estabelecidas através do contato entre entes governamentais e a ALESC, o parceiro mais frequente dos parlamentares catarinense é o Executivo estadual. Através da interação entre secretarias de Estado e parlamentares, diferentes canais de comunicação com o exterior foram abertos, gerando resultados diversos.

Em missões lideradas pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, a inclusão de deputados ligados à pauta agrícola é comum. Realizam-se visitas técnicas em países com culturas semelhantes às de Santa Catarina, com o intuito de promover trocas de conhecimento acerca de novas tecnologias e de experiências em políticas públicas para a área. Em diferentes ocasiões durante o período estudado, Nova Zelândia e Austrália foram destinos deste tipo de

⁶² O deputado Morastoni integrou a 14ª Conferência Nacional de Saúde como debatedor em mesa redonda sobre doenças crônicas não-transmissíveis e apresentou um relatório sobre a Reunião de Alto Nível da ONU sobre o tema na XVI Conferência Nacional da UNALE. (ALESC, 02/12/2011)

missão ⁶³. Segundo o deputado José Milton Scheffer, parlamentar integrante da Comissão de Agricultura da ALESC, as experiências destes dois países na produção de leite e bovinos são fundamentais para o desenvolvimento destas culturas em Santa Catarina (AGÊNCIA AL, 24/11/2011). Assim, por meio destas redes transnacionais orientadas à pauta agrícola, experiências externas foram trazidas para o Estado a partir da cooperação entre o parlamento de o executivo.

Em 2011, após realizar missão em conjunto com o governo do Estado e associações empresariais, Scheffer destacou características da bovinocultura neozelandesa e australiana no plenário da ALESC e fez um paralelo com a realidade do setor agropecuário catarinense. O deputado apontou práticas como a presença massiva do Estado no financiamento da pesquisa e investimentos na área e a terceirização do manejo animal como uma referência no combate dos problemas que a produção local apresentava naquele ano, com destaque para a escassez de mão de obra no campo.

Muitas destas missões técnicas surgem do ativismo de deputados em nome de pleitos da agroindústria catarinense. Estas missões, por sua vez, geram como contrapartida a vinda de autoridades e comitivas dos países visitados à Santa Catarina, ocasiões em que se dá continuidade ao diálogo estabelecido e são realizadas visitas ao Palácio Barriga Verde e a fábricas e fazendas do Estado. Em missão à Santa Catarina em 2012, ano seguinte à missão integrada por Scheffer a Nova Zelândia e Austrália, o embaixador australiano Brett Hackett reuniu-se com deputados na ALESC, oportunidade em que foram discutidas oportunidades de comércio e investimento e a confiança do empresariado estrangeiro em investir no mercado catarinense (AGÊNCIA AL, 19/12/2012).

Outras iniciativas do governo do Estado buscaram, junto a parlamentares, selar parcerias comerciais que favorecessem o potencial de Santa Catarina como exportador de produtos agrícolas. A assinatura da liberação da importação de suínos de Santa Catarina para países asiáticos foi um marco neste sentido, envolvendo articulações entre deputados, empresários e o Executivo.

Ainda em 2010, a grave crise que acometia a suinocultura do Estado era debatida no plenário da ALESC. Em audiência convocada pelo deputado Moacir Sopelsa, alternativas de escoamento da produção e novas políticas de subsídio ao setor eram discutidas com entidades de produtores. A busca por soluções no mercado internacional estava em pauta (AGÊNCIA AL, 22/06/2011). Destarte, no ano seguinte, os deputados Sopelsa e Caramori, em conjunto

⁶³ Ver Anexo I.

com cooperativas agropecuárias, realizaram visita à Ásia com o objetivo de averter interesses comerciais que favorecessem o setor no Estado. Em plenário, Sopelsa apresentou os resultados da missão e destacou o início de tratativas entre o governo estadual e autoridades japonesas e sul-coreanas para a exportação de produtos catarinenses de proteína animal (AGÊNCIA AL, 18/10/2011).

Deste modo, no ano de 2013, em missão encabeçada pelo governador Raimundo Colombo ao Japão, foi selada junto ao ministério da agricultura japonês a liberação da entrada da carne suína catarinense no país ⁶⁴. O deputado Sopelsa, integrante da referida missão, destacou a conquista em plenário e sublinhou que novos compradores seriam atraídos ao mercado catarinense a partir de então, o que ocorreu apenas em 2016, quando um novo acordo para liberação do suíno catarinense foi assinado, desta vez com a Coreia do Sul (G1, 05/01/2016).

Além dos governos estadual e federal, prefeituras de cidades catarinenses também foram parceiras ocasionais da ALESC em iniciativas internacionais. O objeto costumeiro destas missões foram tratativas de irmanamento de cidades, envolvendo articulações entre deputados, prefeitos, servidores e comunidades estrangeiras. Entende-se a irmandade de cidades como um instrumento legal que enseja o aprofundamento do intercâmbio científico, tecnológico, cultural e comercial entre as localidades envolvidas (ARAÚJO, 2011).

O Leste Asiático é fonte constante deste tipo de cooperação. A Província de Henan, uma das regiões mais populosas da China, desenvolveu junto a ALESC e entidades municipais uma duradoura rede transgovernamental. Os acordos de irmanamento entre cidades da província e o Estado tiveram início em 2002, quando foi formalizada a irmandade entre as cidades de Joinville e Zhangzou, e prosseguiram em 2003, com acordo entre Itajaí e Xinxiang (GOV. SANTA CATARINA, 2016).

No início do período coberto pela pesquisa (2011-2016), em 2011, os deputados catarinenses intermediaram um acordo entre o Hospital Popular da Província de Henan e o Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. A partir da tratativa, assinada na ALESC, deu-se início à troca de experiências profissionais na área de serviços, envolvendo médicos e estudantes (AGÊNCIA AL, 21/10/2011).

O fator econômico é que mais aproxima localidades catarinenses e chinesas. Neste sentido, o perfil da economia da província de Henan é semelhante ao de Santa Catarina. Tanto

⁶⁴ O Japão, maior comprador de carne suína do mundo, importa 1,2 milhão de toneladas ao ano. O país, que costumava importar carne suína apenas de países em que todo território era atestado como zona livre de febre aftosa, deu o aval para a importação do produto catarinense, uma vez que o Estado é a única unidade federativa que detém este título desde 2007 (GOV. SANTA CATARINA, 2013).

a província chinesa quanto o Estado destacam-se em seus países pela produção mineral e pela indústria metal-mecânica⁶⁵, afinidades que geraram uma oportuna convergência de interesses entre empresários e autoridades de ambas as localidades, culminando em atividades de intercâmbio técnico-científico encetadas pelo engajamento de parlamentares no tema (Agência AL, 24/11/2011; 02/07/2013; 04/07/2013).

No final de 2011, em missão liderada pelo deputado Valmir Comin à fábrica de mineradoras em Zhengzhou, capital de Henan, foram constatados os triunfos da produção chinesa sobre a catarinense, como a maior eficiência no reaproveitamento de subprodutos do carvão. Na mesma ocasião, temas como eficiência energética e sustentabilidade na produção mineral foram pauta de reuniões entre os deputados e autoridades locais (Agência AL, 21/12/2011). Como contrapartida, no ano seguinte à missão de Comin, uma comitiva de autoridades chinesas realizou visitas ao Palácio Barriga Verde e às minas de carvão no sul do Estado. Na ocasião, revelou-se o interesse chinês em investir na produção mineral local (AGÊNCIA AL, 09/03/2012).

Um novo acordo de irmanamento foi concluído em 2013, desta vez entre as cidades de Xanxerê e de Anyang. Com o suporte dos deputados Gilmar Knaesel e Marcos Vieira e a coordenação da SERI, foram realizadas missões integradas por empresários de diversos ramos da região Oeste do Estado e representantes das cidades. A concretização do acordo, na perspectiva de um dos vereadores responsáveis pela missão, favoreceu a produção local, especialmente de carnes, grãos e laticínios, dada a elevada demanda da cidade de chinesa por alimentos⁶⁶ (AGÊNCIA AL, 07/11/2013).

Após a apresentação destes casos, convém analisar de que modo os três processos históricos associados pela literatura à atuação internacional de parlamentares (democratização, globalização e regionalização) se encontram implicados nos casos aqui apresentados.

A existência de cooperação entre a ALESC e outros entes do Poder Público evoca a ideia de governança multinível. Tal conceito, surgido a partir da globalização, decorre de um processo de dispersão da autoridade estatal que, por sua vez, acarreta no surgimento de novos atores internacionais no seio do Estado (HOOGHE; MARKS, 2001). Deste modo, governos e parlamentos de Estados da federação podem emergir como níveis de articulação em meio às estruturas de governança global (WUNDERLICH, 2007).

⁶⁵ Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam a maior concentração de carvão do Brasil, com reservas estimadas em 32 bilhões de toneladas (Agência AL, 09/03/2012).

⁶⁶ A população da cidade de Anyang, na província de Henan, é superior à população de todo o Estado de Santa Catarina (UN, 2015).

É neste sentido que se insere, por exemplo, a atuação de deputados e agentes de governo do Estado de Santa Catarina em um fórum das Nações Unidas. A articulação entre a organização internacional de grande monta e entes subnacionais constitui uma expressão da governança multinível. Somam-se a esse exemplo os casos em que a ALESC atuou como nível de articulação intermediário entre cidades catarinenses e cidades chinesas nos acordos de irmanamento. Aqui, novamente, nota-se o Legislativo como um ator internacional capaz de intermediar o contato entre comunidades distantes, gerando, com isso, trocas comerciais, culturais e científicas.

Na literatura sobre regionalismo, conceituam-se os legisladores como “cintos de transmissão” entre a sociedade civil e as elites governantes (STAVRIDIS et al., 2012). Este padrão pode ser observado no trabalho do deputado Volnei Morastoni junto ao Ministério da Saúde para a consecução das demandas de entidades ligadas ao combate de Doenças Não-Transmissíveis. Naquele caso, o parlamentar buscou orientar a posição brasileira na Reunião da AGNU sobre Prevenção e Controle de Doenças Não-Transmissíveis. Com a transmissão de um pleito da sociedade civil às instâncias mais elevadas do Executivo, cumpriu-se uma perspectiva importante do “novo regionalismo”.

O papel assumido pelos deputados catarinenses na promoção comercial do Estado permite uma outra conexão. Conforme coloca Nesadurai (2005), entre as situações em que os processos de regionalização e globalização podem estar associados está a inserção de atores regionais na economia global. Isto posto, a demonstrada atuação da ALESC em iniciativas que levaram ao contato entre empresários e autoridades catarinenses com seus pares em países asiáticos encetou transformação semelhante, uma vez que, a partir das tratativas, novos mercados abriram-se à agropecuária catarinense, marcando avanços na inserção do Estado na economia global.

Por fim, a atuação dos parlamentares nas redes observadas nesta categoria pode ser definida por uma mesma função: a busca por uma voz própria no cenário internacional. Neste modo de atuação, Slaughter (2006) aponta que deputados procuram atribuir a si mesmos um papel relevante em questões tradicionalmente legadas à competência do Executivo, o que constitui um desafio à concepção tradicional da presença do legislativo em questões externas. Frente aos casos aqui avaliados, percebe-se que a atuação dos deputados nas redes transnacionais lidou com temas comumente vinculados aos governos estadual e (ou) federal. Com isso, pode-se aventar que a função exercida por estas iniciativas consiste em abrir novos espaços para a atuação de legisladores.

A presença dos deputados catarinenses em fóruns das Nações Unidas reafirma este argumento. Organizações internacionais ocupam-se da harmonização e convergência de legislações e políticas entre Estados-membros, o que faz com que decisões tomadas no âmbito destas instituições envolvam de modo direto a ação dos parlamentos, que agem na consecução de determinadas mudanças e assumem maior responsabilidade frente a estes foros e ao resto da sociedade (SLAUGHTER, 2006). A atuação em organizações internacionais, portanto, é típica de parlamentares à procura de um papel para si mesmos nas estruturas de governança global.

A atuação internacional de deputados da ALESC em conjunto com entes públicos é uma expressão da governança multinível. A inserção da ALESC e do governo estadual em redes transnacionais sinaliza a dispersão da autoridade estatal em um contexto em que novos níveis de governança emergem nas unidades subnacionais dos Estados. O objetivo desta atuação é, fundamentalmente, a de busca por uma voz própria no cenário externo, pois, nestas iniciativas, os legisladores assumem para si funções que fogem das competências tradicionais de representantes eleitos, como a busca de soluções internacionais para problemas locais e a promoção da economia local em um ambiente externo.

2.2.2 A União Nacional dos Legisladores e Legislativos

Criada no ano de 1996, a UNALE reúne as assembleias legislativas estaduais do país em atividades de cooperação e debate⁶⁷. Segundo informe institucional, a organização busca “reforçar a vocação do Poder Legislativo como catalisador da organização política da sociedade” (UNALE, 12/04/2011). Suas atividades incluem a realização de Conferências, a publicação de relatórios⁶⁸, o desenvolvimento de bancos de dados acerca dos legislativos nacionais, a promoção de cursos direcionados a deputados e servidores legislativos, o apoio à criação de parlamentos regionais⁶⁹, a assinatura de convênios com entes nacionais e estrangeiros e a realização de missões internacionais (UNALE, 12/04/2011).

⁶⁷ Cerca de 1000 parlamentares e 27 casas legislativas integram a UNALE (AGÊNCIA AL, 18/03/2011).

⁶⁸ Os materiais editados pela UNALE podem ser encontrados no site da instituição:

⁶⁹ A UNALE deu suporte ao surgimento do Parlamento Amazônico, o Parlacentro (Parlamento do Centro-Oeste), o Parlamento Nordeste e o Parlasul. Tais organizações buscam estimular a cooperação para a solução de problemas regionais.

Com sede em Brasília, a UNALE também presta serviços de apoio ao exercício do mandato eletivo e à gestão administrativa e institucional das Assembleias⁷⁰. Nota-se que o fortalecimento da atividade parlamentar é o cerne das ações da instituição que, além de assistência técnica, também busca marcar presença nos grandes debates políticos do país. Nas conferências anuais são reunidos os parlamentares e delegações estrangeiras e, ao fim, é produzido um documento oficial apresentando um posicionamento único dos legislativos estaduais a ser encaminhado a agentes políticos relevantes do cenário nacional (UNALE, 08/07/2011; 13/10/2015).

A ALESC, através de seus deputados e servidores, participou ativamente da UNALE durante o período estudado. Entre 2011 e 2016, temas nacionais repercutiram no plenário catarinense a partir da atuação dos parlamentares na UNALE. Nestas oportunidades, a atividade da instituição visou projetar a voz dos deputados estaduais em discussões comumente reservadas a agentes do Executivo e do Legislativo federal. Destas questões, destacam-se a redivisão da dívida dos Estados, a unificação das eleições nacionais e a reforma do pacto federativo (AGÊNCIA AL, 23/05/2013; 12/03/2013; 12/06/2016). Nestes casos, a coordenação de posições entre os deputados ocorreu através de reuniões e seminários.

Se a organização busca de forma ativa projetar a voz dos legislativos estaduais no contexto político interno, não é surpresa que ela também concentre esforços em estabelecer vínculos de cooperação institucional com entes internacionais. Durante o período estudado, a UNALE serviu como *locus* para a atuação dos deputados catarinenses em redes transnacionais. Neste sentido, a organização tem um histórico de internacionalização que inclui convênios com instituições de legisladores homólogas do México, Rússia e Estados Unidos; atividades conjuntas com o Parlamento Europeu e o Parlamento do Mercosul; e missões para busca de financiamento no âmbito do BIRD e do BID (UNALE, 12/04/2011).

Nos últimos anos, a atuação de deputados da ALESC na UNALE foi marcada pela realização da conferência anual de 2011 na cidade de Florianópolis, e pelo fato de o deputado Joares Ponticelli, integrante da 17ª legislatura, ter exercido o cargo de presidente da instituição entre 2012 e 2013. Em todos os anos analisados, deputados catarinenses figuraram em posições de diretora na instituição.

Por vezes, a atuação dos deputados da ALESC em entidades como a COPA e o Parlamento do Mercosul ocorreu a partir de iniciativas da UNALE, de modo que um

⁷⁰ O trabalho de cooperação para a melhoria da gestão administrativa das assembleias é realizado em conjunto com organizações setoriais como a Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal (Fenale), Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel) e Interlegis (instituição vinculada ao Senado Federal) (AGÊNCIA AL, 18/03/2011).

intercâmbio de temas e pleitos foi promovido entre os entes envolvidos. Esta articulação constante verificada entre a UNALE e outras IPIs reafirma a tese dos “vasos comunicantes” entre entidades parlamentares avançada por Stavridis (2006). Conforme coloca o autor, o trânsito de informações entre instituições da diplomacia parlamentar as fortalece como instrumento de governança multinível.

No tocante às iniciativas em redes transnacionais da UNALE nas quais deputados catarinenses tiveram atuação relevante, vale ressaltar os laços firmados entre a organização e a *National Conference of State Legislatures* (NCSL), evento organizado por legisladores estadunidenses e orientado à cooperação internacional. Em 2012, o deputado integrante da 17ª legislatura Joares Ponticelli, na condição de presidente da UNALE, liderou uma grande delegação de parlamentares brasileiros⁷¹ à conferência da entidade, realizada na cidade de Chicago⁷². A iniciativa, que visa proporcionar trocas de experiências e cooperação técnica entre parlamentares de todo o mundo, se insere em um conjunto de atividades desenvolvidas entre a NCSL e a UNALE. Em outras ocasiões, delegações foram enviadas pela congregação estadunidense a conferências realizadas no Brasil (UNALE, 13/10/2015).

Verifica-se, assim, o estabelecimento de intercâmbio entre IPIs no âmbito destas conferências de escopo internacional. Ainda na edição de 2012 da NCSL, o encontro entre as delegações brasileira e mexicana deu origem a atividades de cooperação entre a UNALE e a recém-fundada *Conferencia Permanente de Congresos Locales* (COPECOL), congregação inspirada na experiência brasileira em diplomacia parlamentar que reúne os legislativos estaduais do México (AGÊNCIA AL, 30/10/2012). Em trocas de visitas ao longo de 2012, o deputado Ponticelli discutiu junto aos deputados mexicanos temas como os sistemas eleitorais brasileiro e mexicano; nas oportunidades, o sistema de votação eletrônico foi motivo de interesse dos representantes mexicanos.

Durante o período estudado, a participação de deputados catarinenses em iniciativas da UNALE também se deu no âmbito do Parlamento do Sul (Parlasul), fórum regional constituído em 1999 por legisladores dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Conforme já destacado, a formação de entidades regionais ocorre no interior das conferências anuais da UNALE, e são por ela estimulados e apoiados. Imbuído com o objetivo de promover o intercâmbio entre em Estados do sul do país, o

⁷¹ Integraram a missão dez deputados estaduais e sete assessores.

⁷² Participaram da Conferência de Chicago, em 2011, delegações de 24 países. São eles: Argentina, Azerbaijão, Brasil, Canadá, China, Alemanha, Gana, Índia, Indonésia, Kenya, México, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Portugal, Rússia, África do Sul, Sudão, Taiwan, Reino Unido, Estados Unidos e Zimbábue (AGÊNCIA AL, 18/03/2011).

Parlasul resulta também na coordenação política entre legisladores para o desenvolvimento de leis de interesse da região.

O tema central da atuação do Parlasul nos últimos anos tem sido a ampliação da malha ferroviária no sul do país, e a sua interligação com o restante da América Latina. Desta forma, no âmbito da XV Conferência Nacional da UNALE de 2013⁷³, foi realizado o Seminário Ferrosul. Naquela oportunidade, a entidade regional, liderada pelo deputado catarinense Silvio Dreveck, discutiu um projeto de corredor bioceânico que viabilizaria o escoamento de bens até o porto de Antofagasta, no Chile (AGÊNCIA AL, 20/06/2012). O empreendimento é entendido como promissor para o futuro da economia do sul do país e para o fortalecimento da economia interiorana (AGÊNCIA AL, 31/05/2012).

O Parlasul seguiu tratando do tema em maio de 2013, em reunião realizada conjuntamente com parlamentares argentinos das províncias de Tucumán e Catamarca. No encontro, conduzido nas dependências Palácio Barriga Verde, foi referendada a ideia da ferrovia, destacando o parecer de especialistas técnicos acerca do potencial dos portos catarinenses e a necessidade de ligação ferroviária entre eles (AGÊNCIA AL, 22/05/2013). Como resultado das discussões, foi produzido um documento endereçado ao governo federal. Em outra iniciativa, desenvolvida no ano de 2016, foi constituída no interior do grupo a “lei dos Free Shops”, cujo intuito era beneficiar as cidades de fronteira dos Estados envolvidos (UNALE, 23/10/2015).

Após apresentar um panorama das atividades da UNALE e a participação dos deputados catarinenses nelas, cabe analisar de que modo esta atuação pode ser compreendida a partir dos processos históricos associados às redes de parlamentares, verificando, ao final, as funções exercidas pelas atividades dos deputados na instituição.

Uma notável característica das iniciativas permeadas pela UNALE é disseminação dos chamados “vasos comunicantes” entre diferentes IPIs. Conforme coloca Stavridis (2006), estes canais surgem do trânsito de atores entre diferentes instituições que, como consequência, promovem um benéfico fluxo de informações e temas entre níveis de governança. O padrão é nítido: a integração de deputados em instituições como a COPA e a NCSL ocorre a partir da UNALE e, desta forma, promove-se o intercâmbio de temas, questões, e mesmo pessoas entre estas entidades. Em um caso específico, o deputado Joares Ponticelli, presidente da UNALE, participou de reunião sobre o processo eleitoral brasileiro junto a COPECOL (*Conferencia Permanente de Congresos Locales*). O encontro com a congregação mexicana ocorreu

⁷³ A XV Conferência Anual dos Legisladores e Legislativos Estaduais foi realizada em Florianópolis entre os dias 18 e 20 de maio de 2011 (UNALE, set. 2011).

através da NCSL e o tema discutido – sistema eleitoral brasileiro – já havia sendo discutido no âmbito da UNALE. Novamente, o funcionamento “vasos comunicantes” se faz aparente.

Além de suas tendências globalizadoras, a UNALE também desperta iniciativas de apelo fortemente regional. Nascido no seu interior, o Parlamento do Sul objetiva projetar politicamente a região sul do país, tanto no cenário nacional como no internacional, através da cooperação entre seus estados. Conforme propõe a literatura sobre regionalismo aberto, a tendência de maior envolvimento de regiões em temas externos é própria de ambientes globalizados. As IPIs, ao incrementarem a capacidade de articulação entre agentes políticos de uma dada região, tornam-se instrumentos para a projeção do nível regional no cenário externo (COSTA et al., 2012).

A criação de IPIs sob a égide de regiões ocorre de modo profuso em países europeus, em geral permeados por sentimentos separatistas. Dentre as motivações para a atuação internacional de regiões espanholas, Feres e Sanz (2002) elencam a “busca por legitimidade doméstica e internacional”. Em que pese a inexistência do intuito da secessão em suas atividades, os deputados dos estados no sul do país almejam, através do Parlamento do Sul, uma maior capacidade de coordenação política entre os legislativos estaduais da região. Buscam, desta forma, expandir a influência da região como um agente político nos cenários interno e externo.

O relatório da missão da UNALE na NCLS (*National Conference of State Legislatures*) em 2012 revela alguns detalhes das discussões conduzidas durante a conferência, e assim, oferece uma janela às motivações do evento. Logo no primeiro dia de atividades, as delegações se reuniram em mesas redondas, e cada delegação colocou questões centrais do debate político de seu país para serem discutidas entre os presentes. Segundo o relatório,

(...) os presentes foram conclusivos sobre as consequências do aumento crescente da concentração dos poderes nos Governos Centrais, onde os problemas regionais perdem importância para questões de Estado, causando dificuldades para províncias e Estados federados, com a consequente redução na atividade pública.
(ALESC, 2012)

Esta passagem desvela uma importante faceta da atuação parlamentar em redes: a projeção dos legisladores como membros de uma elite internacional capaz de exercer influência nos âmbitos nacional, regional e global. Neste caso, é o legislativo estadual que pleiteia por uma ampliação de poder como ente político. De acordo com Slaughter (2006), a criação de redes para o auxílio ao trabalho legislativo é comumente motivada pelo intuito de

fortalecer a classe dos parlamentares, e assim aumentar o seu poder de barganha em diferentes tabuleiros políticos.

Isto posto, deduz-se que redes de parlamentares podem carregar interesses políticos ainda que identificadas como iniciativas de orientação técnica. No trecho destacado, o descontentamento dos deputados com o papel do legislativo estadual (ou subnacional) na política doméstica é evidente. Pode-se, neste sentido, interpretar o seu engajamento na iniciativa em questão como uma forma de fortalecer a sua posição frente ao Executivo.

Nesta perspectiva, as redes que permeiam a UNALE assumem uma dupla função: por um lado, fornecem ajuda técnica ao desempenho da atividade legislativa, por outro lado, representam também a busca de parlamentares por maior influência no cenário político doméstico e por uma voz própria no cenário internacional. Ao desenvolver cursos e seminários direcionados a legisladores e servidores legislativos, a UNALE contribui oferecendo insumos para o aprimoramento do trabalho das assembleias estaduais. Este auxílio técnico é acompanhado por iniciativas que buscam a coordenação de posicionamentos políticos entre parlamentares, tanto em nível nacional quanto em nível regional.

Além de lograr um maior espaço no debate político doméstico, a UNALE ainda atua em redes transnacionais voltadas à cooperação entre legisladores. Novamente, ao convergirem interesses no contato entre parlamentares de diferentes países, reafirma-se a busca da classe por uma voz própria como uma das funções destas redes. Destaca-se a cooperação com instituições homólogas à UNALE, como a NCSL e a COPECOL.

Ao fim, pode-se definir a UNALE como uma instituição integrada aos “vasos comunicantes” da diplomacia parlamentar, que além de fortalecer a união entre os legislativos estaduais do Brasil, também estimula a formação de entidades regionais como o Parlasul e o Parlacentro. Sua atuação assume a dupla função de fornecer ajuda técnica às assembleias estaduais e definir uma posição própria e fortalecida para os deputados nos cenários interno e externo.

2.2.3 A Confederação Parlamentar das Américas

Ao longo do período estudado, os deputados da ALESC atuaram em iniciativas da Confederação Parlamentar das Américas (COPA, doravante), organização que reúne parlamentos nacionais e subnacionais, regionais e instituições parlamentares internacionais (IPs) de todo o continente americano.

A COPA tem raízes no renascimento da cooperação interamericana durante a década de 1990. Durante o período, uma série de cúpulas, acordos políticos e comerciais abrangentes como a ALCA eram desenhados, gerando discussões intensas nos contextos domésticos⁷⁴. Diretamente envolvidos na implementação destes arranjos, os parlamentos ressoavam debates acerca dos efeitos da integração interamericana para o desenvolvimento social e econômico. Com isso, em 1997, a Assembleia Nacional de Quebec impulsionou a realização de uma histórica conferência parlamentar sob o título de “Rumas às Américas de 2005: democracia, desenvolvimento e prosperidade”. Como resultado do evento, que contou com mais de 400 parlamentares de 28 países diferentes, foi instituído a partir da “declaração final” um Comitê Diretivo para a manutenção de canais de diálogo permanente entre representantes eleitos do continente americano (COPA, 2011b).

Após uma série de reuniões entre 2000 e 2001, foi criada a COPA, desde então um foro interparlamentar permanente composto por uma Assembleia Geral⁷⁵, um Comitê Executivo⁷⁶, uma Secretaria Permanente e uma Rede de Mulheres Parlamentares⁷⁷. A partir destes órgãos, foi definido um estatuto próprio, seis comissões temáticas de trabalho⁷⁸, e três secretarias com sedes no Congresso da União do México, na Câmara dos Deputados brasileira e na Assembleia Nacional de Quebec⁷⁹ (COPA, 2011b).

Dentre os objetivos firmados no estatuto da instituição, estão à promoção dos “interesses e aspirações dos povos do continente”, o estímulo ao diálogo entre a COPA e parlamentos nacionais e subnacionais e entre os parlamentares de todo o continente, e o desenvolvimento de ações voltadas ao combate à pobreza e à solução de conflitos.

⁷⁴ No ano de 1994, realiza-se a 1ª Cúpula das Américas em Miami, em que é criada a ALCA. Em 1998, ocorre em Santiago a 2ª Cúpula das Américas. Em 2001, a 3ª Cúpula das Américas, em Quebec (COPA, sem data);

⁷⁵ A Assembleia Geral, órgão máximo da COPA, é composta por delegações enviadas pelos parlamentos e organizações interparlamentares. Tem, dentre suas competências, a aprovação de recomendações emanadas pela instituição e questões orçamentárias, a ratificação dos integrantes do Comitê Executivo e outras questões estruturais (COPA, 09/12/2012).

⁷⁶ O Comitê Executivo é encarregado das atividades de organização e administração da instituição e composto por parlamentares eleitos pela Assembleia Geral (COPA, 09/12/2012).

⁷⁷ A Rede de Mulheres Parlamentares das Américas é um órgão autônomo ao qual cabe promover a igualdade entre gêneros, preservar as conquistas das mulheres e assegurar o respeito aos direitos femininos pelos Estados (COPA, 09/12/2012).

⁷⁸ As comissões temáticas de trabalho realizam seus trabalhos durante as Assembleias Gerais. As seis comissões permanentes são: comissão sobre democracia e paz; comissão sobre economia, comércio, trabalho, competitividade e blocos comerciais; comissão sobre educação, cultura, ciência e tecnologia; comissão sobre saúde e previdência social; comissão sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável; comissão sobre direitos humanos, povos indígenas e segurança dos cidadãos (COPA, 2011a).

⁷⁹ A Secretaria Executiva, responsável por coordenar a implementação das resoluções do Comitê Executivo e por assessorar o Presidente da instituição, tem sede no México. As secretarias regionais, localizadas no Brasil e em Quebec, tem a incumbência de expandir e divulgar as ações da COPA nas áreas de sua influência (COPA, 09/12/2012).

As atividades da COPA são orientadas pelas reuniões do Comitê Executivo⁸⁰ e da Assembleia Geral, realizadas, via de regra, uma vez a cada ano. Estas reuniões ocorrem de modo itinerante, em diferentes assembleias e congressos americanos, a partir da definição conjunta do Comitê Executivo e do parlamento anfitrião. Como resultado das Assembleias Gerais, são publicadas recomendações, declarações e resoluções discutidas no âmbito das comissões temáticas. Na assembleia de 2015, por exemplo, realizada na cidade Guanajuato, no México, foram emitidas diretivas sobre o envio de uma missão de observação eleitoral ao Peru, sobre a integração das políticas de saúde das Américas e sobre mudança climática.

Apesar de a ALESC ser um membro da COPA, a atuação de deputados catarinenses nas iniciativas da instituição costuma ocorrer através de outras IPIs. Assim, no período estudado, observa-se que as missões e eventos interamericanos envolvem, de modo geral, parlamentares já envolvidos em outras IPIs, como a União dos Parlamentares do Mercosul (UPM) e a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE).

Em função disso, verifica-se um constante intercâmbio de integrantes entre entidades parlamentares. Em 2011, primeiro ano do período estudado, foi realizada a XI Assembleia Geral da COPA, evento no qual participaram os deputados catarinenses, Joares Ponticelli, na condição de Secretário Geral da UNALE e Gilmar Knaesel que, como Presidente da UPM, liderou a delegação desta entidade. No ano seguinte, Ponticelli foi eleito presidente da UNALE, posição que o faz atuar de modo ainda mais ativo no âmbito da COPA. Os deputados Kennedy Nunes e Dado Cherem, membros de missões de observação eleitoral organizadas pela Confederação nos anos de 2013 e 2016, foram igualmente integrados a estas iniciativas a partir da UNALE. Ademais, verifica-se, através dos convites enviados aos deputados para a participação em atividades da COPA, a existência de diálogo entre a Secretaria Regional da Confederação e a UNALE, ambas localizadas em Brasília.

Este fenômeno, em que parlamentares participam de diferentes instituições e estabelecem canais de diálogo entre elas, leva à existência do que Stavridis (2006) define como “vasos comunicantes” entre instituições parlamentares nacionais e transnacionais. Tais canais culminam na realização de atividades conjuntas e no intercâmbio temas, informações e pessoas. Uma série de iniciativas conduzidas junto à UNALE ilustra esta realidade. O deputado Dado Cherem, por exemplo, recebeu convite da COPA para integrar missão de

⁸⁰ As reuniões do Comitê Executivo podem ser ordinárias, quando realizadas uma vez ao ano e anteriores às Assembleias Gerais, e extraordinárias, quando realizadas a partir da convocação do Presidente ou a partir de solicitação de no mínimo 25% de todos os membros (COPA, 02/06/2006).

observação eleitoral no Paraguai em função de sua atuação junto a UNALE em favor da unificação das eleições nacionais (AGÊNCIA AL, 12/03/2013).

O exame das atividades conduzidas pela COPA releva algumas destas questões abordadas pelos parlamentares em nível transnacional. A partir das assembleias gerais, realizadas anualmente, as comissões temáticas da organização determinam o mandato de iniciativas futuras a serem lideradas por parlamentares. Neste contexto, cabe destacar a realização das missões de observação eleitoral que, desde 2011, são criadas todos os anos com a orientação de “testemunhar de maneira imparcial, junto aos eleitores e à comunidade internacional, o desenvolvimento de processos eleitorais e certificar a legalidade dos mesmos através da observação eleitoral” (COPA, 11/05/2005, p.2).

Desde 2011 foram realizadas cinco missões deste tipo⁸¹, duas das quais contaram com a atuação de deputados catarinenses. Em 2013, o deputado Dado Cherem participou da delegação enviada ao Paraguai, enquanto em 2016, o deputado Kennedy Nunes integrou missão ao Peru. Conforme relata Nunes, a missão é composta por parlamentares de diversos países americanos, e as atividades consistem em reuniões com autoridades locais ligadas ao processo eleitoral e visitas a comícios e centros de votação. A COPA disponibiliza aos deputados um regulamento específico para este tipo de missão em que são detalhadas as funções e as normas de conduta dos parlamentares participantes, aos quais se exige a redação de um relatório final. Por fim, técnicos ligados a Confederação produzem um parecer a partir dos relatórios coletados, o divulgando a imprensa e encaminhando a organizações internacionais (COPA, 27/06/2012).

A partir das missões de observação eleitoral e da atuação da Comissão da Democracia e Paz, a COPA almeja ser reconhecida como uma entidade “atuante em relação à consolidação da democracia parlamentar em nível internacional” (COPA, p.3, 11/05/2005). Neste sentido, a Assembleia Geral de 2011 aprovou os “Critérios aos Parlamentos das Américas”, um extenso documento que, produzido por parlamentares atuantes na Comissão da Democracia e Paz, oferece recomendações para o aprimoramento das instituições legislativas do continente. Baseados em trabalhos semelhantes produzidas por outras IPIs⁸² e inseridos no “núcleo dos princípios promovidos pela Carta Democrática Interamericana de 2001 e pela Convenção Interamericana contra a Corrupção de 2004” (COPA, set. 2011a, p.5),

⁸¹As missões foram: eleições gerais mexicanas, em julho de 2012; eleições presidenciais dominicanas, em maio de 2012; eleições presidenciais colombianas, em maio de 2014; eleições legislativas mexicanas, em junho de 2015; e eleições presidenciais peruanas, em abril de 2016 (COPA, 2011a).

⁸² Destacam-se os documentos produzidos pela União Interparlamentar (UIP), pela Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA International) e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE) (COPA, 2011, p.5)

os “critérios aos parlamentos” englobam princípios para a realização de eleições, prerrogativas a serem reservadas aos parlamentos, organização dos parlamentos e formas de comunicação parlamentar.

Nos termos do fenômeno da globalização, a COPA representa um mecanismo de governança multinível, uma vez que, estabelece vasos comunicantes com outras instituições e aborda em suas atividades problemas transnacionais complexos. Em comparação com a maioria das entidades da diplomacia parlamentar (STAVRIDIS, 2006), a confederação apresenta um maior grau de institucionalização, com órgãos permanentes e comissões de trabalho. Esta estrutura integra não apenas parlamentos, mas principalmente, outras IPIs, que desempenham promovem um benéfico trânsito de temáticas e pessoas entre entidades.

O surgimento da COPA se dá em um período de aprofundamento dos processos de globalização. No pós-Guerra Fria, o incremento da liberalização comercial e da desregulamentação financeira transformou a organização do tempo e do espaço entre fronteiras nacionais (WUNDERLICH, 2006). Com a intensificação das atividades transnacionais emergiram os “vazios de representação” ou os “déficits democráticos”. O processo decisório era transferido ao nível intergovernamental ou supranacional sem que espaços de representação para o cidadão comum fossem gerados como contrapartida (DRUMMOND, 2010).

Neste sentido, a criação da COPA atendeu a estas preocupações, em voga durante segunda metade dos anos 1990. A realização de cúpulas entre parlamentares, a partir do encontro de Québec, em 1997, marcou uma resposta ao déficit democrático do processo de integração americana. Desta forma, a instituição que surgiria a partir destes encontros seria fortemente ligada ao fortalecimento da democracia representativa não apenas no plano transnacional, mas também no contexto doméstico dos países americanos.

Dentre as atividades da COPA, verificam-se iniciativas orientadas por um compromisso com o processo de democratização do continente americano. As missões de observação eleitoral, realizadas desde 2005, buscam asseverar a consonância dos processos eleitorais do continente com os padrões estabelecidos pela legislação nacional do país observado e com princípios universais da transparência e do respeito aos direitos humanos (COPA, 11/05/2005). Está elencado, dentre os objetivos definidos pelo regulamento das missões de observação eleitoral, a meta de “contribuir para a consolidação da democracia e o fortalecimento da democracia nas Américas” (COPA, 11/05/2005, p.2). O trabalho efetuado por comitivas formadas por parlamentares resulta na elaboração de recomendações ao país anfitrião para o aprimoramento do processo observado.

Também se somam aos esforços em prol da democratização as missões de bons ofícios, nas quais delegações de parlamentares são enviadas a países em situação de instabilidade política, econômica e social com o intuito de avaliar processos de estabilização. Até o presente momento, este tipo de missão foi realizado apenas uma vez, no ano de 2004, com o Haiti como destino.

A fim de determinar as funções da atuação parlamentar na COPA, faz-se necessária uma leitura dos “Critérios aos Parlamentos das Américas”, documento emanado pela instituição que busca o aprimoramento das instituições legislativas do continente. Logo na introdução, o texto enuncia:

Os congressos, as assembleias parlamentares, os parlamentos regionais e as organizações interparlamentares membros da COPA estão diante de uma ocasião única. Por um lado, têm a oportunidade de contribuir para uma reflexão mundial inédita sobre o desenvolvimento e a consolidação da democracia; e, por outro lado, essas entidades podem destacar as particularidades dos parlamentos nas Américas, adaptando e moldando o sistema de critérios já estabelecidos.
(COPA, set. 2011, p.5)

A elaboração dos “critérios” sinaliza o “auxílio ao trabalho legislativo” como uma das funções da atividade parlamentar junto à COPA. De acordo com Slaughter (2006), a atuação de legisladores em redes pode voltar-se ao aprimoramento e a profissionalização do trabalho nos parlamentos. Deste modo, diferentes IPIs empenham-se na produção de documentos, seminários e outras iniciativas que visam estabelecer “uma linguagem comum para o trabalho parlamentar”, permitindo o fortalecimento de legislaturas frágeis e recentes e promovendo a classe dos parlamentares no cenário externo. Ao assumir esta faceta, elaborando e disseminando critérios para a atividade parlamentar, a COPA almeja tornar os legislativos instituições mais “eficazes e democráticas” e com maior “independência e autoridade perante o governo” (COPA, set. 2011, p.4).

Contudo, ao considerarmos as funções ou *modos de atuação* que podem ser atribuídos a atuação de parlamentares em redes, não apenas o “auxílio ao trabalho legislativo” parece definir as iniciativas conduzidas no âmbito da COPA. Através do trabalho das seis comissões permanentes e da Rede de Mulheres, são aprovadas, nas assembleias gerais, diretivas que demonstram o intuito da Confederação em influir em temas comumente reservados ao trato de agentes do Executivo. Apenas na assembleia geral de 2011, foram emanadas resoluções acerca do incremento da competitividade econômica, da garantia de acesso universal à água potável, da proteção de recursos hídricos, da mudança climática e dos direitos dos povos indígenas (COPA, set. 2015).

Esta ampla variedade de áreas de interesse aponta para uma projeção ambiciosa do papel do parlamentar no cenário internacional. Sendo a COPA uma organização composta exclusivamente por representantes eleitos, a sua abordagem de questões normalmente legadas aos poderes executivos define como uma de suas funções a de busca por voz própria no cenário internacional.

Assim, pode-se analisar a COPA como uma IPI surgida a partir do fenômeno da globalização, e concebida como uma força em favor da consolidação da democracia representativa no continente americano, que promove o aprimoramento de regimes democráticos a partir de recomendações voltadas aos processos eleitorais e ao exercício do trabalho legislativo. Ademais, a instituição aborda em suas atividades uma grande amplitude de temas, emitindo recomendações direcionadas a governos e organizações internacionais, o que a define como um *player* da governança global que assume a dupla função de auxílio ao trabalho legislativo e de busca por um papel próprio aos parlamentares no cenário externo.

2.2.4 A União dos Parlamentares Sul-americanos e do Mercosul

O principal foco de atuação internacional dos deputados catarinenses consiste na União dos Parlamentares Sul-americanos e do Mercosul (UPM), instituição ligada ao bloco regional composta por legisladores (estaduais, provinciais e departamentais), intendentess municipais e vereadores dos países membros e associados do Mercosul. Durante o período estudado, nenhuma outra IPI ou iniciativa concentrou um número maior de missões e tratativas por parte da ALESC que este órgão sul-americano. Cabe, inicialmente, contextualizar este esforço regional de diplomacia parlamentar no âmbito do processo de integração em tela.

O projeto integracionista do cone sul teve como marco inicial o Tratado de Assunção, de 1992, acordo que estabeleceu as metas de constituir um mercado comum, promover o desenvolvimento econômico e social e consolidar a democracia entre seus membros. Logo em seu surgimento, o bloco foi dotado de uma dimensão parlamentar com a criação da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC)⁸³. Este órgão, de caráter consultivo, era responsável por

⁸³ A Comissão Parlamentar Conjunta foi estabelecida já no Acordo de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, firmado em 1988 entre os governos brasileiro e argentino. Segundo Drummond (2010), em relação a sua primeira fundamentação, a definição da Comissão pelo do Tratado de Assunção, de 1992, representou um retrocesso da dimensão parlamentar do bloco. O artigo 24 do referido acordo estipula a criação do órgão, mas foge da definição de suas funções, competências e número de integrantes. O Protocolo de Ouro

monitorar a incorporação do processo de integração aos ordenamentos jurídicos internos e fazer recomendações aos demais órgãos mercosulinos (DRI; VENTURA, 2012, p. 71).

Sendo o presidencialismo um traço forte dos governos sul-americanos, não é surpreendente que a evolução do Mercosul tenha sido marcada por uma abordagem intergovernamental. Dotado de uma dinâmica flexível, que concentra o poder decisivo no entendimento entre governos e provê pouca independência aos órgãos componentes, o bloco encontra dificuldades em alcançar um equilíbrio institucional similar ao da União Europeia (DRUMMOND, 2010, p.315).

A despeito desta dinâmica, em 2005, impulsionado pela vontade política em aprofundar a estrutura institucional do bloco, foi assinado o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. Com a nova instituição, surgia a promessa de nela firmar as bases da atividade parlamentar com a realização de eleições diretas e a garantia da representação proporcional ⁸⁴ (DRI; VENTURA, 2012, p. 71). Anos após sua criação, nenhum destes propósitos se cumpriu. Além de apenas o Brasil ter adotado o procedimento para que as normas do Mercosul sejam sujeitas a uma tramitação preferencial no parlamento nacional ⁸⁵, a questão da representação ainda não foi resolvida e a competência consultiva da instituição é ainda pouco explorada.

Contudo, alguns avanços puderam ser verificados. Destaca-se a aprovação do regimento interno do parlamento, em 2007; o trato de temas politicamente sensíveis pelos deputados ⁸⁶; e a conduta ativa das Comissões temáticas na realização de audiências públicas (DRUMMOND, 2010, p. 364).

A União dos Parlamentares Sul-americanos e do Mercosul, ao contrário do Parlamento do Mercosul⁸⁷, é um arranjo institucional ainda pouco explorado pela academia. Trata-se de uma iniciativa surgida fora da estrutura do bloco que, desde sua criação, pleiteia pelo seu próprio espaço em meio aos órgãos mercosulinos. Almeja, assim, um ampliamiento da

Preto, documento responsável por detalhar a estrutura institucional do bloco assinado em 1994, avançou moderadamente neste sentido, apontando competências básicas da Comissão como harmonizar as legislações nacionais dos países membros e realizar consultas com o Conselho do Mercado Comum (DRUMMOND, 2010, p. 333).

⁸⁴ O Protocolo Constitutivo do PARLASUL determinava que os deputados membros seriam eleitos diretamente para um único mandato de quatro anos. O processo eleitoral seria realizado no final de um estágio de transição que terminaria em 2014

⁸⁵ A Resolução N°1, de 2007, determina que as normas do Mercosul passem por uma tramitação diferenciada, tornando-se competência da Representação Brasileira no Mercosul (DRUMMOND, 2012, p.95)

⁸⁶ Algumas questões relevantes de escopo regional tratadas pelo Parlamento do Mercosul foram a crise política boliviana no ano de 2008; a controvérsia das *papeleiras*, também no ano de 2008; a questão de Itaipu, tema até então tratado apenas entre Brasil e Paraguai, tratado em audiências públicas no ano de 2008 (DRUMMOND, 2010, p.363).

dimensão parlamentar do processo de integração a um vasto conjunto de legisladores provenientes dos países membros e associados.

A instituição nasceu a partir de conversas entre presidentes das comissões parlamentares internas voltadas ao Mercosul de diferentes casas legislativas da região. Com o fim de organizar pautas em favor dos interesses dos povos locais e de garantir maior representatividade à estrutura do bloco a partir dos parlamentos, foram estabelecidos diálogos entre a senadora da Província de Buenos Aires Ana María Posadas, os deputados Marco Peixoto e Irani Barbosa - representantes das comissões para o Mercosul do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, respectivamente - e o presidente da Junta Departamental de Montevideu Andrés Dominguez. Esforços que culminaram na formalização da UPM em 1999, na cidade de Belo Horizonte, em reunião que elegeu o deputado Peixoto como o seu primeiro presidente⁸⁸ (UPM, 2010).

Nos anos seguintes, a instituição passou pela ramificação de sua estrutura. Em Assembleia Geral realizada no ano de 2000, em Mendoza, os parlamentares argentinos decidiram pela formação de um bloco para os legisladores do país que, sob a guarda da UPM, passaria a unificar seus objetivos e posições políticas argentinas. Após a iniciativa, clamou-se aos demais parlamentares para que também formassem blocos nacionais. Assim, no ano seguinte, a partir da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, surgiu o Bloco Brasileiro. Após a formação dos blocos paraguaio e uruguaio, cada bloco passou a ser responsável por eleger dois representantes que, por sua vez, assumem a função de Vice-Presidentes da organização (UPM, 2010).

O conjunto de objetivos sobre o qual a UPM é fundada inclui: impulsionar o intercâmbio de experiências legislativas, criando mecanismos de integração permanente entre legisladores municipais, provinciais e nacionais; estabelecer laços de cooperação com os poderes Executivos subnacionais; estimular a criação de comissões de trabalho, que acordem a temática da integração regional; e promover políticas educacionais, culturais, sociais e científicas comuns através das normas emanadas pelos legislativos estaduais ou departamentais (UPM, 2010).

Para a consecução destes intuitos, a UPM dedica-se à criação de fóruns para o debate de temas concernentes à governança da região do Mercosul como, por exemplo, a criação de corredores bioceânicos e o uso racional do Rio Uruguai (UPM - BB, 2011). Outras atividades

⁸⁸ A primeira diretoria da UPM também contou como Vice-Presidente a senadora da Província de Buenos Aires María Cristina Azcueta, e como 2º Vice-Presidente, o edil departamental de Montevideu Andrés Dominguez (UPM, 2010).

incluem a firma de acordos de assistência e cooperação com municípios e instituições de ensino. No fomento das atividades da instituição, atua ainda a Diretoria de Consulta e Articulação Política, composta por servidores de língua espanhola e portuguesa (UPM –BB, 2011).

Durante o período estudado, a ALESC se manteve atuante em iniciativas da UPM. Em diversas ocasiões, seus parlamentares e servidores ocuparam as funções mais altas dentro da instituição, marcando um histórico de participação diferenciado. No ano de 2011, quando a presidência rotativa recaiu sobre o Brasil, o deputado catarinense Gilmar Knaesel foi eleito presidente da UPM. Durante o processo, a chapa vitoriosa de Knaesel apresentou metas de gestão como o fim das taxas aeroportuárias como estímulo ao turismo no Mercosul e a aproximação da organização ao Parlamento do Mercosul. Outros seis membros da ALESC também assumiram cargos na Diretoria da entidade regional ⁸⁹.

Em 2013, Dado Cherem, integrante da 17^a legislatura, assumiu a presidência do Bloco Brasileiro. Kennedy Nunes, integrante da 17^a e 18^a legislaturas, passou por diferentes cargos até ser, em 2016, eleito presidente da instituição. Além de deputados, servidores das casas legislativas também integram o corpo de funcionários da UPM, com destaque para o diretor de articulação política entre 2011 e 2015, Flávio Alves Monteiro.

Na sua função como órgão de consulta do Mercosul, a UPM produz recomendações acerca de temas de abrangência regional. Estas diretivas normalmente tomam a forma de documentos conjuntos acordados nas reuniões e assembleias gerais da instituição. Na Assembleia Geral de 2011, por exemplo, foi oficializada a “Carta de Buenos Aires”. No texto, os parlamentares clamavam pela superação de entraves entre Brasil e Argentina na liberação de licenças de importação e cobravam uma atitude mais assertiva do Parlamento do Mercosul sobre o caso, em voga na época (AGÊNCIA AL, 10/06/2011).

Um dos mecanismos de atividade da UPM são os fóruns. Nascido em 2000, o Fórum do Corredor Bioceânico Central visa o desenvolvimento de ligação entre os oceanos Pacíficos e Atlântico, através dos portos de Valparaíso, no Chile, e Rio Grande, no Brasil. Conforme apontam os atores envolvidos, por implicar em mudanças infraestruturais em diferentes regiões mercosulinas ⁹⁰, o projeto pleiteado exige certa coordenação de ações entre os poderes públicos da região. Desta forma, o fórum reúne os blocos argentino, chileno, paraguaio e

⁸⁹ O deputado Elizeu Mattos assumiu a vice-presidência do Bloco Brasileiro da UOM; deputado Kennedy Nunes assumiu a presidência da Comissão de Relações Institucionais e de Fronteira; deputado Dado Cherem, a Comissão de Saúde; e o deputado Edson Andrino, o Conselho Fiscal (AGÊNCIA AL, 09/07/2011).

⁹⁰ Ao ligar os portos de Valparaíso e Rio Grande, o Corredor Bioceânico teria de cruzar a Região Central argentina; as localidades uruguaias de Montevidéu, Salto e Soriano; e a região sul-brasileira (AGÊNCIA AL, 21/06/2012).

uruguaio em encontros que, além de destacar o potencial econômico da via bioceânica, elencam reivindicações a serem levadas aos Executivos.

Tal como a questão do corredor bioceânico, outros temas que concernem a ação coletiva dos países do Mercosul entram na pauta da UPM. A gestão de recursos hídricos da região, por exemplo, ensejou a formação do Fórum Permanente de Preservação e Uso Racional do Rio Uruguai. Nele, os deputados discutem políticas e enviam recomendações a entes nacionais e transnacionais acerca da preservação e do aproveitamento econômico da bacia hidrográfica do Rio Uruguai ⁹¹. Os trabalhos do fórum tiveram início em 2010, a partir de iniciativa do deputado catarinense Edson Andrino que, na época, ocupava a posição de presidente do Bloco Brasileiro. Em 2011, o fórum apresentou ao Parlamento do Mercosul um projeto de fundo para a transformação da bacia em uma hidrovia de grande escala. Enquanto em 2014, foi apresentado um levantamento sobre a poluição de toda a bacia que alimenta Itaipu.

O estudo das atividades da UPM verifica, além de iniciativas próprias da instituição, a existência de um esforço contínuo de diálogo com órgãos do Mercosul. Neste sentido, destaca-se o contato com o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), entidade cuja função reside no financiamento de projetos voltados, sobretudo, ao avanço da infraestrutura e do desenvolvimento social nos países membros ⁹². A cooperação com o órgão iniciou com a participação do chefe da representação brasileira junto à ALADI e ao Mercosul, Régis Arslanian, em encontros da UPM. Em audiências realizadas com o diplomata durante o período estudado, foram delineados projetos de interesse catarinense passíveis de serem apresentados ao FOCEM para a obtenção de financiamento ⁹³.

Destes projetos, destaca-se a realização da 2ª etapa do contorno viário oeste entre as rodovias SC 283 e BR 282. A iniciativa, que representa o primeiro projeto do fundo no Brasil,

⁹¹ A bacia do Rio Uruguai abrange uma área de 385.000km² de extensão que engloba o sul do Brasil, o norte do Uruguai e o leste da Argentina. É composta pelo rio Uruguai e seus afluentes, com destaque para o rio do Peixe, o rio Chapecó, o rio Peperi-Guaçu, o rio Icamaquã, o rio Apuaúê, o rio Passo Fundo, o rio Ijuí, o rio da Várzea, o rio Quaraí e o rio Inhandava. Além de apresentar grande potencial hidrelétrico, a bacia alimenta sistemas de irrigação imprescindíveis para a agroindústria do sul do país (ANA, 2010).

⁹² Segundo o site oficial do FOCEM, o fundo destina-se a “financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas; apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração” (MERCOSUL, 2010). 70% dos recursos do fundo são aportados pelo Brasil, seguido de 27% da Argentina, 2% do Uruguai, e 1% do Paraguai. Os principais destinatários do fundo são as duas menores economias do bloco: Paraguai e Uruguai, que recebem, respectivamente, 48% e 32% do total (MERCOSUL, sem data).

⁹³ Eis alguns exemplos de projetos discutidos: construção de atracadores de cruzeiros em portos catarinenses (apresentado em audiência realizada na ALESC, no dia 18 de abril de 2011); financiamento de projetos de pesquisa sobre o Aquífero Guarani (reuniões realizadas em Florianópolis durante o abril de 2011); 2ª etapa do contorno viário oeste entre as rodovias SC 283 e BR 282 (reuniões realizadas em Montevidéu, entre os dias 13 e 16 de março de 2012) (ALESC 17/08/2011).

demandou a liberação de aproximadamente 12 milhões de dólares. A concretização do projeto envolveu autoridades da Prefeitura Municipal de Chapecó, o diretor de articulação política da UPM, Flávio Alves Monteiro, o presidente da UPM, Gilmar Knaesel, e diretores do FOCEM.

A partir do contato entre a prefeitura do município de Chapecó e a UPM, no contexto da concretização de aporte do FOCEM ao projeto infraestrutural no oeste de Santa Catarina, foi idealizado um evento voltado à discussão de políticas públicas voltadas à integração latino-americana (AGÊNCIA AL, 23/08/2013). Organizado pela UPM, o chamado Mercosul Cidadão reuniu legisladores e diplomatas em suas duas edições, realizadas em 2013 e 2015. Em ambas as ocasiões, o esforço culminou em um documento coletivo alinhando alguns pontos de convergência entre os participantes (AGÊNCIA AL, 25/04/2015).

Na “Carta de Chapecó”, assinada ao final da segunda edição do Mercosul Cidadão, foram elencadas um total de 20 propostas emanadas como diretivas de trabalho da UPM. Destacam-se: “a unificação dos dados de entrada e saída dos cidadãos (...) entre os países do Mercosul para o controle da entrada e saída de veículos”; “o estabelecimento de diretrizes para a implementação de uma política educacional para o ensino dos idiomas português, espanhol e guarani nos países do Mercosul”; “a fomentação de programas de mobilidade acadêmica no Mercosul”; “declarar o aquífero Guarani e as bacias hidrográficas dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai como patrimônio natural do Mercosul”; “reivindicar ações das autoridades dos países do Mercosul no sentido de criar legislação que facilite o exercício de cidadania no âmbito dos países do bloco diminuindo exigências alfandegárias e de imigração, liberdade de ir e vir, residir, estudar e trabalhar tendo suas garantias individuais asseguradas” (UPM - BB, 2015).

Em relação ao Parlamento do Mercosul, a UPM assume, desde 2008, a função de órgão de consulta. Esta posição permitia à instituição um limitado grau de atuação junto ao principal órgão legislativo do bloco, incitando à busca por maior espaço pelos deputados estaduais. Neste sentido, em 2010, foi ratificada pelo Parlamento do Mercosul a criação do Fórum dos Legisladores Regionais junto ao Parlamento do Mercosul. Esta entidade, composta por representações proporcionais de cada bloco integrante da UPM⁹⁴, ampliou a participação de legisladores estaduais e provinciais no plenário de Montevideu (AGÊNCIA AL, 14/10/2010).

⁹⁴ Segundo as regras de representatividade do Fórum dos Legisladores Regionais junto ao Parlamento do Mercosul, o Brasil disporá de 27 membros, a Argentina, 26 membros, Uruguai e Paraguai, 18 membros (AGÊNCIA AL, 14/10/2010).

Em março de 2012, o deputado catarinense Gilmar Knaesel, na condição de presidente da UPM, reuniu-se com o Chefe da Representação Brasileira junto ao Mercosul Régis Arslanian, com o objetivo de pleitear a disponibilização de sede física à UPM na Casa do Mercosul, sede do Parlasul. Na ocasião, Knaesel afirmou ser importante a existência de “um local definitivo como referencial da entidade”, e prometeu ampliar a cooperação com a representação brasileira no legislativo mercosulino. Neste sentido, a UPM tem se mobilizado em favor da realização de eleições diretas ao Parlasul, pleito de legisladores da região frente à cúpula decisória do bloco (AGÊNCIA AL, 06/06/2011).

De que modo pode-se analisar a UPM a partir dos processos históricos associados às redes de parlamentares? Na perspectiva do regionalismo, o Mercosul se insere na segunda onda do fenômeno, em um contexto de término da Guerra Fria e intensificação de tendências da globalização como a liberalização do comércio e a desregulamentação financeira. No cenário da década de 1990, espaços regionais e suas instituições passaram a operar como níveis intermediários nas estruturas de governança que então emergiam.

Estas estruturas, de acordo com Rosenau (2004, p.310), abrangem a ação de coletividades, através de mecanismos formais e informais, para a consecução de demandas, metas, diretivas e políticas. Neste sentido, a pesquisa revela a UPM como parte de um amplo conjunto de instituições identificadas com a região sul-americana, das quais o Mercosul representa o ente mais significativo.

Permeiam estas estruturas redes tanto verticais quanto horizontais (WUNDERLICH, 2006, p.32). Desta maneira, verificam-se, dentre as atividades da UPM, iniciativas que promovem trocas entre entes locais, regionais e estatais (redes verticais), bem como entre instituições regionais (redes horizontais).

No tocante às redes verticais, o padrão é bastante nítido. Os deputados, como representantes eleitos, demonstram intrínseca ligação com sua região de base, de modo que, o desenvolvimento destas localidades costuma ser visto como o principal elemento motivador da atuação parlamentar em redes internacionais (SCHAEFFER, 2016)⁹⁵. Assim, conforme indica à pesquisa, determinadas iniciativas conduzidas no âmbito da UPM promovem a cooperação entre comunidades e órgãos da estrutura regional de governança.

Exemplo disso é o intercâmbio promovido com a região Oeste de Santa Catarina. No período estudado, a UPM intermediou o contato entre autoridades locais, como o prefeito do município de Chapecó, e o FOCEM, visando o financiamento de obra infraestrutural na

⁹⁵ O Secretário de Relações Institucionais da ALESC, Diego Schaeffer, foi entrevistado pelo autor.

localidade. Este contato mais tarde ensejou a realização do Mercosul Cidadão, cúpula que reuniu parlamentares, autoridades locais e diplomatas na discussão de questões de interesse regional. Neste caso, as redes verticais, representadas pelos laços traçados entre a UPM e outros órgãos da integração regional, também se fazem nítidas.

Com o avanço do processo de globalização, e a progressiva transferência dos processos decisórios para o nível transnacional, surgem os chamados “vazios de legitimação”, ou seja, estruturas de governança que, a despeito de influírem na vida das populações, não contam com mecanismos apropriados de representação popular. Foi com o intuito de democratizar os processos integracionistas que emergiram instituições parlamentares integradas às estruturas de governança. O CPC e, mais tarde, o Parlamento do Mercosul, representam a dimensão parlamentar da integração latino-americana. Pode-se inserir a UPM neste mesmo quadro?

Como já destacado, a UPM nasceu da iniciativa de legisladores de unidades subnacionais dos países do Mercosul que, através da criação de mecanismos de coordenação política, passaram a pleitear maior espaço no interior da estrutura do bloco. Desde sua emergência, em 1999, a instituição cresceu, com a criação de blocos identificados com os países-membros e uma série de fóruns permanentes⁹⁶. Com isso, foram obtidas algumas conquistas na relação com o Mercosul. Em 2008, a UPM foi reconhecida como órgão de consulta do Parlamento do Mercosul e, em 2010, a instituição passou a contar com representação no plenário do mesmo parlamento.

Vê-se uma instituição integrada às atividades do bloco que, contudo, não abdica do desenvolvimento de posições e políticas independentes. Pois, além de assumir bandeiras próprias como a criação do Corredor Bioceânico Central, adota posicionamentos próprios, desvinculados das linhas do adotadas pelo bloco. Em julho de 2016, por exemplo, a UPM formalizou uma declaração de repúdio ao governo venezuelano, chamando a atenção para a crise econômica e social pela qual passa o país. O documento foi lido no plenário de Montevideu e encaminhado a organismos internacionais como a ONU, a OEA e a Unasul (UPM – BB, 2016). Na ocasião, não havia registros de manifestações conjuntas do Mercosul em relação à situação venezuelana.

⁹⁶ Os fóruns criados sob a égide da UPM são: Fórum Corredor Bioceânico Central, Fórum Paso Pehuenche, Fórum Bioceânico, Fórum Aguas Negras, Fórum Bioceânico Patagônico, Fórum Uso y Preservação, Fórum Rio Uruguay, Fórum Desenvolvimento Turístico, Fórum de Combate e Preservação de Drogas, Fórum Preservação do Meio Ambiente, Fórum Apoio aos Estudantes no exterior, Aquífero Guaraní, Fórum da Juventude, Fórum Acadêmico, Fórum da Mulher (UPM, 2010).

O engajamento da UPM em questões regionais, por vezes desatado dos posicionamentos oficiais do Mercosul, aponta para a função assumida pela instituição parlamentar. Neste caso, as iniciativas em tela denotam uma busca por um espaço próprio na estrutura de governança regional, ou seja, denotam a busca de deputados estaduais, provinciais e departamentais por uma voz própria no cenário internacional. A atuação no âmbito da UPM oferece aos legisladores subnacionais a oportunidade de “definir um papel efetivo para si mesmos em um ambiente dominado por diplomatas, entes civis e indicados políticos”, parafraseando Slaughter (2006, p.108).

Entretanto, apesar de perseguir uma atuação política independente, a UPM tem sido integrada às estruturas do Mercosul progressivamente, como já demonstrado. Ao inserir-se nas atividades do Parlamento do Mercosul e do FOCEM, a instituição pode ser entendida como parte da “dimensão parlamentar” do bloco. Desta maneira, a UPM assume a função de corretivo democrático do processo integracionista. Ou seja, além perseguir uma voz própria aos deputados, a instituição também atribui maior representatividade ao Mercosul, inserindo nos quadros do bloco um contingente organizado de representantes eleitos, dispostos a servirem como “cintos de transmissão” entre demandas da sociedade civil e as estruturas de governança mercosulinas.

Por embasarem sua atuação internacional primordialmente no desenvolvimento de sua região de base, os deputados, mais do que outros atores, colocam na pauta do processo de integração temas ligados às comunidades internas dos países membros. Assim, parlamentares tanto da UPM quanto do Parlamento do Mercosul contribuem para uma correção do déficit democrático do bloco.

Contudo, a eficiência dos parlamentares em fazer cumprir demandas levadas às estruturas de governança e a sua capacidade de definir os rumos e a agenda do processo de integração devem ser objetos de ponderação. Até o momento, os órgãos parlamentares citados são limitados à competência consultiva. Ainda que possam exercer influência através de mecanismos informais - e, no caso da UPM, desenvolvam ações independentes - , os legisladores do Mercosul não detém poderes deliberativos, atuando apenas através da elaboração de recomendações direcionadas aos demais órgãos do bloco (DRI; VENTURA, 2012; DRUMMOND, 2010;2012).

Ao fim, a UPM define-se como uma instituição parlamentar fundamental às assembleias legislativas estaduais da região. Consolidada como o principal foco da atuação internacional dos deputados estaduais brasileiros, o ente fornece-lhes um espaço singular no interior do processo de integração sul-americano e na estrutura de governança regional. Isto

posto, o fenômeno predominante de sua emergência consiste na regionalização. Neste processo de projeção do nível regional, a atuação de legisladores no âmbito da UPM exerce uma dupla função: por um lado, busca-se uma correção do déficit democrático do projeto integracionista, por outro lado, almeja-se uma definição de um papel próprio e legítimo para os parlamentares no cenário internacional.

CONCLUSÃO

É sintomático que, durante a década de 1990, no período de avanço da globalização, a ALESC tenha se aberto às relações internacionais. Conforme afirmam deputados atuantes naquele período, foi num período de entusiasmo pela abertura comercial e pelo conceito de cooperação internacional que o parlamento catarinense empreendeu as suas primeiras missões externas. Desde então, esta atuação, apesar de nunca imune a críticas por parte da imprensa e de membros do Executivo e do próprio Legislativo, foi ampliada em volume e institucionalizada a partir da criação de estruturas internas voltadas ao relacionamento externo e do nascimento de importantes IPIs.

Através dos anos, foi reafirmado o embasamento desta atuação na Constituição do Estado e no Regimento Interno. No tocante primeiro documento, recorre-se a uma interpretação da competência do parlamento estadual de elaborar planos e programas de desenvolvimento do Estado (art.39, inc. IV). As missões internacionais da ALESC, na visão disseminada entre servidores e deputados, teriam um viés desenvolvimentista e, portanto, cumpririam com o preceito constitucional. Quanto ao Regimento Interno, este expressa que, entre as competências do parlamentar está a participação em atividades externas (art. 62, inc. IV).

Autorizado por ambos os documentos, o parlamento catarinense criou órgãos de amparo à atuação internacional. Assim, desde 2011 existe a Secretaria Executiva de Relações Institucionais, braço da Presidência com competências ligadas ao relacionamento internacional. Cabe ao órgão desenvolver projetos de escopo transnacional, organizar recepções e eventos de comitivas estrangeiras, coordenar missões e mesmo propor acordos com entidades estrangeiras.

Conforme mostra a pesquisa, estas atribuições da Secretaria não são exploradas de forma igual. Em geral, as missões e recepções ocorrem com maior frequência do que as demais atividades externas ⁹⁷. Os motivos para tal fato residem na dinâmica da atividade parlamentar, nas normas do Regimento e na prática administrativa. Conforme afirma Kennedy (2016), a atuação internacional da Casa depende em larga medida do engajamento de seus parlamentares. Portanto, se há interesse dos legisladores em desempenhar determinada atividade, será criada uma demanda por ação. Tão somente a existência de estrutura

⁹⁷ No período estudado (2011 – 2015) foram realizados 125 missões e 42 recepções de escopo internacional.

institucional não é motivo suficiente para o cumprimento das funções a ela atribuídas. Necessariamente, os parlamentares devem desejar acessar estas competências.

Nota-se também que tanto o texto regimental quanto a resolução criadora da SERI explicitam que toda iniciativa externa deve passar pela aprovação da Presidência. Deputados entrevistados confirmam que, acima de tudo, a vontade da chefia institucional da ALESC define o volume e a qualidade das iniciativas. Nas atividades que obrigam a concessão de diárias (cobertura de caráter indenizatório dos gastos da viagem), o procedimento de liberação de recursos passa pela aprovação do Presidente e do corpo técnico da administração da casa e, posteriormente, na fase de prestação de contas, exige-se a produção de um relatório de viagem.

Quanto às motivações para o engajamento de parlamentares, verifica-se que estas são fundamentalmente econômicas. Deputados e servidores costumam enaltecer a importância do comércio exterior e do turismo para a economia catarinense, bem como as potencialidades do Estado nestes setores. A pauta comercial diversificada, juntamente com a variedade de destinos turísticos, constituem ativos importantes a serem promovidos no cenário internacional. Caberia aos parlamentares, portanto, o papel de apresentar a entes externos este potencial, gerando investimentos e oportunidades capazes de impulsionar o desenvolvimento do Estado.

A ação de legisladores disseminaria informações sobre o Estado no exterior tanto entre investidores privados quanto entre entes públicos, em missões que atraiam investimentos e estabeleçam parcerias de cooperação. Neste sentido, o desenvolvimento de suas regiões de base é reconhecido como um dos principais motivos por trás do engajamento dos deputados em iniciativas internacionais (SCHAEFFER, 2016). Ou seja, o parlamentar tende a demonstrar interesse em atuar no exterior na medida em que a iniciativa em questão possa culminar em benefícios aos seus eleitores.

Neste ponto, a pesquisa realizada entra em colisão com um argumento recorrente na literatura sobre diplomacia parlamentar. Autores como Slaughter (2006) afirmam que o caráter representativo da atividade legislativa representa um estímulo contrário a atuação de legisladores em redes, uma vez que estes tendem a defender interesses locais a fim de garantir uma futura reeleição ao invés de engajarem-se em temas de escopo transnacional. Nesta perspectiva, questões locais contrastam questões transnacionais tratadas pelas redes. Contudo, nota-se que muitas das iniciativas nas quais atuam os deputados da ALESC envolvem oportunidades de investimento e cooperação direcionadas a localidades específicas do Estado. Os deputados representantes destas localidades não hesitam em abraçar estas atividades.

Nestes casos, é justamente o caráter representativo da atividade legislativa que incita a atuação parlamentar em redes. Contudo, não são apenas temas econômicos que levam os deputados à atuação internacional. De acordo com Slaughter (2006), questões de política pública e ideologias podem orientar as redes de parlamentares. Do mesmo modo, a pesquisa verificou que a adesão dos deputados a determinados temas pode favorecer o engajamento externo. Nestes casos, o parlamentar conduz discussões, apresenta propostas e atua em comissões e blocos sobre um mesmo tema e, a partir deste trabalho, passa a integrar missões e participar de eventos orientados pelo tópico. São exemplos deste padrão o engajamento do deputado José Milton Scheffer (PMDB), identificado com a agricultura, e a atuação da deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB), coordenadora do Fórum Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa.

Se, como demonstrado, os motivos para o engajamento internacional sejam amplos, a quantidade de parlamentares com participação ativa em redes é limitada a um grupo reduzido. A cada legislatura, um grupo atua em um número maior de missões e iniciativas em relação a seus pares. Durante a 17ª legislatura, os deputados Kennedy Nunes (PP), Joares Ponticelli (PP) e Edson Andrino (PMDB), destacaram-se com uma atividade internacional mais intensa. Enquanto na 18ª legislatura destacam-se Rodrigo Minotto (PDT) e também Nunes.

Entre estes deputados cuja participação em iniciativas externas é mais intensa, a atuação em mais de uma IPIs é uma característica comum. Conforme atesta Kennedy (2016), em entrevista, a adesão a uma determinada instituição da diplomacia parlamentar acarreta na adesão a outras instituições similares. Neste ponto, é importante recordar o conceito de “vasos comunicantes” avançado por Stavridis (2006). Segundo o autor, o fato de parlamentares atuarem em diferentes entidades fortalece o trânsito de informações e temas entre estas instituições, gerando um intercâmbio benéfico e, assim, fortalecendo a diplomacia parlamentar como instrumento de governança multinível.

Se há deputados bastante ativos em redes, também há aqueles céticos com a perspectiva da atuação internacional. Como afirmam Knaesel e Kennedy (2016), nem todos os parlamentares creem que esta seja uma dimensão válida da atuação parlamentar. Em geral, a recusa em participar destas iniciativas é gerada pelo medo de uma interpretação negativa por parte da imprensa a respeito das missões oficiais (KENNEDY, 2016; KNAESEL, 2016). Conforme algumas reportagens atestam, veículos da imprensa tendem a entender o gasto de recursos públicos com viagens internacionais como um desperdício de recursos, e a atuação externa como um desvio das finalidades do legislador. Esta mesma interpretação é esposada por órgãos públicos de fiscalização. Em um caso recente, ocorrido durante o ano de 2015, o

Ministério Público do Tribunal de Contas (MPTC) interpretou que a realização de algumas missões parlamentares internacionais, ainda que orientadas por questões acerca do desenvolvimento do Estado, foi irregular e pediu ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC) a devida apuração.

A despeito de seus críticos, a atuação da ALESC em redes prossegue apoiada em algumas IPIs importantes e em parcerias com entes do Executivo. Dentre as categorias do engajamento externo dos deputados elencadas, a mais significativa em número de missões consiste naquela representativa da União dos Legisladores Sul-americanos e do Mercosul (UPM). Apesar de nascida fora da estrutura Mercosul, esta instituição buscou ser integrada ao bloco regional, e assim obteve algumas conquistas neste sentido. De acordo o seu atual presidente, o deputado Kennedy, o ideal almejado consiste em um equilíbrio entre a defesa de posições independentes e a integração à estrutura mercosulina. Deste modo, a UPM é reconhecida como um órgão de consulta do Parlamento do Mercosul, ao passo que defende bandeiras desvinculadas do bloco, como demonstrado em uma recente manifestação de repúdio em relação à conduta do governo venezuelano.

A instituição, que reúne legisladores de nível subnacional e municipal provenientes de todos os países fundadores do Mercosul organizados em blocos nacionais, apresenta uma agenda bastante diversificada. Desde a sua fundação, a UPM contou com a atuação expressiva de deputados catarinenses, cujo trabalho gerou projetos direcionados à Santa Catarina. Em 2013, por meio da articulação da entidade, o primeiro aporte do FOCEM a um projeto de infraestrutura brasileiro foi direcionado a realização de obra viária na região Oeste do Estado.

A localização de Santa Catarina, que a Oeste faz limites com a Argentina, gera incentivos ao trato de questões ligadas à integração regional. Conforme alegam Knaesel e Kennedy (2016), esta proximidade com o bloco incita a coordenação de políticas de comércio e infraestrutura com legisladores do Mercosul. A UPM, neste sentido, consiste na mais importante IPI dentre aquelas em que participam os deputados catarinenses.

A regionalização, como visto, consiste no processo histórico que define a emergência desta instituição. Este processo marca a formação de uma estrutura de governança regional, dentro da qual a UPM é inserida e atua por meio de redes verticais (canais entre instâncias do Mercosul e autoridades locais) e horizontais (canais entre instituições regionais). Cumprindo um dos pressupostos da literatura sobre regionalização nota-se que os deputados estaduais, na sua participação no bloco, exercem o papel de “cintos de transmissão” entre as sociedades dos países do Mercosul e os dirigentes da integração.

Isto posto, a atuação dos deputados no âmbito da UPM cumpre uma dupla função. Por um lado, o trato de temas de escopo regional, que em tese são reservados ao Executivo, aponta para a busca de uma voz própria aos parlamentares através do processo de integração. Por outro lado, a inclusão da UPM na dimensão parlamentar do Mercosul faz com que a entidade aja como um “corretivo democrático” ao integracionismo do cone sul.

Como costuma ocorrer entre entidades da diplomacia parlamentar, nota-se um significativo intercâmbio de temas e membros entre a UPM e a União Nacional de Legislativos e Legisladores Estaduais (UNALE). Esta instituição, que congrega os deputados estaduais brasileiros, desenvolve atividades de coordenação política e ajuda técnica que repercutem nos trabalhos da ALESC.

Além de discutir temas domésticos, a UNALE também funciona como *locus* para a atuação dos parlamentares em redes transnacionais. A partir da realização de conferências e missões internacionais, é estabelecido o contato com organizações similares de outros países, como a *National Conference of State Legislatures* (NCSL), que reúne legisladores estaduais estadunidenses e a *Conferencia Permanente de Congresos Locales* (COPECOL), que reúne legisladores locais mexicanos. Ao lado de iniciativas de escopo global, a instituição também estimula a formação de grupos de trabalho regionais. Destes grupos, os deputados catarinenses atuam no Parlamento do Sul (Parlasul) que, ativo desde 1999, mantém o diálogo entre deputados dos estados do Sul do Brasil acerca de temas de mútuo interesse.

Ao analisar o conjunto de atividades conduzidas pela UNALE, nota-se que, apesar de parte das iniciativas consistirem em ajuda técnica ao trabalho legislativo, o interesse político na projeção dos deputados estaduais como um grupo articulado com influência no cenário doméstico e internacional também se faz presente. Ou seja, as funções de busca por voz própria e ajuda técnica atribuídas por Slaughter (2006) às redes de parlamentares podem estar relacionadas. Como a própria autora sublinha, a busca por uma linguagem comum à atividade parlamentar através da cooperação institucional pode almejar alçar os legisladores como uma elite internacional capaz de exercer influência nos âmbitos nacional, regional e global. Ao fim, a função exercida pelos deputados junto a UNALE é dupla: busca-se uma voz própria aos parlamentares ao passo em que se difunde ajuda técnica.

A Confederação Parlamentar das Américas (COPA), instituição de abrangência continental na qual a ALESC atua desde a sua criação, também pode ser caracterizada como de dupla função. Através de conferências anuais e comissões temáticas, a COPA promove ações acerca de uma grande amplitude de temas, desde acesso universal à água potável ao direito de povos indígenas. Busca, deste modo, influir em temas concernentes à governança

global, marcando um posicionamento parlamentar sobre estas questões. Outras de suas atividades, no entanto, voltam-se ao fornecimento de ajuda técnica ao trabalho legislativo, como a produção do “Critérios aos Parlamentos das Américas”, documento que estabelece recomendações a serem disseminadas entre parlamentos americanos para o aprimoramento das democracias do continente.

Ao lado da atuação nas três IPIs supracitadas, a pesquisa dedicou-se também às iniciativas internacionais conduzidas em parceria com os executivos federal, estadual e municipal. Este importante foco de atuação da ALESC ocorre a partir do diálogo dos deputados com ministérios, secretarias e prefeituras, e abarca o estabelecimento de diversas redes transgovernamentais. O governo estadual é o mais frequente destes parceiros, com destaque para a realização de iniciativas orientadas por pautas agrícolas, em geral lideradas pela Secretaria de Agricultura e Pesca. Com o governo federal, houve participação em missões lideradas tanto pelo MRE quanto por outros ministérios da máquina pública. No tocante às parcerias realizadas com municípios, a ALESC é geralmente responsável por encabeçar estas iniciativas, que costumam versar sobre acordos de irmanamento entre cidades.

Nos numerosos casos em que os parlamentares são integrados a atividades internacionais pelo Executivo estadual, o motivo para tal reside na necessidade de articulação política entre ambos os poderes. De acordo com Kennedy, a inclusão de deputados em missões internacionais contribui para a disseminação de informações sobre políticas do governo estadual dentro da ALESC. Com esta aproximação, a discussão de questões enviadas pelo Executivo ao parlamento, como projetos de leis e programas, torna-se mais fácil. Neste sentido, cabe notar que, ao integrar deputados em missões externas, o governo toma a precaução de incluir membros tanto da situação quanto da oposição nas comitivas, favorecendo o diálogo entre todos os componentes da legislatura.

Nestas iniciativas conjuntas com o Executivo, a atuação parlamentar exerce a função de busca por uma voz própria no cenário internacional. Nos casos avaliados, os deputados tomam parte em questões tradicionalmente legadas à competência do Executivo, buscando para si novos meios de assumir posicionamentos e influenciar a atuação internacional do Estado. Esta busca, como demonstrado, é reconhecida pelo Executivo federal e estadual, dado que estas instâncias são responsáveis por integrar os representantes em suas iniciativas. Nos casos em que a ALESC integrou autoridades municipais em iniciativas próprias, a capacidade do parlamento de promover a internacionalização de comunidades foi revelada.

Ao fim, é possível traçar de que modo as quatro categorias que compõem a atuação da ALESC em redes são definidas pelos processos da democratização, da regionalização e da

globalização. Conforme indica a literatura sobre o tema, os três processos históricos se seguem de modo cronológico, são passíveis de ser revertidos e capazes de se fortalecer mutuamente. Cada um deles, no entanto, está ligado de uma maneira específica à emergência das redes de parlamentares e, invariavelmente, à participação dos deputados catarinenses nelas.

No que se refere à democratização, existe uma clara relação entre a disseminação de regimes democráticos e a multiplicação de instituições parlamentares. Tal padrão se mostra nítido no continente americano durante as décadas de 1980 e 1990, período de queda de regimes autoritários e fortalecimento de órgãos legislativos (LUZ, 2012). Um interesse renovado pela diplomacia parlamentar foi suscitado por estas transformações, e é neste contexto que surgiram as principais IPIs nas quais a ALESC tem participação ativa, como a UPM e a COPA.

O processo de democratização, portanto, contribuiu para o surgimento das esferas em que atuam os deputados catarinenses. O mesmo pode ser dito em relação à regionalização. Este processo é responsável por intensificar projetos de integração regional, em especial em sua segunda onda, durante a década de 1990 (SÖDERBAUM, 2004; WUNDERLICH, 2007). É neste período em que emerge o Mercosul, e com ele é incitada a cooperação entre legisladores dos países do sul-americanos. Em função da posição geográfica de Santa Catarina, os deputados catarinenses passaram a desenvolver destacada participação no âmbito da UPM, surgida em 1999. Ademais, a regionalização também ampliou as possibilidades de atuação da ALESC com a projeção política dos espaços regionais. Com este fenômeno, iniciativas orientadas pela cooperação regional surgiram. Além da própria UPM, este é o caso do Parlamento do Sul (Parlasul).

O processo de globalização, por sua vez, está relacionado a inúmeras transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas a partir da década de 1990. Foi neste período, de entusiasmo com as tendências globalizantes, que a atuação externa da ALESC teve início. Através do globo, era suscitada uma progressiva redistribuição de poder entre Estados, mercados e sociedade civil, responsável pelo surgimento de novos atores no sistema internacional (HELD; MCGREW, 2003; HELD, 2001; WUNDERLICH, 2007). Com isso, órgãos legislativos e seus membros conquistaram espaços, dando origem a IPIs e integrando-as às estruturas de governança emergentes.

Neste trabalho, constatou-se a atuação da ALESC em redes transgovernamentais como um fenômeno difuso, que se desenrola a partir do engajamento parlamentar e do funcionamento de algumas instituições internacionais. Características econômicas e

societárias do Estado de Santa Catarina ao lado da busca por desenvolvimento econômico motivam a adesão às redes, enquanto a busca por voz própria aos deputados no cenário doméstico e externo consiste na principal função por elas desempenhada. Críticas a esta atuação advém da imprensa e de órgãos fiscalizadores, levando ao posicionamento cético de alguns parlamentares em relação ao engajamento externo. Não obstante, alguns resultados em termos de benefícios ao desenvolvimento econômico do Estado e de troca de conhecimento podem ser apresentados pelos defensores da atuação internacional.

Em face desta divisão, pode-se concluir que uma maior difusão de informações acerca da atuação da ALESC em redes se faz necessária. Missões, recepções de comitivas e eventos são divulgados de modo discreto e descontinuado pelo órgão de imprensa do parlamento, com poucas informações sobre os atores, objetivos e resultados destas atividades. A disseminação de conhecimentos sobre as funções e oportunidades da atuação internacional dos deputados entre a imprensa, instituições de pesquisa e órgãos do Poder Público pode criar um ambiente mais favorável à atividade, gerando maior compreensão a seu respeito. É com este intuito que o presente trabalho foi realizado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA AL . **Dos Gabinetes - Knaesel declara a importância da UPM**, 15 de jun. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-knaesel-declara-a-importancia-da-upm>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL . **Dos Gabinetes - Ponticelli participa de reunião da Unale em Curitiba**, 23 de ago. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-ponticelli-participa-de-reuniao-da-unale-em-curitiba>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL . **Dos Gabinetes - Sopelsa retorna confiante na expansão internacional do mercado frigorífico de SC**, 18 de out. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-sopelsa-retorna-confiante-na-expansao-internacional-do-merca>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL . **Dos Gabinetes - UPM busca solução política para crise comercial no Mercosul**, 7 de jun. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-upm-busca-solucao-politica-para-crise-comercial-no-mercosul>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL . **Dos Gabinetes - Audiência aponta alternativas para amenizar crise da suinocultura**, 22 de jun. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-audiencia-aponta-alternativas-para-amenizar-crise-da-suinocul>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL . **Dos Gabinetes- Deputado Volnei Morastoni é convidado pelo Ministério como debatedor da Conferência N**, 02 de dez. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-deputado-volnei-morastoni-e-convidado-pelo-ministerio-como-de>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL . **Dos Gabinetes- UPM redige carta para eliminar barreiras**, 10 de jun. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-upm-redige-carta-para-eliminar-barreiras>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL . **Embaixador da Austrália visita a Assembleia Legislativa**, 19 de dez. 2012. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/embaixador-da-australia-visita-a-assembleia-legislativa>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL . **Encontro da UPM reúne delegações de seis países em Florianópolis**, 19 de mai. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/encontro-da-upm-reune-delegacoes-de-seis-paises-em-florianopolis>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL . **Seminário Mercosul Cidadão termina com assinatura da Carta Chapecó**, 23 de ago. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/seminario-mercosul-cidadao-termina-com-a-carta-chapeco>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL .. **Integração parlamentar: Pavan assume presidência do Parlasul**, 01 de jun. 2016. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/integracao-parlamentar-pavan-assume-presidencia-do-parlasul>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL . **Dos Gabinetes - Knaesel atua para que a UPM tenha sede em Montevidéo**, 14 de mar. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-knaesel-atua-para-que-a-upm-tenha-sede-em-montevideo>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL . **Dos Gabinetes- Ponticelli participa da reunião da Unale em Natal**, 13 de out. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-ponticelli-participa-da-reuniao-da-unale-em-natal>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Acordo de irmandade entre Xanxerê e cidade chinesa deve fortalecer agronegócio**, 07 de nov. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/acordo-de-irmandade-entre-xanxere-e-cidade-chinesa-deve-fortalecer-agronego>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Andrino será homenageado em fórum ambiental no Uruguai**, 20 de nov. 2014. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/andrino-sera-homenageado-em-forum-ambiental-no-uruguai>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Assembleia Legislativa participa do Seminário Mercosul Cidadão**, 20 de ago. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/assembleia-legislativa-participa-do-seminario-mercosul-cidadao>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Assembleia Legislativa promove missão político-empresarial à Índia e à China**, 24 de nov. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/assembleia-legislativa-promove-missao-politico-empresarial-a-ndia-e-a-chin>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Assembleia recebe comitiva chinesa que participará de encontro da Unale**, 18 de mai. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/assembleia-recebe-comitiva-chinesa-que-participara-de-encontro-da-unale>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Assinatura da Carta Chapecó encerra 2º Seminário Mercosul no Oeste**, 25 de abr. 2015. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/leitura-da-carta-chapeco-encerra-seminario-mercosul-no-oeste>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Aviso de Pauta – Palestra Embaixador Régis Arslanian na Assembleia**, 17 de ago. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/sala_imprensa_single/aviso-de-pauta-palestra-embaixador-regis-arslanian-na-assembleia>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Balanco do Dia**, 19 de abr. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/balanco-do-dia564>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Bloco Brasileiro da UPM aprova normas para a composição do Fórum dos Legisladores Regionais**, 14 de out. 2010. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/bloco-brasileiro-da-upm-aprova-normas-para-a-composicao-do-forum-dos-legis>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Brasil vai presidir o Fórum do Corredor Bioceânico Central**, 21 de jun. 2012. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/brasil-vai-presidir-o-forum-do-corredor-bioceanico-central>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Brasil, Argentina e Uruguai debatem exploração sustentável do Rio Uruguai**, 24 de ago. 2012. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/brasil-argentina-e-uruguai-debtem-exploracao-sustentavel-do-rio-uruguai>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Catarinense cotado para presidir UPM: Entidade busca solução para crise comercial no Mercosul**, 08 de jun. 2011. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/catarinense-cotado-para-presidir-upm-entidade-busca-solucao-para-crise-com>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Chineses querem investir na produção de carvão em SC**, 09 de mar. 2012. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/chineses-querem-investir-na-producao-de-carvaeo-em-sc>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Comitiva catarinense aborda assuntos relacionados à mineração no Estado**, 09 de dez. 2011. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/comitiva-catarinense-aborda-assuntos-relacionados-a-mineracao-no-estado>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Contribuição das universidades nas políticas públicas é tema de reunião da UPM**, 25 de mai. 2011. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/contribuicao-das-universidades-nas-politicas-publicas-e-tema-de-reuniaoe-d>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Coreia do Sul decide importar carne suína de Santa Catarina**, 11 de jul. 2016. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/coreia-do-sul-decide-importar-carne-suina-de-santa-catarina>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Criação de subprodutos do carvão pode ser uma alternativa para Santa Catarina**, 12 de dez. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/criacao-de-subprodutos-do-carvaeo-pode-ser-uma-alternativa-para-santa-cata>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Dado Cherem participa de reunião na Unale sobre unificação das eleições**, 12 de mar. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/dado-cherem-participa-de-reuniaeo-na-unale-sobre-unificacao-das-eleicoes>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Deputado Jean Kuhlmann participa de último dia de atividades em evento da ONU, na Suíça**, 23 de mai. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/deputado-jean-kuhlmann-participa-de-ultimo-dia-de-atividades-em-evento-da-o>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Deputado Leonel Pavan assume presidência do Parlasul**, 01 de jul. 2016. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/deputado-leonel-pavan-assume-presidencia-do-parlasul>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Deputado Rodrigo Minotto é eleito secretário-geral UPM**, 12 de abr. 2015. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/deputado-rodrigo-minotto-e-eleito-secretario-geral-upm>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Deputados catarinenses eleitos para a diretoria da UPM**, 09 de jul. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/deputados-catarinenses-eleitos-para-a-diretoria-da-upm>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Dos Gabinetes - Deputado Morastoni defende a inclusão de doenças não transmissíveis na agenda do mil**, 16 de jun. 2011. Disponível em: <

http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-deputado-morastoni-defende-a-inclusao-de-doencas-nao-transm>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. Dos Gabinetes - Deputado Volnei Morastoni integra a comitiva do Governo Federal na Reunião de Alto N, 2011. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-deputado-volnei-morastoni-integra-a-comitiva-do-governo-feder>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. Dos Gabinetes - Deputados defendem nome de Ponticelli como futuro presidente da União dos Legislativos, 24 de mai. 2011. Disponível em: <

http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-deputados-defendem-nome-de-ponticelli-como-futuro-presidente->. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. Dos Gabinetes - Diretoria da UPM define ações para 2012, 22 de mar. 2012. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-diretoria-da-upm-define-acoes-para-2012>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. Dos Gabinetes - Japoneses tem interesse em ampliar importação de carnes de Santa Catarina, 6 de out. 2011. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-japoneses-tem-interesse-em-ampliar-importacao-de-carnes-de-s>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. Dos Gabinetes- Deputado Volnei Morastoni é convidado pelo Ministério como debatedor da Conferência N, 02 de dez. 2011. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-deputado-volnei-morastoni-e-convidado-pelo-ministerio-como-de>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. Empresários chineses visitam minas no Sul do Estado, 13 de mar. 2012. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/empresarios-chineses-visitam-minas-no-sul-do-estado>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. Encontro do Parlasul reúne mais de 50 lideranças, 31 de mai. 2012. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/encontro-do-parlasul-reune-mais-de-50-liderancas>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Entidades realizam eleições na XV Conferência da Unale**, 20 de mai. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/entidades-realizam-eleicoes-na-xv-conferencia-da-unale>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Gangadharam pede empenho na criação de políticas aos idosos**, 16 de abr. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/gangadharam-pede-empenho-aos-deputados-para-criacao-de-politicas-publicas>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Joares Ponticelli homenageado pela União dos Parlamentares Sul-americanos e do Mercosul**, 28 de nov. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/joares-ponticelli-homenageado-pela-uniao-dos-parlamentares-sul-americanos>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Kennedy na presidência do bloco brasileiro da UPM**, 18 de out. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/kennedy-na-presidencia-do-bloco-brasileiro-da-upm>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Legislativo ganha Comissão Permanente de Defesa Civil**, 25 de fev. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/legislativo-ganha-comissao-permanente-de-defesa-civil>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Membro do Parlasul, deputada Dirce participa em Vitória do Congresso da Unale**, 10 de jun. 2015. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/membro-do-parlasul-deputada-dirce-participa-em-vitoria-do-congresso-da-unal>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Mercosul elege Saretta vice-presidente do Fórum de Preservação do Rio Uruguai**, 11 de abr. 2016. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/mercosul-elege-saretta-vice-presidente-do-forum-de-preservacao-e-uso-racio>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Mercosul: Carta de Chapecó propõe maior integração**, 23 de ago. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/mercosul-carta-de-chapeco-propoe-maior-integracao>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Missão organizada por Sebrae e Faesc avalia bovinocultura de corte e leite da Austrália e Nova Zelândia**, 24 de nov. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/missao-organizada-por-sebrae-e-faesc-avalia-bovinocultura-de-corte-e-leite>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Na conferência da Unale, Parlasul debate integração de ferrovias**, 22 de mai. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/na-conferencia-da-unale-parlasul-debate-integracao-de-ferrovias>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Na última semana na China, comitiva visita indústria carboquímica**, 04 de jul. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/na-ultima-semana-na-china-comitiva-visita-industria-carboquimica>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Parlamentares chineses visitam a Assembleia Legislativa**, 16 de ago. 2012. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/parlamentares-chineses-visitam-a-assembleia-legislativa>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Parlamentares do Mercosul debatem gestão da água e integração na educação**, 23 de abr. 2015. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/parlamentares-do-mercosul-debatem-gestao-da-agua-e-integracao-na-educacao>. Acesso em: 26 de out. 2016

AGÊNCIA AL. **Parlamentares do Mercosul participam de Assembleia Geral em Florianópolis**, 27 de nov. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/parlamentares-do-mercosul-participam-de-assembleia-geral-em-florianopolis>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Parlamentares regionais do Mercosul tratam da preservação do Rio Uruguai**, 22 de mar. 2012. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/parlamentares-regionais-do-mercosul-tratam-da-preservacao-do-rio-uruguai>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Parlamento do Mercosul e Focem entre os temas da UPM em Natal**, 29 de mai. 2012. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/parlamento-do-mercosul-e-focem-entre-os-temas-da-upm-em-natal>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **PECs elaboradas pelo Fórum do Pacto Federativo já estão em tramitação**, 12 de jul. 2015. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/pecs-elaboradas-pelo-pacto-federativo-ja-estao-estao-em-tramitacao>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Ponticelli fala da experiência brasileira com votação eletrônica a legisladores de outros países**, 31 de out. 2012. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/ponticelli-fala-da-experiencia-brasileira-com-votacao-eletronica-a-legisla>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Ponticelli participa de Conferência parlamentar no México**, 30 de out. 2012. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/ponticelli-participa-de-conferencia-parlamentar-no-mexico>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Primeiro Seminário de Cidades Conurbadas de Fronteiras do Mercosul**, 9 de out. 2015. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/primeiro-seminario-de-cidades-conurbadas-de-fronteiras-do-mercosul>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Repercute em plenário negociação do Estado para venda de carne à Coreia**, 17 de jul. 2016. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/tratativas-para-vender-carne-a-coreia-avancam-e-deputados-repercutem>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Santa Catarina conquista presidência da Unale**, 01 de jun. 2012. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/santa-catarina-conquista-presidencia-da-unale>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Santa Catarina firma acordo de parceria com a China**, 21 de out. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/santa-catarina-firma-acordo-de-parceria-com-a-china>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Segurança nas fronteiras, turismo e meio ambiente são prioridades da UPM**, 26 de mar. 2012. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/seguranca-nas-fronteiras-turismo-e-meio-ambiente-sao-prioridades-da-upm>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Seminário aponta sugestões para países do Mercosul**, 24 de abr. 2015. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/seminario-aponta-sugestoes-para-paises-do-mercosul>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Seminário em Chapecó vai discutir a integração dos cidadãos ao Mercosul**, 15 de jul. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/seminario-em-chapeco-vai-discutir-a-integracao-dos-cidadaos-ao-mercosul>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Seminário Mercosul Cidadão debate recursos hídricos e gestão da água**, 22 de abr. 2015. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/seminario-mercosul-cidadao-debate-recursos-hidricos-e-gestao-da-agua>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Seminário Mercosul cidadão inicia debates nas oficinas temáticas**, 23 de abr. 2015. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/seminario-mercosul-cidadao-inicia-debates-nas-oficinas-tematicas>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Sopelsa espera que abertura de mercado do Japão renda para toda cadeia da suinocultura**, 24 de mai. 2013. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/sopelsa-espera-que-abertura-de-mercado-do-japao-renda-para-toda-cadeia-da>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Técnicos em mineração visitam empresa de macacos hidráulicos na China**, 02 de jul. 2013. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/tecnicos-em-mineracao-visitam-empresa-de-macacos-hidraulicos-na-china>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Unale enfatiza compromisso com a repactuação da dívida dos estados**, 23 de mai. 2013. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/conferencia-da-unale-enfatiza-compromisso-com-a-repactuacao-da-divida-dos>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Unale lança hoje XV Conferência e Colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas anuncia nova**, 18 de mar. 2011. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/unale-lanca-hoje-xv-conferencia-e-colegiado-de-presidentes-das-assembleias->. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Unale vai discutir revisão das dívidas dos estados**, 01 de fev. 2012.

Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/unale-vai-discutir-revisao-das-dividas-dos-estados>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **UPM cria fóruns sobre drogas e de acadêmicos que estudam fora de suas pátrias**, 28 de nov. 2013. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/upm-cria-foruns-sobre-drogas-e-de-academicos-que-estudam-fora-de-suas-patri>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **UPM debate preservação do Rio Uruguai e ligação bioceânica**, 24 de nov. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/upm-debate-preservacao-do-rio-uruguai-e-ligacao-bioceanica>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **UPM é ponte entre estudantes brasileiros e governo boliviano**, 05 de jun. 2014. Disponível em: < http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/upm-e-ponte-entre-estudantes-brasileiros-e-governo-boliviano>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **UPM lidera movimento internacional pela preservação do Rio Uruguai**, 30 de nov. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/upm-lidera-movimento-internacional-pela-preservacao-do-rio-uruguai>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **UPM mobiliza parlamentos estaduais**, 06 de jul. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/upm-mobiliza-parlamentos-estaduais>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Visitas a indústrias marcam últimos dias de missão técnica na China**, 05 de jul. 2013. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/asdasdasd>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **XV Conferência da Unale reuniu mais de mil participantes**, 20 de mai. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/xv-conferencia-da-unale-reuniu-mais-de-mil-participantes>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Dos Gabinetes - Knaesel tem encontro com Requião no Parlamento do Mercosul**, 11 de abr. 2012. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-knaesel-tem-encontro-com-requiaeo-no-parlamento-do-mercosul>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA AL. **Deputado Valmir Comin avalia missão internacional**, 21 de dez. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/deputado-valmir-comin-avalia-missao-internacional>. Acesso em: 26 de out. 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Região Hidrográfica do Uruguai**, sem data. Disponível em: < <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/uruguai.aspx>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

ANOTÍCIA. **O que dizem os deputados de SC sobre viagens questionadas pelo MP de Contas**, 03 de set. 2015. Disponível

em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2015/09/o-que-dizem-os-deputados-de-sc-sobre-viagens-questionadas-pelo-mp-de-contas-4839675.html>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

ARAUJO, Izabela Viana de. A governança global e a atuação das redes internacionais de cidades. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200031&lng=en&nrm=abn>. Access on: 28 Oct. 2016.

ARON, Raymond. **Peace & war: a theory of international relations**. New Brunswick: Transaction, 2003. 820p.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. **Acordo de irmandade entre Xanxerê e cidade chinesa deve fortalecer agronegócio**, 2013. Disponível em:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/acordo-de-irmandade-entre-xanxere-e-cidade-chinesa-deve-fortalecer-agronego>. Acesso em: 26 de out. 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Altera as Resoluções nºs 001 e 002, de 2006, e adota outras providências. Resolução n. 11, de 27 de outubro de 2011. Diário da Assembleia, Florianópolis, 27 de outubro de 2011. Disponível em: <

http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/diario-da-assembleia>. Acesso em: 27 out. 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Dispõe sobre a concessão de diárias e passagens e a respectiva prestação de contas no âmbito da Assembleia Legislativa, e adota outras providências. Ato da Mesa nº 500. Florianópolis, julho de 2015. Disponível em: < http://transparencia.alesc.sc.gov.br/docs/Ato_Mesa_500_Diarias_2015.pdf>. Acesso em: 27 de out. 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Dispõe sobre a organização administrativa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras

providências. Resolução n. 001, de 24 de janeiro de 2006. Diário da Assembleia, Florianópolis, 24 de janeiro de 2006. Disponível em:

<http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/diario-da-assembleia>. Acesso em: 27 out. 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Regimento Interno. Aprovado pela Resolução 05/08 e alterado pelas Resoluções 01/09, 07/09, 01/11, 07/11, 08/11, 02/12, 04/12, 01/13, 02/13, 04/13, 07/13, 03/14, 06/14 e 08/15. Florianópolis, fevereiro de 2016.

Disponível em:

<http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/sites/default/files/Regimento_15_02_2016_0.pdf>.

Acesso em: 27 de out. 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Relatório da missão à NCLS (*National Conference of State Legislatures*). Acervo SERI, Florianópolis, 24 de janeiro de 2006.

BAIOCCHI, Giovanni. Profili e missione della diplomazia parlamentare. **Rivista di Studi Politici Internazionale**, Milano, v. 72, n. 4, p.675-695, jan. 2005.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOLTON, John. Should We Take Global Governance Seriously? **Chicago Journal Of International Law**. Chicago, p.205. 2000.

BÖRZEL, Tanja. What's so special about policy networks: An exploration of the concept and its usefulness in studying european governance. **European Integration Online Papers (eiop)**. Bruxelas, p. 1-31. out. 97. Disponível em: <<http://eiop.or.at/eiop/texte/1997-016a.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Comex Vis: Estado**. 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-uf-produto>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CARR, Edward Hallett. **The twenty year's crisis: 1919-1939** : an introduction to the study of international relations. New York: Palgrave Macmillan, 2001. 233 p.

CÉSAR, Susan Elizabeth Martins; MAIA, Clarita Costa. A diplomacia congressual: análise comparativa do papel dos legislativos brasileiro e norte-americano na formulação da política exterior. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 41, n. 163, p.363-388, set. 2004.

CHAYES, Abraham; CHAYES, Antonia H.. **The New Sovereignty: Compliance with International Regulatory Agreements**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

COPA. **Confederação Parlamentar das Américas (COPA); Missão de bons ofícios ao Haiti**, 12/10/2004. Disponível em: <<http://www.copa.qc.ca/por/missoes/Bons-offices/CR-Haiti%202004-p.pdf>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

COPA. **Contribuição parlamentar para a democracia: critérios aos parlamentos das Américas**, set. 2011. Disponível em: <<http://www.copa.qc.ca/por/assembleia/2011/documents/DOC-CDP-criteres-p-VF.pdf>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

COPA. **Elecciones presidencial y legislativas en México; Informe de la misión de observación electoral**, 27/06/2012. Disponível em: <<http://www.copa.qc.ca/por/missoes/MOE/documents/RAPPORT-MOE-Mexique-2012-e-VF.pdf>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

COPA. **Elecciones presidencial y legislativas en Paraguay; Informe de la misión de observación electoral**, 21/04/2013. Disponível em: <<http://www.copa.qc.ca/por/comissoes/Democraciapaz/MOE/Paraguai%202013/documents/RAPP-MOE-Paraguay-2013-e-VF.pdf>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

COPA. **Estatutos de la Confederación**, 09 de dez. 2012. Disponível em: <<http://www.copa.qc.ca/por/quemsomos/Statuts-COPA-e.pdf>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

COPA. **Estructura**, 2011a. Disponível em: <<http://www.copa.qc.ca/por/quemsomos/estructura.html>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

COPA. **Missão de observação eleitoral da confederação parlamentar das américas (copa) Eleições presidenciais e legislativas no México**, 02 de jul. 2006. Disponível em: <<http://www.copa.qc.ca/por/missoes/MOE/2006-MOE-Mexico.html>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

COPA. **Referencias históricas**, 2011b. Disponível em: <<http://www.copa.qc.ca/esp/quienes/referencias-historicas.html>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

COPA. **Reglamento de las misiones de Observación electoral de la Copa**, 11 de mai. 2005. Disponível em: <<http://www.copa.qc.ca/esp/documents/CTP-DEM-reglement-MOE-e-VF.pdf>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

COPA. **Regras de procedimento**, 02 de jun. 2006. Disponível em: <<http://www.copa.qc.ca/por/quemsomos/Regles%20de%20procedure-p-vf.pdf>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

COPA. **XIV Assembleia Geral da COPA**, set. 2015. Disponível em: <<http://www.copa.qc.ca/por/assembleia/2015/Guanajuato.html>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

COSTA, Olivier; STAVRIDIS, Stelios; DRI, Clarissa. Introduction. In: COSTA, Olivier (Org.). **Parliamentary Dimensions of Regionalization and Globalization**. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 1-20.

COX, Robert. Social Forces, States and World Order: Beyond International Relations Theory. **Millenium: Journal of Internacional Studies**. Londres, p. 126-122. 1981.

CUTLER, R. The Emergence of International Parliamentary Institutions: New Networks of Influence in World Society. In: SMITH, G; WOLFISH, D (Org.). **Who is Afraid of The State?** Toronto: University Of Toronto Press, 2001. p. 100-150.

DEHOUSSE, Renaud. Regulation by Networks in the European Community. **Journal Of Erupean Public Policy**, v. 4, n. 1, p.246-61, dez. 1997.

DRUMMOND, Maria Claudia. **A Democracia Desconstruída: O déficit democrático nas relações internacionais e os parlamentos de integração.** 2010. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de História das Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ERMAN, Eva; UHLIN, Anders. Democratic Credentials of Transnational Actors: An Introduction. In: ERMAN, Eva; UHLIN, Anders. **Legitimacy Beyond the State?:** Re-examining the Democratic Credentials of Transnational Actors. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 3-15.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Dados 2015.** Florianópolis: Fiesc, 2015. Disponível em: <http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_site_correto.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the world 2015.** Washington: Freedom House, 2015. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2015#.V_18WslTicP>. Acesso em: 08 out. 2016

G1. **Criadores de suínos de SC devem exportar 80 mil toneladas pro Japão,** 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/01/criadores-de-suinos-de-sc-devem-exportar-80-mil-toneladas-pro-japao.html>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

G1. **Ministério Público de Contas apura gasto de viagens de deputados em SC,** 03 de set. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/09/ministerio-publico-de-contas-apura-despesas-de-viagens-de-deputados.html>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

G1. **SC vai exportar carne suína para a Coreia do Sul, anuncia ministério,** 05 de jan. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/campo-e-negocios/noticia/2016/01/sc-vai-exportar-carne-suina-para-coreia-do-sul-anuncia-ministerio.html>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. . **Província chinesa manifesta interesse em parceria com a SOL para promover intercâmbio cultural.** Disponível em:

<<http://www.sol.sc.gov.br/index.php/noticias/3311-provincia-chinesa-manifesta-interesse-em-parceria-com-a-sol-para-promover-intercambio-cultural>>. Acesso em: 27 out. 2016.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Oficializada a parceria histórica entre SC e Japão para exportação de carne suína**, 2016. Disponível em: < <http://www.sc.gov.br/mais-sobre-desenvolvimento-economico/684-oficializada-a-parceria-historica-entre-sc-e-japao-para-exportacao-de-carne-suina>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

HAAS, Peter M.. Pistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**, Massachusetts, v. 46, n. 1, p.1-35, dez. 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Era das Transições**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 107.

HELD, D.; MCGREW, A.; GOLDBLATT, D.. Managing the Challenge of Globalization and Institutionalizing Cooperation through Global Governance. In: KEGLEY, C.; WITTKOPF, E.. **The Global Agenda: Issues and Perspectives**. New York: Mcgraw-hill, 2001.

HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary. Types of Multi-Level Governance. **European Integration Online Papers**, Brussels, v. 5, n. 11, p.1-24, out. 2001.

HURRELMANN, Achim. Multilevel Legitimacy: Conceptualizing Legitimacy Relationships between the EU and National Democracies. In: DEBARDELEBE, Joan; HURRELMANN, Achim. **Democratic Dilemmas of Multilevel Governance: Legitimacy, Representation and Accountability in the European Union**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 17-37.

IBGE. **Área Territorial Brasileira**. 2014. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>>. Acesso em: 27 out. 2016.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Transnational advocacy networks in international and regional politics. **International Social Science Journal**.Oxford, p. 89-101. out. 1999. Disponível em:

<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic446176.files/Week_7/Keck_and_Sikkink_Transnational_Advocacy.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2016.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S.. Transgovernmental Relations and International Organizations. **WorldPolitics**. Cambridge, p. 39-62. out. 1974. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2009925>>. Acesso em: 30 jul. 2016. _____ Power and Interdependence (2011)

LECOURS, André. When Regimes Go Abroad: Globalization, Nationalism and Federalism. In: GLOBALIZATION, MULTILEVEL GOVERNANCE AND DEMOCRACY, 2002, Kingston. **Paper**. Kingdom: Queen's University, 2002.

LIMA, Maria Regina Soares de; SANTOS, Fabiano. O Congresso e a Política de Comércio Exterior. Lua Nova, n.52, São Paulo: CEDEC, 2001.

LUCHMANN, Lígia Helena. A Democracia Deliberativa: Sociedade Civil, Esfera Pública e Institucionalidade. **Cadernos de Pesquisa**. Florianópolis, p. 1-44. nov. 2002

LUZ, Cícero Krupp. Uma proposta para a Diplomacia Parlamentar. **Revista de Estudos Legislativos**, Porto Alegre, v. 8, n. 8, p.129-154, jan. 2012.

MAJONE, Giandomenico. The European Community as a Regulatory State. In: **Collected Courses of the Academy of European Law Vol. 5**. Dordrecht: Kluwer, 1994.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida et al. A questão da representação no Mercosul: os casos do Parlasul e do FCCR. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2010, vol.18, n.37, pp.31-57.

MORGENTHAU, Hans Joachim. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 7th ed. Boston: Higher Education, 2005. 703p

NASCIMENTO, Paulo Tromboni. O sentido objetivo da prática administrativa. **Cadernos Ebape**, São Paulo, v. 6, n. 1, p.1-17, nov. 2007.

NEVES, J. A. Castro. O Papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA. Contexto Internacional, vol.25, n° 1, 2003.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and Domestic Policy: the logic of two level games. **International Organization**, New York, v. 42, n. 3, p.427-460, jan. 1988.

RAUSTIALA, Kal. The Architecture of International Cooperation: Transgovernmental Networks and The Future of International Law. **Virginia Journal Of International Law**. Virginia,. 2002.

REZENDE, Kátia Sarlet. A Concretização da Secretaria de Relações Internacionais. Florianópolis: Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 2011.

RÜLAND, Jurgen. Participation without Democratization: The ASEAN Inter-Parliamentary Assembly (AIPA) and ASEAN's Regional Corporatism. In: COSTA, Olivier; STAVRIDIS, Stelios; DRI, Clarissa. **Parliamentary Dimensions of Regionalization and Globalization**. Londres: Palgrave, 2012. p. 166-186.

SABIC, Zlatko. International Parliamentary Institutions: A Research Agenda. In: COSTA, Olivier (Org.). **Parliamentary Dimensions of Regionalization and Globalization**. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 20-41.

SANTA CATARINA. **Constituição (1989)**. Constituição do Estado de Santa Catarina. Ed. atualizada com 71 Emendas Constitucionais – Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2016. p.177.

SCHONHARDT-BAILEY, Cheryl. **From the Corn Laws to Free Trade**. Massachusetts: The Mit Press, 2006. 456 p.

SHAPIRO, Martin. Administrative Law Unbounded: Reflections on Government and Governance. **Indiana Journal Of Global Legal Studies**. Indiana. 2001.

SLAUGHTER, Anne-marie. **A New World Order**. New York: Princeton University Press, 2004.

SÖDERBAUM, Fredrik. **The Political Economy of Regionalism: The Case of Southern Africa**. New York: Palgrave Macmillan, 2004. p. 251.

STAVRIDIS, Stelios. “Parliamentary Diplomacy”: some preliminary findings. **Jean Monet Working Papers**, Catania, n. 48, nov. 2002.

STAVRIDIS, Stelios; PACE, Roderick; AJENJO, Natalia. The Origins, Structures and Functions of the Euro-Mediterranean and Euro-Latin American Inter-parliamentary Assemblies. In: COSTA, Olivier; STAVRIDIS, Stelios; DRI, Clarissa. **Parliamentary Dimensions of Regionalization and Globalization**. Londres: Palgrave, 2012. p. 211-230.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA (TC/SC). **Atribuições**. 2010.

Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br/instituicao/atribuicoes>>. Acesso em: 27 out. 2016.

UNALE. **Notícias: Carta de Foz do Iguaçu define prazo para regulamentação da lei dos Free Shops**, 23 de out. 2015. Disponível

em:<http://www.unale.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3655:free-shops-carta-de-foz-do-iguacu-define-prazo-para-regulamentacao-da-lei-em-municipios-de-fronteira&catid=2:mais-noticias&Itemid=22>. Acesso em: 26 de out. 2016.

UNALE. **Relatório de Atividades**, 12 de abr. 2011. Disponível em:

<http://unale.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=21&Itemid=12>. Acesso em: 26 de out. 2016.

UNALE. **XIX Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais**, 13 de out. 2015. Disponível em:

<http://unale.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3633:xix-conferencia-nacional-dos-legisladores-e-legislativos-estaduais&catid=10:resumo-das-conferencias&Itemid=8>. Acesso em: 26 de out. 2016.

UNALE. **XV Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais**, 20 de mai. 2011.

Disponível em

<http://unale.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=525:xv-conferencia-

nacional-dos-legislativos-estaduais&catid=10:resumo-das-conferencias&Itemid=8>. Acesso em: 26 de out. 2016.

UNITED NATIONS. **UNDATA**. Disponível em: <<http://data.un.org/Default.aspx>>. Acesso em: 28 out. 2016.

UPM – BLOCO BRASILEIRO. **Carta de Chapecó**, 2015. Disponível em: <http://www.blocobrasileiroupm.com.br/images/anexos/carta_de_chapeco_2015_portugues_final.pdf>. Acesso em: 26 de out. 2016.

UPM – BLOCO BRASILEIRO. **Conheça a UPM**, 2011. Disponível em: <http://www.blocobrasileiroupm.com.br/index.php/historico>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

UPM – BLOCO BRASILEIRO. **Itá sedia reunião internacional de preservação e uso racional do Rio Uruguai**, ago. 2012. Disponível em: <http://www.blocobrasileiroupm.com.br/sitemodelo/index.php?option=com_content&view=article&id=179:ita-sedia-reuniao-internacional-de-preservacao-e-uso-razional-do-rio-uruguai&catid=45:upm&Itemid=94 >. Acesso em: 26 de out. 2016.

UPM – BLOCO BRASILEIRO. **Manifesto da UPM sobre a Venezuela está nos anais do PARLASUL**, 2016. Disponível em: <<http://www.blocobrasileiroupm.com.br/index.php/noticias/noticias-upm/412-manifesto-da-upm-sobre-a-venezuela-esta-nos-anais-do-parlasul>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

UPM – Bloco Brasileiro. **Oficializada a participação de deputados estaduais no Parlamento do Mercosul**, 2014. Disponível em: <<http://www.blocobrasileiroupm.com.br/index.php/relatorios/341-oficializada-a-participacao-de-deputados-estaduais-no-parlamento-do-mercosul>>. Acesso em: 26 de out.

UPM. **Historia de la Unión de Parlamentarios Sudamericanos y del Mercosur**, 2010. Disponível em: <<http://www.parlamentariosmercosur.org/historia/>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

WALTZ, Kenneth Neal. **Man the state, and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2001. 263 p.

WANG, Zheng; O'MAHONEY, Joseph. China's 1989 Choice: the paradox of seeking wealth and democracy. **The Wilson Quarterly**, Washington, set. 2014. Disponível em: <<http://wilsonquarterly.com/quarterly/summer-2014-1989-and-the-making-of-our-modern-world/chinas-1989-choice-paradox-seeking-wealth-and-democracy/>>. Acesso em: 08 set. 2016.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, New York, v. 46, n. 2, p.391-425, abr. 1992.

WUNDERLICH, Jens-uwe. **Regionalism, Globalisation and International Order: Europe and Southeast Asia**. Cornwall: Ashgate, 2007.

ENTREVISTAS

CERON, Antonio, 13 de nov. 2016. Entrevista concedida ao autor. Deputado durante quatro mandatos, entre 1990 e 2010.

NUNES, Kennedy. 01 de nov. 2016. Entrevista concedida ao autor. Deputado durante três mandatos, desde 2006.

KNAESEL, Gilmar. 19 de nov. 2016. Entrevista concedida ao autor. Deputado durante seis mandatos, entre 1991 e 2015.

SCHAEFFER, Diego. 14 de nov. 2016. Entrevista concedida ao autor. Secretário de relações institucionais, desde 2016.

Conversas informais foram realizadas com os seguintes servidores da ALESC: Bárbara Boza, Fernando Santiago, Tatiana Albani e Sinara Valar.

ANEXO 1 - LISTA DE MISSÕES (2011 - 2016)

Relação das missões internacionais realizadas pelos deputados e servidores da ALESC durante a 17ª e 18ª legislaturas. Algumas entradas estão acompanhadas por excertos relevantes extraídos de documentos oficiais relacionados à missão em questão.

17ª Legislatura (2011 – 2014)

06/02/2011

Missão aos Estados Unidos para visitar as empresas: *Las Vegas Public Transportation* e *MTA New York City Transit*

Deputados: Gelson Merísio (Democratas, Presidente)

09/03 até 18/03/2011

Missão ao Japão, China e Coreia do Sul em conjunto com Empresariado Catarinense

Deputados: Gelson Merísio (DEM, Presidente), Kennedy Nunes (PP), Jailson Lima da Silva (PT, 1º Secretário)

Servidores: Cleto Roberto Cardias (Secretário da Presidência)

“O objetivo desta missão é estreitar laços e reforçar as relações político-comerciais entre o Brasil, Santa Catarina e o Oriente, além de prospectar oportunidades de negócios para ambas as partes.”

Ofício 021/11, de dep. Jailson Lima à Presidência, 01 de mar. 2011

18/03/2011

Lançamento da XV Conferência da UNALE.

20/03/2011

Missão à Açores para lançamento do livro Rumo: A Esperança

Deputados: Joares Ponticelli (PP).

Servidores: Jandyr Corte Real.

08/04/2011

Missão à Espanha para participar da 9º Seminário Binacional sobre Gestão Pública e o Papel das Empresas no Âmbito das Municipalidades Hispano-Brasileiras

Deputados: Nilson Gonçalves (PSDB).

14 e 15/04/2011

Missão ao Uruguai para participar de Reunião para tratar do FOCEM-Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL

Deputados: Gilmar Knaesel (PSDB), Edison Andrino (PMDB), Kennedy Nunes (PP).

Servidores: Milton Sander (Assessor da presidência)

“Na oportunidade, entre outros assuntos, estaremos tratando do FOCEM, criado com vistas a financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolve a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas do Mercosul (...)”

Ofício UPM 020/011, de Flávio Alves Monteiro ao dep. Gelson Merísio, 25 mar. 2011.

08 a 13/0/2011

Missão à Suíça para participar da III Sessão da Plataforma Global sobre Redução do Risco de Desastres

Deputados: Kennedy Nunes (PP).

22/05/2013

Participar da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, na cidade de Recife – PE.

14 a 27/05/2011

Missão Oficial do Senhor Governador do Estado de Santa Catarina à Alemanha

Deputados: Antônio Aguiar (PMDB, 3º Secretário), Elizeu Mattos (PMDB)

17 a 29/05/2011

Missão à Alemanha para participar de Reuniões com o Ministério da Economia e Ministério do Estado, Parlamento de Baden e Parlamento Europeu.

Deputados: Gilmar Knaesel (PSDB).

25 a 27/05/2011

Missão ao Paraguai para participar do Pré Fórum do Corredor Bioceânico Central e Reunião da UPM.

Deputados: Joares Ponticelli (PP), Dado Cherem (PSDB – líder).

09 e 10/06/2011

Missão à Argentina para participar da Reunião da UPM

Deputados: Kennedy Nunes (PP), Adilor Guglielmi (PSDB).

Servidores: Roger Luiz Siewerdt, Maria Helena Pereira, Sônia Arruda (Secretária de Relações Institucionais), Milton Sander (Presidente do Conselho Consultivo da UPM) (Secretário da Presidência).

01 a 10/07/2011

Missão à Alemanha para participar do *Transnational Aquifers in Europe*.

Deputados: Edison Andrino (PMDB).

“O motivo do presente requerimento se dá devido ao convite que recebi para participar da ‘Transnational Aquifers in Europe’ em Berlim. Oportunidade em que poderei trocar experiência, que em muito contribuirá para o enriquecimento da minha atuação no que se refere ao Aquífero Guarani em SC”.

Ofício Alesc 085/2011, do dep. Edison Andrino à Presidência, 24 mai. 2011.

18 a 23/07/2011

Missão à Argentina para participar de Reunião da UPM e Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária – INTA.

Deputados: Elizeu Mattos (PMDB).

01/09/2011

Missão ao Canadá para participar da Conferência Parlamentar das Américas – COPA

Dep.: Gilmar Knaesel (PSDB).

01 a 12/09/2011

Missão à França e Itália para visita técnica a Usinas e participar da Feira SANA

Dep.: Aldo Schneider (PMDB),

Srv.: Arnaldo Ferreira dos Santos Junior, Gérson Ávila Hulbert

10/09/2011

Missão à Espanha para participar do Congresso Internacional do GIGAPP, em Madri e Encontros com Autoridades da Área de Transportes

Deputados: Darci de Matos (PSD)

15 a 24/09/2011

Missão aos Estados Unidos para participar da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis, integrando a Comitativa do Ministério da Saúde

Deputados: Volnei Morastoni (PT, Representante da Comissão da Saúde na UNALE).

Objetiva “(...) integrar comitativa do Ministério da Saúde na Reunião de Alto Nível da AGNU sobre Prevenção e Controle de Doenças Não-Transmissíveis, promovida com o apoio da OMS”.

Convite de Milton Vasconcelos, Chefe da Assessoria de Cerimonial do Ministério da Saúde.

01/10/2011

Missão ao Japão e Coréia do Sul para integrar Comitativa da OCESC e Cooperativa Central Aurora para prospecção de negócios e contatos institucionais com o Sistema Cooperativista

Deputados: Moacir Sopelsa (PMDB, 1º Secretário), Reno Caramori (PP)

“Considerando as perspectivas de início de exportações de carnes suínas para o Japão e possibilidades de parcerias com cooperativas da Coreia do Sul (...) destacamos a importância do Parlamento Catarinense ser representado nessa Missão com esses potenciais parceiros comerciais”.

Ofício do Dep. Sopelsa à Presidência.

03 a 07/10/2011

Missão à Argentina para participar de Reunião com Autoridades da Região de Misiones

Deputados: Keneddy Nunes (PP)

Servidores: Misael Gonçalves Canuto

11 a 22/10/2011

Missão à China para a convite da FIESC participar da 110ª Canton Fair

Deputados: Deputada Angela Albino (PC do B)

Servidores: Junior Robison da Silva, Lucas dos Santos Pereira

“Trata-se da Missão Empresarial Brasileira à China 2011, importante iniciativa voltada ao aprimoramento das relações entre a China e Santa Catarina, atrelada ao Programa de Ações Integradas de Promoção Comercial desenvolvido pela Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios e coordenado pela CNI.”

Ofício de Angela Albino à Presidência

13/10/2011

Missão ao Uruguai para participar da Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do MERCOSUL

Deputados: Elizeu Mattos (PMDB)

“(…) solicitar-vos que represente esta presidência em reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul (…). Na ocasião o Presidente da Representação Brasileira junto ao Parlamento do Mercosul, Senador Roberto Requião, juntamente com o Deputado Federal Dr. Rosinha, estarão reunidos com os demais membros da Mesa Diretora para tratar da pauta e data da próxima sessão plenária”

Ofício do Presidente do Bloco Brasileiro da UPM, Deputado Miki Breier a Elizeu Mattos

22 a 30/10/2011

Missão Oficial do Senhor Governador do Estado de Santa Catarina à Coréia do Sul Japão

Deputados: Kennedy Nunes (PP), Jean Kuhlmann (PSD)

27/10/2011 a 04/11

Missão à Cuba para participar de Reunião da Comissão de Saúde e Previdência Social da COPA em Havana; França para participar de Reunião do Parlamento Francês em Paris; Itália para participar do Seminário sobre Energia Alternativa na empresa TECNODELTA em Milão e Reunião do Parlamento Italiano em Roma

Deputados: Joares Ponticelli (PP), Edison Andrino (PMDB), Volnei Morastoni (PT)

“Minha presença no evento, justifica-se pela representatividade desta casa na Reunião de Alto Nível da ONU sobre o Enfrentamento das doenças crônicas Não-Transmissíveis no Mundo, na cidade de Nova Iorque, nos EUA”

Ofício de Volnei Morastoni à Presidência

02 a 12/11/2011

Missão à Espanha para conhecer o Inovación Barcelona e Portugal para participar do 10º Seminário Binacional de Gestão Pública Municipal – Faro

Deputados: Jean Kuhlmann (PSD)

04 a 18/11/2011

Missão Oficial da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca para Nova Zelândia e Austrália

Deputados: Jose Milton Scheffer (PMDB)

“A importante missão será formada por cerca de 35 lideranças do setor agropecuário catarinense, que nos países mencionados buscarão conhecimentos sobre sistemas de produção de leite, bovinocultura de corte, ovinocultura, fruticultura, hortaliças (…).”

Ofício de José Milton Scheffer à Presidência

11/11/2011

Missão de Prefeitos e Empresários da Região do Vale do Itajaí à Alemanha
Deputados: Gilmar Knaesel (PSDB)

24/11 a 03/12/2011

Missão à Argentina e Uruguai para participar de atividades da UPM
Deputados: Dado Cherem
Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM)

26/11/2011

Missão Político Empresarial à Índia e China
Deputados: Valmir Comin (PP, 3º Secretário, Jailson Lima (PT, 2º Vice-Presidente).
Servidores: Kátia Rezende (Secretária de Relações Institucionais)

09/11/2011

1º Congresso Internacional sobre “O Futuro da Água no MERCOSUL”

01/12/2011

Eleição e Posse do Presidente do PARLASUL realizada na ALESC

14/12/2011

Acompanhamento da Comitiva da Prefeitura Municipal de Chapecó em audiência com o Embaixador Chefe da representação brasileira junto à ALADI e ao MERCOSUL, Senhor Regis Arslanian.
Servidores: Milton Sander (Assessor da Presidência), Flávio Monteiro (Diretor de articulação política da UPM).

“Em Montevideú, onde será protocolado projeto para financiamento da 2ª etapa do contorno viário oeste entre a SC 283 e a BR 282 junto ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM).”
Ofício do Secretário de Articulação Municipal de Chapecó, Luciano Buligon à Presidência para liberação do assessor Milton Sander.

30/01 a 11/02/2012

Missão Oficial do Governo do Estado a Itália e China, visando o Desenvolvimento Econômico, Financeiro e Sustentável do Estado de Santa Catarina.
Deputados: Manoel Mota (Líder do PMDB)
Servidores: Dicesar Ribeiro Vianna Filho

“(…) solicito a indicação de dois representantes da Casa Legislativa para compor comitiva governamental que empreenderá viagem à Itália e à China (...) com o objetivo de visitar empresas e órgãos governamentais naqueles países, visando ao desenvolvimento econômico, financeiro e sustentável deste Estado”.
Convite do Governador à Presidência

13 a 17/02/2012

Missão a Cuba para participar do 8º Congresso Internacional de Educação Superior.

Deputados: Aldo Schneider (PMDB), Carlos Chiodini (PMDB), Mauro de Nadal.

14 a 17/02/2012

Missão ao Uruguai para participar de Reuniões onde serão protocolados documentos e audiências com referência ao Projeto para Financiamento da 2ª Etapa do Contorno Viário Oeste entre SC 283 e a BR 282, junto ao Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

Deputados: Gilmar Knaesel (PSDB).

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

13/03/2012

Missão ao Uruguai para participar de atividades da UPM e Reunião com o Gestor do Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM)

20/03 a 05/04/2012

Missão a Moçambique para Estreitar Relações de Cooperação Intermunicipal com o Conselho Municipal de Maputo – CMM.

Deputados: Ciro Roza (PSD).

Servidores: Márcio Luiz Pavan, Arnaldo Ferreira dos Santos, Paulo Roberto Knoll

“início das discussões sobre a cooperação com o Estado de Santa Catarina, identificação das potencialidades econômicas e das possíveis áreas de investimento no nosso município e em Moçambique no geral.”

Convite de David Simango, Presidente do Município de Maputo à Presidência

21 a 25/03/2012

Missão a Argentina para participar de Reunião da UPM.

Deputados: Gilmar Knaesel (PSDB).

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM), Maria Helena Henriques Pereira (Assessora de Imprensa da UPM).

26/03 a 07/04/2012

Missão a Índia para participar da Conferência Internacional dos Países da BRICS e celebrar Protocolo de Intenções com a Empresa Indiana VNL.

Deputados: Jailson Lima (PT, 2º Vice-Presidente), Dirce Heiderscheidt (PMDB), Mauro de Nadal (PMDB).

Servidores: Kátia Rezende (Secretária de Relações Institucionais)

“(...) celebrar-se-á protocolo de intenções entre a reconhecida empresa indiana VNLm a Universidade Estadual de Goiás, a Universidade do Estado de Mato Grosso, e UNISUL e a Alesc, com o objetivo de expandir a cobertura da telefonia móvel para áreas remotas rurais, e com isso, vir ao encontro das políticas públicas de integração dos Estados envolvidos.”

Ofício de Kátia Rezende à Presidência

11 a 14/04/2012

Missão ao Uruguai para participar de Reunião com a Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL para tratar da instalação da Sede da UPM na Casa do MERCOSUL.

Deputados: Gilmar Knaesel (PSDB).

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM), Guilberto Chaplin Savedra (Assessor de Gabinete).

“Acompanhar Deputados Gilmar Knaesel para participar da Reunião com a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para tratar de instalação da Sede da UPM na casa do Mercosul em Montevideú.”

Relatório Resumo Viagem de Flávio Monteiro

18 a 20/04/2012

Missão a Argentina para participar da Reunião Conjunta do PARLASUL e do Parlamento Noroeste Argentino – NOA.

Deputados: Dirceu Dresch (PT), Silvio Dreveck (PP).

Servidores: Sônia Arruda (Diretora Executiva do Parlasul).

22 a 28/04/2012

Missão ao Uruguai e Argentina para participar de Sessões Preparatórias e Extraordinárias do Parlamento do MERCOSUL em Montevideú – Uruguai e XII Encontro Internacional de Centro Comerciais do Rio Uruguai em Fray Bentos – Argentina.

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

26/04 a 8/05/2012

Missão aos Estados Unidos para participar a convite da California Legislature, conhecer o Sistema Político Legislativo do Estado da Califórnia.

Deputados: Gilmar Knaesel (PSDB)

“I understand the main objective of your visit is to learn more about the basic principles of California’s legislature as well as Best practices of its functioning acquired over the years.”

Invitation California Legislature à Knaesel

Doc: Invitation da California Legialture à Knaesel

29/04 a 9/05/2012

Missão aos Estados Unidos para participar do FOCUS-BRAZIL NORTH AMERICA 2012, 7º Seminário Internacional de Cultura e Mídia Brasileira.

Deputados: Elizeu Mattos (PMDB).

Servidores: Kátia Rezende (Secretária de Relações Institucionais).

09 a 11/05/2012

Missão a Argentina para participar da Reunion Plenaria Bloque Argentino – Union de Parlamentarios Sudamericanos y MERCOSUL – UPM.

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

25/05/2012

Missão aos países da Escandinávia (Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia) para a convite do Instituto Lixo Zero Brasil para conhecer as inovações na área da sustentabilidade e reciclagem de resíduos.

Deputados: Jailson Lima (PT, 2º Vice-Presidente).

“participar junto ao Instituto Lixo Zero, conhecimento de projetos que promovem um estilo de vida sustentável, cidades que reciclam 98% do lixo produzido, enquanto no Brasil a média é de menos 4%

(...) A participação é solicitação da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajai – AMAVI”.

Ofício do Deputado Jailson Lima à Presidência

29/05/2012

XVI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais em Natal – RN.

25/05 a 03/06/2012

Missão a República Tcheca para participar da 11ª Conferência Global da Federação Internacional sobre Envelhecimento.

Deputados: Dirce Heiderscheidt (PMDB)

“(...) estarei representando o Estado de SC e o Fórum Catarinense em Defesa da Pessoa Idosa através da apresentação da Alesc e também de Projetos e Ações de sucesso a convite da IFA – Conferência Mundial da Federação Internacional sobre o Envelhecimento”.

Ofício de Dirce à Presidência.

30/05 a 01/06/2012

Missão a Portugal para participar do 2º Encontro Luso Brasileiro sobre Temas Tributários.

Deputados: Edison Andrino (PMDB).

03 a 09/06/2012

Missão a França para participar do Transports Publics 2012 – Salão Europeu de Mobilidade.

Deputados: Kennedy Nunes (PP).

14 a 17/06/2012

Missão ao Uruguai para participar do Corredor Bioceânico Central – FORO CBC.

Servidor: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

03 a 06/07/2012

Missão a Argentina para participar de Reunião da União de Parlamentares Sul Americanos do MERCOSUL – UPM.

Deputados: Elizeu Mattos (PMDB).

Servidores: Flávio Alves Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

16 a 18/07/2012

Missão ao Uruguai para participar da Posse da Presidente da Junta Departamental de Montevideu – Uruguai.

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

02 a 11/08/2012

Missão aos Estados Unidos para participar da NCSL – *National Conference of State Legislatures*.

Deputados: Joares Ponticelli (PP, Presidente da UNALE).

Servidores: Kátia Rezende (Secretária de Relações Institucionais).

07 a 16/08/2012

Missão a China para participar da Conferência das Cidades-Irmãs.

Servidores: Rosana Brasca Cajuella.

16/08/2012

Visita de Delegação de Parlamentares da Província de Henan à Santa Catarina.

23/08/2012

Participar do XIII Encuentro Internacional de Centros Comerciales del Rio Uruguay e III Reunion de Conservacion del Rio Uruguay na cidade de Itá-SC.

12 a 15/09/2012

Missão a Argentina para participar da XIV Assembleia Geral Ordinária de Integração Sulamericana do Bloco Argentino da União de Parlamentares Sul Americanos do MERCOSUL – UPM.

Deputados: Edison Andrino (PMDB).

Servidores: Flavio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

11 a 25/10/2012

Missão a Hungria, Polônia e França para Prospecção de Negócio e participar de Feira na Área de Agropecuária.

Deputados: Moacir Sopelsa (PMDB, 1º Secretário)

“(...) objetiva ampliar o mercado de carnes de aves, suínos e lácteos produzidos em Santa Catarina junto a mais de 180 países que estarão participando da feira.”

Ofício de Moacir Sopelsa à Presidência.

17 a 20/10/2012

Missão a Argentina para participar da Reunião Plenária da Mesa Executiva da União de Parlamentares Sul Americanos do MERCOSUL – UPM.

Deputados: Elizeu Mattos (PMDB), Adilor Guglielmi (Presidente da Comissão do Mercosul).

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

29/10/2012

Visita do Parlamento Europeu – Delegação para as Relações com os Países do MERCOSUL, chefiada pelo Senhor Luís Yañez-Barnuevo García.

23 a 28/08/2012

Missão a Portugal para participar como Conferencista do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência.

Deputado: Volnei Morastoni (PT).

“No evento farei a apresentação com a temática: Centros Mundiais de Referência em Pesquisa Etnobotânica: O Herbário Barbosa Rodrigues no Município de Itajaí.” Ofício de Morastoni á Presidência.

04 a 12/11/2012

Missão ao Japão e China para integrar Delegação do Governador do Estado de Santa Catarina, Senhor Raimundo Colombo.

Deputados: José Nei Ascari (PSD).

26/12/2012

Missão Oficial do Senhor Governador do Estado de SC aos Estados Unidos para Assinatura de Financiamento junto ao Bank of America.

03 a 08/02/2013

Missão ao Uruguai para participar de Reunião para Protocolar Projeto para Financiamento da 2ª Etapa do Contorno Viário Oeste, entre SC283 e BR282, junto ao FOCEM e acompanhar Audiência com o Embaixador Ruy Pereira.

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM)
Objetiva “acompanhar o prefeito na cidade de Montevideú, onde será protocolado projeto para financiamento da 2ª etapa do Contorno Viário Oeste, entre a SC 283 e BR 282, junto ao FOCEM, e participar de Audiência com o Embaixador Ruy Pereira”.

Ofício do Vice Prefeito de Chapecó à Presidência solicitando Flávio Monteiro.

22/02/2013

Reunião Preparatória para a Assembleia Geral da UPM, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre - RS.

28/02/2013

Reunião da Diretoria Executiva da UNALE na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, na cidade de João Pessoa – PB.

08/03/2013

Reunião Preparatória para a XVII Conferência Nacional da UNALE, na cidade de Brasília - DF.

06 a 09/03/2013

Missão a Argentina para participar da Assembleia Geral da UPM – União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul.

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

“Na oportunidade estaremos elaborando o calendário de atividades da entidade para este ano e confirmo a inclusão de um Seminário sobre prevenção de drogas, especialmente do crack no Mercosul.”

Miki Breier, Presidente do Blobo Brasileiro da UPM à Presidência.

20 a 23/03/2013

Missão a Argentina para participar da 4ª Reunião do Fórum de Preservação e Uso Racional do Rio Uruguai.

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

“4ta Reunión Anual del Foro de Conservación del rio Uruguay, sumando en esta oportunidad la temática referida al Acuífero Guarani. (...) UPM, desde el año 2010, acompaña desde el Foro de Conservación las inquietudes e iniciativas de las regiones del Mersour preocupadas y ocupadas em mantener un uso racional de los recursos naturales, como contribución al desarrollo y la integración.”

Invitación de José Persigo, Coordinador General del Foro de Conservación de UPM a Flávio Monteiro.

22 a 31/03/2013

Missão aos Estados Unidos para participar do Califórnia Zero Waste.

Deputados: Kennedy Nunes (PP).

08/04/2013

Reunião para tratar de despachos administrativos referentes ao Fórum do Corredor Bioceânico Central, na cidade de Porto Alegre – RS.

09 a 13/04/2013

Missão a Itália para Definir com a Empresa Cimolai o calendário de implantação de uma unidade em Santa Catarina.

Deputados: Manoel Mota (PMDB).

Servidores: Dicesar Ribeiro Vianna Filho.

16 a 19/04/2013

Missão a Argentina para participar de Reunião com o Parlamento Patagônico.

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

17 a 22/04/2013

Missão ao Paraguai para Participar da 14ª Missão de Observação Eleitoral da COPA – Confederação Parlamentar das Américas.

Deputados: Dado Charem (PSDB, membro da COPA).

“(...) durante reunião do Comitê Executivo da COPA, realizada na Cidade do México (...) adotaram uma recomendação na que se propõe o envio de uma missão de observação eleitoral da COPA durante as eleições gerais de 2013 no Paraguai, em respeito a soberania nacional daquele a país.”

Convite de Deputado Jacquers Changon, Presidente COPA e Deputado José Luis Tchê, Secretário da COPA no Brasil à Dado Charem.

25/04 a 03/05/2013

Missão Oficial a República do Suriname a convite do Cônsul da República do Suriname, Senhor Luis Carlos Szymonowicz para prospecção de oportunidades de negócios e intercâmbio de idéias e programas em potencial para os mais diversos ramos.

Deputados: Ciro Roza (PSD)

Servidores: Arnaldo Ferreira dos Santos Júnior

“Em função do interesse da República do Suriname em buscar tecnologias para desenvolvimento em vários segmentos e conforme contato realizado recentemente com membros da Alesc (...) oportunidades de negócio e intercâmbio de ideias e programas em potencial para os mais diversos ramos (...)”

Cônsul do Suriname Luis Carlos Szyminiwicz à Presidência

05 a 08/05/2013

Missão a Argentina para Participar da Reunião da UPM – União de Parlamentares Sul-Americanos e do MERCOSUL e Fórum do Corredor Bioceânico Central.

Deputados: Manoel Mota (PMDB).

07 a 12/05/2013

Missão Oficial do Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo à Alemanha.

Deputados: Edison Andrino (PMDB, Conselheiro Fiscal UPM). Kennedy Nunes (PP)
 Servidores: Kátia Rezende (Secretária de Relações Institucionais), Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM), Milton Sander (Vice Presidente do Conselho Consultivo UPM).

12 a 17/05/2013

Missão Oficial do Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo à Alemanha.

Deputados: Gelson Merísio (PSD, Presidente)

“indico o dep. Gelson Merísio para compor comitiva oficial do Estado de Santa Catarina que empreenderá viagem à Alemanha e à Áustria (...) com o objetivo de visitar empresas visando ao desenvolvimento econômico (...)”.

Ofício do Presidente Titon ao Governador.

19 a 23/05/2013

Missão a Suíça para Participar da Quarta Sessão da Plataforma Global para Redução de Risco de Desastre.

Deputado: Jean Kuhlmann (PSD).

31/05 a 10/06/2013

Missão a Suécia, Finlândia e Dinamarca para conhecer e promover as melhores aplicações na Gestão de Resíduos.

Deputados: Aldo Schneider (Líder de governo), Joares Ponticelli (PP), Carlos Chiodini (PMDB), Kennedy Nunes (PP), Mauro de Nadal (PMDB), Romildo Titon (PMDB).

Servidores: Kátia Rezende (Secretária de Relações Institucionais).

16 a 24/06/2013

Missão a França para Visita ao centro de Referência no Tratamento da Obesidade Infantil; ao Instituto Nacional de Prevenção e Educação em Saúde e a Associação Passarellles.info.

Deputados: Volnei Morastoni (PT, Presidente da Comissão de Saúde)

21/06 a 06/07/2013

Missão a China para participar de compromissos Técnico-Empresariais.

26/06/2013

Participar de Atividades da UPM - União de Parlamentares Sul-Americanos e do MERCOSUL, na cidade de Manaus-AM.

24 a 30/06/2013

Missão Oficial do Senhor Governador do Estado, Raimundo Colombo para o Japão para participar dos Seminários “Brasil – Japão: Parceria Global para o Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável” e “A Carne Suína de Santa Catarina/ Brasil no Japão”.

Deputados: Moacir Sopelsa (PMDB, 1º Secretário).

17 a 20/07/2013

Missão a Argentina para participar de Reunião da UPM – União de Parlamentares Sul-Americanos e do MERCOSUL.

Servidor: Flávio Alves Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

24 a 26/07/2013

Missão ao Uruguai para Convidar Embaixador e Chanceleres do Uruguai para participarem do Seminário MERCOSUL CIDADÃO que acontecerá em Chapecó.

Deputados: Kennedy Nunes (PP).

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

14 a 16/08/2013

Missão a Argentina para Participar de Reunião Preparatória para a Realização do Seminário MERCOSUL CIDADÃO em Chapecó.

Servidores: Milton Sander (Vice-presidente da UPM).

21/08/2013

Participar do Seminário MERCOSUL CIDADÃO, na cidade de Chapecó – SC.

09 14/09/2013

Missão a Argentina para Participar da Assembleia do Bloco Argentino da UPM – União de Parlamentares Sul-Americanos e do MERCOSUL.

Servidores: Flávio Alves Monteiro (Diretor de Articulação Política da UPM).

01 a 12/10/2013

Missão a Turquia e Grécia para Participar e Proferir Palestra em Istambul - Turquia, na "International Istanbul Initiative on Ageing" (Iniciativa Internacional de Istambul sobre o Envelhecimento), assim como realizar reuniões e visitas in loco em instituições, órgãos e centros-dia especializados no cuidado ao idoso em Atenas – Grécia.

Deputados: Dirce Herderscheidt (PMDB).

Servidores: Diego Martins (Assessor de Assuntos Internacionais).

11 a 22/10/2013

Missão a China para dar apoio institucional em compromissos Político-Empresariais dos Municípios de Xavantina e Xanxerê.

Servidores: Sonia Regina Arruda.

“O objetivo desta Missão é estabelecer contato entre os representantes dos municípios catarinenses de Xanxerê e Xavantina e as autoridades da cidade de Anyang, na província de Henan, China, com o propósito de firmar parcerias entre as cidades no âmbito internacional.”

Missão Política e Empresarial à China - Material de apoio da Secretária Executiva de RI ALESC

22 a 24/10/2013

Missão a Bolívia para participar de Reuniões com Autoridades e Diretores da Universidade de Aquino e Ministras Palestra para os Estudantes de Origem Brasileira.

Deputados: Kennedy Nunes (PP).

22 a 29/10/2013

Missão a Argentina para participar como Observador das Eleições da República da Argentina.

Servidores: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política).

02 a 18/11/2013

Missão a Bélgica para Participar de Reunião com o Sr Martin Schulz, Presidente do Parlamento Europeu e Sr Jacek Saryusz-Wolski, Presidente da Comissão de Assuntos Externos, para tratar de visita ao Parlamento em março de 2014.

Deputado: Edison Andrino (PMDB, Presidente do Conselho Deliberativo da UPM).

03 a 10/11/2013

Missão a Itália para participar da 17ª Feira Internacional Del Recupero di Materia ed Energia e dello Sviluppo Sostenibile.

Deputados: Renato Hining (PMDB).

05 a 11/11/2013

Missão a Bélgica para a Convite da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU para Participar da Assembleia Geral da Federação Internacional do Desporto Universitário – FISU.

Deputados: Angela Albino (PC do B).

12/11/2013

Audiência do Deputado Carlos Chiodini com o Economista Gonzalo Peres Piaggio – Responsável Geral do Plano Ceibal, para colher subsídios referentes ao Programa de Inclusão Digital do Uruguai.

08 a 22/11/2013

Missão Técnica da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina para a Austrália e Nova Zelândia.

Deputados: Reno Caramori (PP).

10 a 13/11/2013

Missão ao Uruguai para Participar de Sessão Plenária do Planejamento do MERCOSUL e Audiências com o Senhor Rui Barbosa-Chefe da Representação Permanente do Brasil junto ao MERCOSUL e ALADI, e Senhor Ivan Ramalho-Alto Representante Geral do MERCOSUL e Ministério da Educação do Uruguai.

Deputados: Carlos Chiodini (PMDB).

Servidores: Fábio de Sousa Lima

17 a 22/11/2013

Participar de Missão deste Poder a Itália para Encontro com Autoridades do Parlamento e do Senado, seguido de visita ao Embaixador do Brasil no Vaticano e Audiência com o Papa Francisco.

Dep :Joares Ponticelli (PP), Pedro Baldissera (PT).

Srv: Kátia Rezende (Secretária de Relações Institucionais), Júlio Cesar Cancelier de Olivio, Espitácio Bittencourt Sobrinho.

01 a 04/12/2013

Missão ao Uruguai para participar de Reuniões do Parlamento do MERCOSUL e da Diretoria da UPM.

Dep: Kennedy Nunes (PP, Presidente do Bloco Brasileiro da UPM).

Srv: Flávio Monteiro (Diretos de Articulação Política).

15 a 17/12/2013

Missão a Argentina para Participar de Agenda do PARLASUL que irá Acompanhar o Projeto Fodder Solution Sudamericana.
Srv: Sonia Regina Arruda.

24/01 a 02/02/2014

Viagem a Itália para Participar de Reunião com a Empresa Cimolai que irá Instalar Sede no Sul do Estado de Santa Catarina.
Dep: Manoel Mota (PMDB).

06 a 08/04/2014

Viagem a Argentina para Participar de Reunião com a Empresa Fodder Solutions Sudamericana.
Dep: Joares Ponticelli (PP).

06 a 08/04/2014

Viagem ao Uruguai para Participar de Reunião da Mesa Diretora e da Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL.
Dep: Kennedy Nunes (PSD).
Srv: Flávio Monteiro (Direção de Articulação Política), Sonia Arruda.

“Após quase oito anos de luta incessante e de conquistas e decepções, eis que nossos esforços serão compensados. No momento em que o Parlamento do Mercosul, através de sua Mesa Diretora, reconhece a importância da UPM e a capacidade dos Parlamentos e Parlamentares Regionais, queremos dividir esta vitória com todos os que de uma maneira ou de outra contribuíram e participaram desta conquista. Em anexo o convite do Presidente de Parlamento do Mercosul (PARLASUL), Dep. Rubén Martínez Huelmo, à UPM, para que através de sua diretoria, passe a integrar e participar das reuniões da Mesa Diretora daquele Parlamento, bem como acompanhar, como convidados especiais, o desenvolvimento das Sessões Ordinárias.”

Ofício da UPM, Assinado por Miki Breier Pres UPM, e Flávio Monteiro.

05/05/2014

Participar da XVIII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE, em Brasília – DF.

11 a 13/05/2014

Viagem ao Uruguai para Participar de Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do MERCOSUL.
Srv: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política).

13 a 18/05/2014

Viagem a Itália para Participar de Conferência Internacional de Agricultura – Brasil/ Itália.
Dep: Valdir Cobalchini (PMDB).

24 a 28/05/2014

Viagem aos Estados Unidos para Participar de Missão Oficial do Governo de Estado de Santa Catarina em Reunião com a Empresa TRANSGAS.

Dep: Joares Ponticelli (PP).

27/05 a 01/06/2014

Viagem a Argentina para Participar de Reunião da União de Parlamentares do MERCOSUL - UPM.

Dep: Kennedy Nunes (PP, Pres. Bloco Brasileiro UPM), Edison Andrino (PMDB).

Srv: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política UPM).

20 a 23/06/2014

Viagem ao Uruguai para Participar da Mesa Executiva, Mesa Permanente e Comissões Assessoras para as Instalações da Junta Departamental.

Dep: Edison Andrino (PMDB).

Srv: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política UPM).

06 a 09/07/2014

Viagem ao Uruguai para Participar de Reunião do Parlamento do MERCOSUL e da Mesa Diretora da União de Parlamentares Sul Americanos e do MERCOSUL - UPM.

Srv: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política UPM)

18 a 24/08/2014

Viagem a Argentina para Participar de Reunião da União de Parlamentares Sul Americanos e do MERCOSUL – UPM/ Bloco Argentino.

Dep: Edson Andrino (PMDB).

Srv: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política UPM).

10 a 12/09/2014

Viagem ao Uruguai para Participar de Reunião da União de Parlamentares Sul Americanos e do MERCOSUL.

Srv: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política UPM).

28/09/2014

Acompanhar Delegação Chinesa em Visita ao Município de Xanxerê.

07 a 11/11/2014

Viagem ao Uruguai para Participar de Reunião da União de Parlamentares Sul Americanos e do MERCOSUL.

Dep: Kennedy Nunes (PP), Carlos Chiodini (PMDB).

Srv: Rodrigo Souza, Virlei Costa.

26/11 a 7/12/2014

Missão a Itália para Cumprir Agenda com o Senhor Luca Zaia – Governador do Vêneto, Senhor Flávio Tossi – Prefeito de Verona, Senhor João Rossi – Prefeito de Treviso, com a Confindustria e Participar da 55ª Mostra Internazionale Del Gelato Artigianale.

Dep: Joares Ponticelli (PP), Nilson Gonçalves (PSDB).

Srv: Kátia Rezende (Secretária de Relações Institucionais), Sílvio Gomes Teixeira (Assessor de Imprensa).

01 a 04/12/2014

Missão ao Uruguai e Argentina para Participar do V Fórum de Conservação e Uso Racional do Rio Uruguai – Uruguai e, I Fórum Parlamentar de Turismo do MERCOSUL - Argentina.

Dep: Edison Andrino (PMDB).
Srv: Flávio Monteiro (Diretor de Articulação Política UPM).

18ª Legislatura (2015 – 2016)

26/02/2015

Reunião Preparatória para o II Seminário MERCOSUL Cidadão, a realizar-se de 22 a 24 de abril de 2015 na cidade de Chapecó – SC.

15 a 20/03/2015

Missão aos Estados Unidos da América para participar do Seatrade em Miami.
Dep: Patrício Destro (PSB).

23 a 29/03/2015

Missão a China para Participar de Reuniões na Sede da China National Heavy Duty Truck Corporation.
Dep: Gabriel Ribeiro (PSD).

22/04/2015

Participar do II Seminário MERCOSUL Cidadão, em Chapecó – SC.

09 a 20/05/2015

Missão a Alemanha para Participar do I Seminário Internacional de Administração Tributária Brasil x Alemanha.
Dep: Aldo Schneider (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Kennedy Nunes (PSD).
Srv: Kátia Rezende (Secretária de Relações Institucionais).

10 a 15/05/2015

Missão aos Estados unidos da América para Participar da 45ª Edição do Prêmio “Pessoa do Ano”- Prêmio Entregue aos Senhores Fernando Henrique Cardoso e Bill Clinton.
Dep: Gelson Merísio (PSD), Leonel Pavan (PSDB).
Srv: Diego Martins (Assessor de Assuntos Institucionais).

22 a 30/05/2015

Missão a França para Participar da Assembleia Anual da Organização Mundial de Saúde Animal – OIE.
Dep: José Nei Ascari (PSD).

22 a 30/05/2015

Missão ao Japão para Participar da Reunião Anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO
Dep: Gelson Merísio (PSD, Presidente).
Srv: Marco Antonio Costa, Jucinei Adriano Cardoso.

06 a 14/06/2015

Missão a Suíça para Participar como Observador da 104ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho – OIT.
Dep: Rodrigo Minotto (PDT).

06 a 10/07/2015

Missão a Bolívia para Participar do Encontro Mundial de Movimentos Populares – EMMP.
Dep: Lucia Carminatti (PT)

21 a 30/08/2015

Missão a Holanda e Alemanha Integrando Delegação da AMAVI para Conhecer Tecnologias Desenvolvidas no Tratamento, Processamento e Aproveitamento de Resíduos Sólidos e Geração de Energias Alternativas.
Dep: Jean Kuhlmann (PSD).

11 a 20/09/2015

Missão ao México e Canadá para Integrar Missão Técnica da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca para Conhecer os Centros de Valor Agregado (Incubatórios de Agroindústrias Familiares de Agregação de Valor), com o Objetivo de Implantar o Projeto no Estado de Santa Catarina.
Dep: Natalino Lazare, Dirce Heiderscheidt (PMDB), Mauro de Nadal (PMDB).

11 a 20/09/2015

Uruguai – Congresso Nacional de Ediles e reunião da UPM
Dep: Kennedy Nunes (PSD, Presidente do Bloco Brasileiro UPM), Rodrigo Minotto (PDT, Tesoureiro Geral).

13/11/2015

Visita de Delegação de Parlamentares da Bavária – Alemanha.

06 a 11/04/2016

Missão ao Peru para Participar como Observador Eleitoral da Confederação Parlamentar das Américas – COPA nas Eleições Gerais do primeiro Turno.
Dep: Kennedy Nunes (PSD, Presidente do Bloco Brasileiro UPM).

06 a 09/04/2016

Missão a Argentina para Participar da Assembleia Geral da União de Parlamentares Sul-Americanos e do MERCOSUL – UPM e Tomar Posse no Cargo de Secretário Geral UPM.
Dep: Rodrigo Minotto (PDT), Neodi Saretta (PT).

18 a 24/06/2016

Missão a Taiwan para Integrar Delegação Empresarial da FECOMÉRCIO com o Propósito de Participar de Rodadas de Negócio Multissetorial (Autopeças, Ferramentas e Ferragens, Informática e Eletrônicos).
Dep: Nilson Berlanda (PR).

20 a 22/06/2016

Missão ao Uruguai para Participar como Observador de Sessão Plenária do Parlamento MERCOSUL.
Dep: Ivan Naatz (PDT).

27/06 a 05/07/2016

Missão a Portugal para Participar de Evento a Convite da Universidade de

Lisboa sobre: Modelação, Ordenamento e Planeamento Territorial em Cidades Turísticas.

Dep: Leonel Pavan (PSDB).

06 a 12/07/2016

Missão a Espanha e Coréia do Sul para Integrar Comitiva do Senhor Governador do Estado de Santa Catarina para Participar de Reunião com o Ministério da Agricultura da Coréia do Sul para Assinatura de Acordo para Exportação de Carne Suína.

Dep: Gelson Merísio (PSD, Presidente).

Srv: Thiago Santaella.

21 a 23/07/2016

Missão a Argentina para Participar de Reunião Extraordinária da Mesa Diretora da União de Parlamentares Sul-Americanos e do MERCOSUL – UPM.

Dep: Kennedy Nunes (PSD, Presidente do Bloco Brasileiro UPM).

11 a 13/08/2016

Missão ao Uruguai para Participar de Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL – PARLASUL.

Dep: Kennedy Nunes (PSD, Presidente do Bloco Brasileiro UPM).

14/09/2016

Missão a Suécia para participar do 10º UNESCO Rede de Cidades Criativas UCCN – Reunião Anual.

Srv.: Lonarte.

15/10/2016

Missão a Portugal para Participar de Visitação ao Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Dep.: Ismael dos Santos.

03/11/2016

Missão ao Uruguai para Participar de Assembleia Geral da União de Parlamentares do MERCOSUL – UPM, do Seminário de Turismo como Forma de Integração Regional, e Reunião com a Diretoria do Parlamento do MERCOSUL.

Dep.: Rodrigo Minotto.

07/11/2016

Missão a China para Participar da Conferência Internacional das Cidades Irmãs da China e Realizar Visita Técnica em Parceria com o Fórum Comunitário de Representantes dos Conselhos Locais de Taiwan (TCF).

Dep.: Kennedy Nunes.

